CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2018

Maputo, Dezembro de 2018

www.ctv.org.mz

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES
2018

FICHA TÉCNICA:

Edição: Centro Terra Viva
Redacção: Manuela Wing, Dinis Mandevane, Shelio Chaia, Issufo Tankar, Samanta Remane, Lino Manuel, Wanjiku Kiambo, Nelson Alfredo, Renato Uane, Ideltrudes Namburete, Cristina Louro, Carlos Litulo, Raquel Fernandes, Tânia Pereira e Maurício Simbine
Maquetização: Manuela Wing e Marcos Pereira
Revisão: Wanjiku Kiambo, Tânia Pereira e Marcos Pereira

Parceiros:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique

WE EFFECT

agir

Suécia
Sverige

OSISA
Open Society Initiative for Southern Africa

ANAC
ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

PEACE PARKS FOUNDATION
THE GLOBAL SOLUTION

WORLD RESOURCES INSTITUTE

Both ENDS
Connecting people for change

Maputo, Dezembro de 2018

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS ii

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E UNIDADES iii

1. INTRODUÇÃO 1

2. BALANÇO DE ACTIVIDADES - ÁREAS PROGRAMÁTICAS 5

3. ADMINISTRACAO E FINANÇAS 44

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 46

5. GESTÃO DE RISCOS - SITUAÇÃO 47

6. PUBLICAÇÕES E PRODUTOS 48

ANEXOS 54

ANEXO 1: Quadro Lógico – Metas Alcançadas
ANEXO 2: Parcerias de Trabalho
ANEXO 3: Angariação de Fundos
ANEXO 4: Notícias Publicadas
ANEXO 5: Programas de Rádio e Televisivos
ANEXO 6: Eventos Organizados
ANEXO 7: Progresso de Implementação do PDI 2018
ANEXO 8: Plano de Acção para a Mitigação de Riscos – Situação
ANEXO 9: Matriz de Monitoria – SDC: Progresso Relativo a 2018

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E UNIDADES

AC	Área de conservação
AE	Acção estratégica
AMA	Associação do Meio Ambiente
AMA 1	Anadarko Mozambique Area 1
AMAIA	Associação Moçambicana de Avaliação do Impacto Ambiental
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
ANAMAR	Associação dos Naturais e Amigos de Marracuene
APAMO	Associação de Paralegais de Moçambique
AQUA	Agência de Qualidade Ambiental
AKKV	Associação Kulani Kwati Vanana
ASCUT	Aliança da Sociedade Civil contra Usurpação de Terra em Moçambique
CCIE	Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CGRN	Comité de Gestão de Recursos Naturais
CIP	Centro de Integridade Pública
CLN	Corredor Logístico Integrado de Nacala
CONDES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
CTV	Centro Terra Viva
DAF	Direcção de Administração e Finanças
DINAB	Direcção Nacional do Ambiente
DINAT	Direcção Nacional de Terras
DPA	Debate público aberto
DPTADER	Direcção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
DPRME	Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
FCT	Fórum de Consulta sobre Terras
FID	Decisão Final de Investimento
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FOCAC	Fórum para a Cooperação África e China
FOCADE	Fórum de Organizações de Cabo Delgado
FONGA	Fórum de ONGs de Gaza
FOSCAMC	Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira
FUNAB	Fundo Nacional do Ambiente
GAAJ	Gabinete de Acompanhamento e Aconselhamento Jurídico
GRFCT	Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras
GTRNA	Grupo Temático de Recursos Naturais e Ambiente
ha	hectares
IPERMO	Instituto de Permacultura de Moçambique
ITIE	Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva
JA	Justiça Ambiental
JOINT	Liga das ONGs em Moçambique
Kuwuka-JDA	Kuwuka - Juventude, Desenvolvimento e Advocacia Ambiental
LNG	Gás natural liquefeito
MASC	Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MdE	Memorando de Entendimento
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Mozbio	Projecto de Conservação da Biodiversidade
MozDGM	Mecanismo de Doação Dedicado às Comunidades Locais
MUGEDE	Mulher, Género e Desenvolvimento
ONG	Organização não-governamental
ORAM	Organização Rural de Ajuda Mútua
OMR	Observatório do Meio Rural
OSC	Organização da sociedade civil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Pilar estratégico
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIA	Parte interessada e afectada
PNAB	Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto
PNQ	Parque Nacional das Quirimbas
PNL	Parque Nacional do Limpopo
PPAMC	Projecto da Pesca Artesanal de Adaptação às Mudanças Climáticas
PPF	Peace Parks Foundation
REM	Reserva Especial de Maputo
REPADES	Rede de Paralegais para o Desenvolvimento Sustentável de Niassa
RAGA	Relatório Anual de Governação Ambiental
RNP	Reserva Nacional do Pomene
RMPPO	Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSAS	Serviços Distritais de Saúde e Acção Social
SPGC	Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro
TdR	Termos de Referência
TVM	Televisão de Moçambique
UE	União Europeia
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAC	União Nacional de Camponeses
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WIOMSA	Western Indian Ocean Marine Science Association
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

1. INTRODUÇÃO

ACTIVIDADES

O presente relatório apresenta o balanço e avaliação da implementação das actividades, de âmbito técnico e administrativo-financeiras, planificadas e referentes ao ano 2018, o primeiro ano de implementação do Plano Estratégico 2018-2022 do Centro Terra Viva (CTV).

As actividades técnicas foram executadas pelos Programas de Legislação e Políticas Ambientais (ProLegis), de Ecossistemas e Biodiversidade (ProEco) e pela Unidade de Comunicação e Divulgação (UCD).

No âmbito da promoção de uma maior eficácia e eficiência legal nos processos de gestão e administração de terras e de recursos naturais, e do fortalecimento da capacidade das comunidades para melhorar a economia local e garantir a sua qualidade de vida, as actividades do ProLegis que se distinguiram foram: **(i)** o lançamento do Relatório Anual de Governação Ambiental (RAGA) 2017 (relatório escrito e documentário) o qual analisa a implementação de parcerias entre comunidades e investimentos público e privados no Distrito de Massingir focando os estudos de caso do Parque Nacional do Limpopo, projecto de Ecoturismo Twin City e projecto Cubo Game Park; **(ii)** continuação da monitoria do projecto de gás natural liquefeito em Palma, desta feita com enfoque na monitoria da implementação do plano de reassentamento e produção de um estudo de base que permitirá avaliar os impactos resultantes do projecto; **(iii)** monitoria dos projectos de areias pesadas de Chibuto e Sasol, nomeadamente no apoio e colaboração com organizações locais parceiras, e de exploração de rubis em Namanhumbir pela empresa Montepuez Rubi Mining; **(iv)** participação em consultas públicas acompanhando vários processos de licenciamento ambiental e de uso da terra; **(v)** participação nos passos iniciais da reforma da legislação florestal e da revisão da Política Nacional de Terras; **(vi)** realização de caravanas jurídicas em nove comunidades cuja tónica está ligada a processos de reassentamento a decorrer; **(vii)** mediação de conflitos diversos com resultados muito positivos no caso do conflito de Cubo e do Sábiè; **(viii)** realização de palestras comunitárias e capacitação de comités de gestão de recursos naturais (CGRN), compreendendo a divulgação da legislação e matérias ligadas à gestão de terras e outros recursos naturais, e incluindo a auscultação dos problemas enfrentados pelas mulheres nos processos de tomada de decisão; **(ix)** estabelecimento de um acordo com a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) para assessoria técnico-legal ao processo de reassentamento das comunidades abrangidas pelo Parque Nacional do Limpopo no Distrito de Massingir e o desenrolar do levantamento da situação dos direitos das comunidades afectadas pelo reassentamento e a capacitação das mesmas sobre materia de consulta publica e direito e uso de terra; **(x)** produção de um plano de capacitação e assessoria aos deputados da 1ª, 3ª, e 5ª Comissões da Assembleia da República, no âmbito do qual se realizou uma capacitação sobre monitoria de processos de licenciamento e organizadas monitorias conjuntas a alguns projectos; e, **(xi)** conclusão do relatório de avaliação do impacto da delimitação de terras comunitárias com uso de mobilizadores comunitários. Destacam-se também, com vários resultados positivos alcançados, os projectos de "*Mineração artesanal: Direitos ambientais e culturais em Cabo Delgado*" e "*Promoção de formas alternativas de subsistência para crianças órfãs e vulneráveis (COVs) em Makomane"*.

Com o objectivo estratégico de contribuir para a preservação da biodiversidade e o respeito pelos princípios da conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, o ProEco apresenta como actividades de destaque neste período: **(i)** a elaboração dos relatórios de monitoria e investigação em três áreas de conservação marinhas, ao abrigo do memorando com a ANAC, bem como a continuçõo do trabalho de monitoria e investigação no Parque Nacional do Arquipelág do Bazaruto (PNAB), Resera Nacional do Pomene (RNP) e Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (RMPPO); **(ii)**

realização de acções na RMPPO que incluiram um seminário devolutivo de resultados de monitorias ali conduzidas, a monitoria de recifes de coral e do comportamento de mergulhadores e uma reciclagem dirigida aos fiscais sobre técnicas de monitoria da pesca recreativa e desportiva; **(iii)** produção e montagem de uma placa educativa, sobre tartarugas marinhas, para a RMPPO, e o inicio da produção de mais cinco placas educativas; **(iv)** produção de um capítulo sobre as áreas de conservação marinhas em Moçambique a integrar uma publicação regional sobre áreas marinhas protegidas da zona ocidental do Oceano Índico sob a égide da Convenção de Nairobi e coordenada pela WIOMSA; **(v)** gestão técnica do programa de monitoria da pesca artesanal na parte ocidental da RMPPO virada para a Baía de Maputo (cujo programa foi conduzido pelo CTV de 2016 a 2017); **(vi)** elaboração do "*Plano de gestão para o uso de recursos extractivos na costa ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro*", que incluiu a condução de consultas públicas; **(vii)** passos iniciais para a definição de um programa de monitoria direccionado aos aspectos ambientais do projecto da Anadarko em Palma, nomeadamente a análise do plano de gestão ambiental do projecto e a realização de encontro com a empresa para comunicação da intenção de monitoria e conhecimento do sector de gestão ambiental de empresa; **(viii)** a conclusão e submissão à RARE de um relatório técnico sobre os recifes de coral e mangais das áreas de gestão comunitária no âmbito do Projecto da Pesca Artesanal de Adaptação às Mudanças Climáticas (PPAMC-FishCC); e, **(ix)** apoio e assessoria, no processo de desenho do Projecto Mozbio II da ANAC, na definição de bioindicadores para a RMPPO; e, **(x)** a conclusão da contratação de especialistas para elaborar estudos no âmbito da preparação do processo da nomeação como património da humanidade de UNESCO, a RMPPO e a REM.

A UCD, em termos estratégicos, busca o envolvimento activo de todos os actores e uma abordagem integrada das questões de gestão e governação ambiental, garantindo a protecção de direitos e o cumprimento da gestão sustentável dos recursos naturais. Esta unidade garantiu, mais uma vez, a produção rotineira e disseminação de uma série de informação institucional, sobre parceiros, e sobre questões ambientais e de governação ambiental, incluindo a promoção do debate e discussão pública de temas de interesse nacional e divulgação de boas práticas ambientais. Destaques vão para: **(i)** manutenção e alimentação dos canais de comunicação do CTV; **(ii)** condução, juntamente com empresa criativa para o efeito contratada, da reformulação da marca CTV, logotipo e material estacionário e de comunicação; **(iii)** produção, juntamente com rádios comunitárias, de programas para disseminação sobre a legislação ambiental, particularmente relacionada com as consultas públicas comunitárias, mecanismos de participação e acesso à informação; **(iv)** organização do evento de comemoração dos 15 anos do CTV e apresentação do Plano Estratégico 2018-2022; **(v)** organização e manutenção de cadastros/bases de dados diversas para efeitos de controlo e monitoria (cadastro de projectos realizados, controlo de eventos, etc.); **(vi)** várias acções de networking e interacção com outras organizações e redes; e, **(vii)** um envolvimento importante com o ProLegis e ProEco em actividades de divulgação, incluindo a participação dos especialistas do CTV em programas de televisão e rádio, organização de debates, mesas redondas, feiras, etc.

A secção 2 apresenta uma descrição mais detalhada e exaustiva das actividades realizadas assim como dos seus impactos. As principais realizações atingidas e metas alcançadas, em relação às metas previstas no quadro lógico, são apresentadas no Anexo 1.

A culminar com o encerramento do ano, foi realizado, no início de Dezembro, o retiro anual do CTV para balanço de 2018 e planificação de 2019.

RISCOS, CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS

O CTV fez uma previsão de riscos e ameaças que pudessem comprometer as actividades planificadas (Plano de Acção para a Mitigação de Riscos 2018, que consta no Plano Anual de Actividades), tendo em conta o conhecimento do contexto a vários níveis no qual iriam decorrer as actividades.

Na sua grande maioria os riscos identificados são de carácter técnico/estratégico e encontram-se ultrapassados ou controlados através da implementação das acções de mitigação definidas.

No entanto, permanecem alguns riscos preocupantes, nomeadamente relativos à: (i) falta de segurança para trabalhar em Palma devido à emergência e ocorrência com alguma regularidade de actos de violência, perpretados por um alegado grupo de extremistas islâmicos desde Outubro de 2017; (ii) necessidade de reforçar a equipa do ProEco e de alargar a sua carteira de financiamento a longo prazo, para garantir a execução das actividades, algumas de especialidades muito específicas e de carácter contínuo; e, (iii) eventual fraca aderência a eventos de debate e divulgação e baixa partilha e abordagem de informação ambiental nos media. Medidas e esforços para ultrapassar estes riscos são mencionados na secção 5.

Os constrangimentos e desafios enfrentados durante a execução das actividades são apresentados na secção 2, na sequência da apresentação das actividades realizadas. De uma forma geral pode-se afirmar que os constrangimentos foram ultrapassados tanto por acções imediatas ou ainda por acções compensatórias. Os desafios correntes ou futuros estão bem identificados o que permitirá uma abordagem de forma a lidar com os mesmos.

PARCERIAS

Com vista a potencializar o impacto das suas intervenções, criar relações de trabalho estratégicas e ainda potencializar as acções de outras organizações a nível local passando-lhes *know-how* técnico, o CTV manteve 17 parcerias com diferentes organizações ou grupos de organizações. Destas, 10 constituem novas parcerias estabelecidas enquanto que as restantes representam parcerias iniciadas em 2017, ou antes, com continuidade no presente ano.

Perto de metade (9) das parcerias foram formalizadas quer seja por MdE ou por meio de acordos. Do total de parcerias estabelecidas, oito foram estabelecidas no âmbito das actividades do ProLegis, sete no âmbito de actividades conjuntas ProLegis/UCD, uma no âmbito da UCD e uma do ProEco. O Anexo 2 apresenta um resumo destas parcerias.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

Durante 2018 manteve-se uma busca por recursos financeiros suplementares ao financiamento recebido dos parceiros que apoiam o plano estratégico do CTV. Para tal, foram elaboradas e submetidas propostas técnicas e financeiras em resposta a concursos e pedidos de manifestação de interesse e chamadas de propostas.

Foram submetidas um total de sete propostas/notas conceptuais, a diferentes potenciais financiadores, das quais foram aprovadas duas referentes a projectos a desenvolver pelo ProLegis. Foi esborcado uma estrategia de angariação de fundos por ser aprovado e implementado em 2019, e entrou se em contacto com duas fundações e doadores localizados em Maputo no âmbito da divulgação do Plano Estrategico de CTV 2018-2022 (Anexo 3).

TRABALHO EM FÓRUNS, REDES E PLATAFORMAS

De forma a fortalecer o impacto de acções de advocacia, o CTV tem priviligiado a participação em fóruns, redes e plataformas de acção colectiva.

A nível nacional destaca-se a adesão como membro e participação do CTV nos seguintes:
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES);
- Fórum de Consulta sobre Terras (FCT);
- Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva (CCIE);
- Fórum Nacional do Mecanismo de Revisão de Pares (MARP);
- Fórum de Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira (FOSCAMC);
- Comité de Coordenação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE);
- Mecanismo de Doação Dedicada às Comunidades Locais (MozDGM);
- Grupo de Coordenação do Género, do Ministério do Género, Criança e Acção Social;
- Fórum de Organizações de Cabo Delgado (FOCADE);
- Plataforma Distrital de Organizações da Sociedade Civil de Palma.

A nível internacional:
- International Land Coalition (ILC);
- LANDac (Netherlands Academy on Land Governance for Equitable and Sustainable Development).

2. BALANÇO DE ACTIVIDADES - ÁREAS PROGRAMÁTICAS

ProLegis: PROGRAMA DE POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Área Temática: Legislação e Políticas de Governação Ambiental
Coordenador: Issufo Tankar
Técnicos: Alda Salomão, Samanta Remane, Lino Manuel, Wanjiku Kiambo, Nelson Alfredo, Renato Uane, Ideltrudes Namburete e Borges Manuel
Estagiários: Nádia Biza
Local de Implementação: Maputo (Manhiça, Moamba e cidade de Maputo), Gaza (Massingir e Chibuto), Inhambane (Jangamo, Inhassoro, Pande e cidade de Inhambane), Tete (Moatize e Marara) e Cabo Delgado (Palma, Montepuez e Balama)

Actividades Realizadas

PE 1: Avaliação da Governação Ambiental

AE 1.1. Monitoria e avaliação da governação ambiental

1.1.1. Produção do RAGA 2018

- Produzidos os termos de referência e lançado um concurso para a produção de RAGA 2018 com o tema "Administração de terras urbanas - O Caso do projecto da ponte Maputo Katembe", que como habitualmente, terá uma componente analítica narrativa escrita e um documentário.

1.1.2 Publicação e divulgação do RAGA 2017

- Realizado o lançamento do Relatório Anual de Governação Ambiental (RAGA) 2017 (relatório escrito e documentário) o qual analisa a implementação de parcerias entre comunidades e investimentos público e privados no Distrito de Massingir focando os estudos de caso do Parque Nacional do Limpopo, projecto de Ecoturismo Twin City e projecto Cubo Game Park. O evento contou com a participação de 55 pessoas (28 homens e 27 mulheres) salientando-se a participação de um representante da comunidade de Cubo que veio prestar, na primeiroa pessoa, a sua experiência e percepções sobre as conclusões do relatório. Tanto o evento como os produtos foram divulgados nomeadamente através dos canais de comunicação do CTV, no Telejornal e no programa Primeira Página da TVM, e partilhadas cópias físicas com várias instituições do Governo, organizações da sociedade civil (OSCs) e sector privado. Este RAGA foi bastante solicitado por instituições que trabalham na componente de maneio comunitário como o MITADER (projecto SUSTENTA e outros), e WWF. O CTV foi convidado a participar em eventos de divulgação do RAGA 2017 em Moçambique e no Brazil.

AE 1.2. Acompanhamento dos processos de licenciamento e consultas públicas

1.2.1 Monitoria à implementação do plano de reassentamento de Quitupo (no fim do processo será produzido o segundo volume da monitorio)

- Foi finalizado e produzido relatório de monitoria do processo de elaboração do plano de reassentamento de Quitupo. Este relatório faz uma análise ao processo de elaboração do plano de reassentamento de Quitupo e apresenta recomendações a serem seguidas para melhorar este processo e outros similares. O lançamento público deste relatório estava previsto para Dezembro de 2018 mas devido ao adiamento do congresso sobre reassentamento que está a ser coorganizado com a Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE), o mesmo passou para Fevereiro de 2019.

- Realizadas duas visitas de monitoria ao processo de reassentamento em Palma na sua "Fase Zero", nomeadamente:

  A primeira visita realizada foi em Janeiro pela CCIE, plataforma da qual fazem parte o CTV, o Centro de Integridade Pública (CIP), o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), a Kuwuka JDA e o Sekelekani – Comunicação para o Desenvolvimento. A visita teve como objectivo colher informação sobre o actual estágio do reassentamento em Afungi e contou com a participação do Governo Distrital e da Plataforma Distrital de Organizações da Sociedade Civil de Palma, tendo-se interagido com a empresa Anadarko e com as comunidades. A segunda visita foi realizada no mês de Março, por equipa do ProLegis, a qual consistiu na realização de encontros com membros das comunidades e líderes comunitários, para colher informações sobre a evolução da fase zero da implementação do plano de reassentamento. Estas visitas levaram as constatações seguintes:

  (i) A comunidade de Milamba (uma comunidade pertencente a aldeia de Quitupo), pede para ser reassentada em Namba, na zona costeira onde facilmente terão acesso ao Mar para pesca;
  (ii) As famílias de Quitunda que foram reassentadas receberam apenas casas e compensação monetária, mas não tiveram machambas de substituição onde podem produzir alimentos para sua subsistência. Isto leva-lhes a usar os fundos recebidos para sua alimentação o que poderá resultar em convulsões quando este valor esgotar.
  (iii) Realizado um estudo de base intitulado "Estudo de base da situação social e económica das comunidades de Afungi, Distrito de Palma" e produzido o respectivo relatório. Este estudo será usado como referência inicial no processo de monitoria dos impactos resultantes do reassentamento. Encontra-se já disponível na webpage do CTV. As principais preocupações identificadas foram posteriormente canalizadas à empresa e Governo e foi também produzido e publicado pelo CCIE, um relatório de monitoria ao processo de reassentamento de Palma;

1.2.2 Apoio às organizações locais e organizações de base comunitária (OBCs) na monitoria de processos de licenciamento ambiental e de uso de terras

As seguintes acções foram realizadas:

- Apoio à Plataforma Distrital de Palma na monitoria da implementação do Plano de Reassentamento de Quitupo, que se traduziu, concretamente, na realização de uma missão conjunta (CTV e a plataforma distrital) de visita à comunidade reassentada temporariamente (Quitunda) e reunião com algumas famílias afectadas para se perceber de que forma o processo está a decorrer e produzir recomendações à volta do processo. Após esta visita, a plataforma reuniu com os responsáveis locais (Anadarko-Palma) para partilhar as suas preocupações a volta do processo.
- Apoio à Plataforma Distrital de Organisações de Chibuto, tendo sido realizadas várias acções visando influenciar o processo de reassentamento de Chibuto:

- Duas visitas multisectoriais ao projecto de areias pesadas de Chibuto envolvendo o CTV, deputados da Assembleia da República, a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), o Fórum de ONGs de Gaza (FONGA), as Plataformas Distritais de Chibuto e Bilene, Governo Distrital de Chibuto e Governo Provincial de Gaza (Direcção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural – DPTADER, e Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia – DPRME). O objectivo das visitas foi a recolha de informação sobre o decurso do processo de reassentamento junto com as preocupações das pessoas afectadas com destaque para: (i) Irregularidades na compensação de fruteiras e culturas dos afectados, (ii) dificuldades de acesso a emprego e maus tratos para os poucos trabalhadores nacionais, (iii) incertezas em relação a disponibilidade de terra para agricultura e pastagem, (iv) compensação pelos cemitérios e (v) poluição ambiental nos campos agrícolas que estão nos arredores da fábrica.

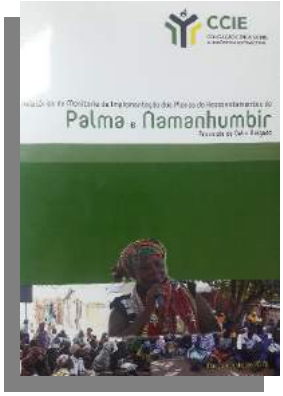
  (i) Realização de encontros com responsáveis do Governo de Gaza (Director Provincial dos Recursos minerais e Governadora da Província de Gaza) para apresentar os problemas identificados e solicitar a intervenção do Governo na correcção das irregularidades.
  (ii) Encontro técnico envolvendo técnicos da sociedade cívil, Governo e comunidades para procurar medidas de resolução dos problemas identificados. Neste encontro, o governo comprometeu-se a acelerar os trabalhos de abertura de regadio e identificação de área de pastagem bem como estabelecer um acordo com a empresa para contratação de um membro do agregado familiar de modo a criação condição de geração de rendimentos principalmente nos primeiros meses pós reassentamento.
  (iii) Foi ainda verificado que a empresa não obedece ao pacote de compensação proposto no PR que foi aprovado pelo governo. Esta questão foi colocada ao Governo tendo este explicado que a empresa pediu para seguir a tabela do estado que esta abaixo do valor proposto no PR porque a empresa não dispõe de recursos suficientes. Porque esta situação revela uma grande violação aos direitos das comunidades, o CTV decidiu encaminhar este processo ao provedor da Justiça bem como ao CFJJ para encaminha-lo aos órgãos de administração da Justiça para efeitos de Litigação.

- Apoio à Plataforma Distrital da Sociedade Civil de Inhassoro na monitoria do projecto de exploração de gás da Sasol. Este processo permitiu à plataforma realizar missões de auscultação das comunidades afectadas pelo projecto nos distritos de Inhassoro e Pande assim como produzir o respectivo relatório de monitoria contendo as principais preocupações das comunidades e recomendações para a resolução dos problemas levantados. O relatório de monitoria foi posteriormente apresentado aos membros das comunidades e Governo com vista a solucionar os problemas identificados. Posteriormente o CTV organizou um encontro com a empresa SASOL para apresentar as preocupações levantadas pelas comunidades, Governo e Sociedade cívil de Inhassorro e Govuro tendo ambas as partes decidido realizar um encontro conjunto nos meses seguintes para procurar soluções relativos aos problemas apresentados. Infelizmente este encontro ainda não aconteceu alegadamente devido a realização pelo governo de auditoria a projecto de Gás da Sasol que terminou apenas em finais de Novembro.

- Monitoria do processo de licenciamento e de exploração de Rubi de Namanhumbir em Cabo Delgado. Foi realizada uma missão do CTV juntamente com a plataforma distrital de Montepuez às 3 comunidades de Namanhumbir, nomeadamente Nceue, Nthoro e Namanhumbir Sede que identificou como vários problemas ligados ao processo de reassentamento, nomeadamente:

  (i) Falta de clareza e transparência no processo de pagamento da justa indemnização;
  (ii) Inacção do Governo no sentido de dialogar e apoiar as comunidades na resolução das suas preocupações e até no nível de interação entre as comunidades e a empresa Ruby Mining;
  (iii) Emissão de poeiras criada por maquinarias e camiões da empresa ao longo das vias, afectando as comunidades que alí vivem;

(iv) Falta de diálogo entre a empresa e a comunidade sobre o processo de produção e de reassentamento, de modo a contribuir para a participação efectiva das comunidades;
(v) A falta de alternativas para os camponeses que perderam as suas áreas de produção e não tiveram áreas de cultivo de substituição;
(vi) Não há absorção de mão-de-obra local (das comunidades) para os postos de trabalho da empresa, mesmo depois de terem passado por cursos profissionalizantes.



Estas e outras preocupações foram canalizadas por meio de carta ao Governo provincial para que este intervenha na sua resolução.

- Organização de encontros entre OSC locais e comunidades com deputados da Assembleia da República. Como forma de apoiar as OSC locais e comunidades afectadas por processos de reassentamento, o CTV organizou visitas de monitoria aos projectos areias pesadas de Chibuto na província de Gaza, projecto Rubi Mining de Montepuez na província de Cabo Delgado e projecto de exploração de carvão da Vale na província de Tete, envolvendo deputados da 3ª comissão da assembleia da república (AR) responsáveis por assuntos sociais e género. As visitas contaram com encontros entre deputados da AR e membros das organizações da sociedade civil bem como entre comunidades e deputados. Em Chibuto, a sociedade civil foi ainda convidada a participar no encontro balanço que envolveu o Governo e Deputados onde foi recomendada a realização de um encontro técnico para discutir as irregularidades encontradas no terreno. Estas visitas contaram com a participação de 559 pessoas distribuídas da seguinte forma:

Distrito	Homens	Mulheres	Total
Chibuto	92	47	139
Montepuez	127	83	210
Tete	60	150	210
Total	279	280	559

Em Chibuto e Montepuez, participaram sete deputados enquanto que em Tete participaram apenas quatro que reuniram com a plataforma da sociedade civil, Governo e comunidades.

Estas visitas contribuíram para criar oportunidade para a sociedade civil, governo, deputados e comunidades discutirem de forma aberta os problemas existentes e procurar soluções para alem de munir os deputados de informação relevante para exerceram ações de fiscalização.

1.2.3 Participação em consultas públicas relacionadas com o licenciamento ambiental e de uso de terras:

- O CTV participou em 16 consultas públicas relacionadas com o processo de licenciamento ambiental de sete projectos. Das consultas acompanhadas durante o presente ano, destacam-se:

(i) Consulta pública para o estabelecimento do aterro sanitário de Marracuene. Nesta consulta foram colocadas várias preocupações pela população local com destaque para o local da realização das consultas, a classificação do projecto como sendo de categoria B (quando deveria de ser de categoria A), elevado nível freático na zona e riscos de contaminação do mesmo e proximidade das habitações da zona zona proposta. Processo está a ser

acompanhado pelo CTV após uma aproximação da Associação dos Naturais e Amigos de Marracuene (ANAMAR) (vêr capítulo do ProEco);

(ii) Participação na reunião para a revitalização do ProSAVANA realizada na cidade de Maputo em Abril, por iniciativa do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA). O encontro juntou membros do Conselho Consultivo daquele ministério, a Coordenação do ProSAVANA e representantes das OSC baseadas em Maputo e estabelecidas nas Províncias de Niassa, Nampula e Zambézia;

(iii) Participação na consulta pública da avaliação da implementação do plano de acção do reassentamento do projecto de grafite de Balama em Cabo Delgado pela empresa Syrah Resources Limited. Estas consultas realizadas em oito comunidades e na sede do Distrito de Balama bem como na cidade de Pemba mostraram que apesar do reassentamento ter sido concluído persistem problemas relativos ao acesso colectivo aos recursos, emissão de partículas de poeira que afectam as famílias que estão à volta da mina o que exige um seguimento especial por parte do Governo e da sociedade civil.

(iv) Participação na consulta pública do lançamento do Plano Especial de Ordenamento Territorial (PEOT) de uma Parcela do Distrito de Matutuíne e Ilha da Inhaca, realizado em Agosto de 2018 na cidade de Maputo.

(v) Participação na 3ª consulta pública do projecto Integrado de Produção de Carvão e Energia de Chitima realizado em Julho de 2018, na cidade de Maputo.

(vi) Participação nas consultas de Moamba, Boane e Xai-Xai do EIA do projecto de extração de pedra para construção da barragem de Mapai destinado a criação de resiliência na Bacia do Limpopo.

(vii) Participação em Montepuez na consulta pública do EPDA do projecto IBRA MOZ que pretende explorar Rubis e minerais associados no distrito de Montepuez, relativo a exploração de pedras preciosas neste distrito.

- Realizada uma missão a três comunidades de Namanhumbir, no Distrito de Montepuz em Cabo Delgado, nomeadamente Nceus, Nthoro e Namanhumbir Sede, durante a qual se identificaram vários problemas ligados ao processo de implementação do plano de reassentamento do projecto de exploração de rubi da empresa Montepuez Rubi Mining. Os problemas levantados incluem: a falta de clareza e transparência no processo de pagamento da justa indemnização, inacção do Governo no sentido de dialogar e apoiar as comunidades na resolução das suas preocupações e até no nível de interacção entre as comunidades e a empresa, emissão de poeiras criada por maquinaria e camiões da empresa ao longo das vias afectando as comunidades que ali vivem, falta de diálogo entre a empresa e a comunidade sobre o processo de produção e de reassentamento de modo a contribuir para a participação efectiva das comunidades, falta de alternativas para os camponeses que perderam as suas áreas de produção e não beneficiaram de áreas de cultivo de substituição, e a não absorção de mão-de-obra local para os postos de trabalho da empresa mesmo depois de terem passado por cursos profissionalizantes.

PE 2. Acompanhamento da Formulação de Políticas e Legislação

AE 2.1. Participação em processos legislativos

2.1.1. Participação nas consultas e grupos de reflexão sobre reforma legal sobre terras

- **Reforma da Legislação Florestal:** No âmbito da participação nas consultas e grupos de reflexão sobre a reforma legal da legislação florestal, o CTV participou, na qualidade de parte das organizações da sociedade civil, integrante do grupo de referência, no primeiro encontro para discussão e apreciação do *draft* da política nacional de florestas, realizado em Março. Incluiu a participação nos grupos de trabalho. Estiveram presentes para além de representantes da Direcção Nacional de Florestas, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e o Fundo Nacional do Ambiente (FUNAB);
- **Reforma da Política Nacional de Terras:** Participação na 1ª sessão do Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras (GRFCT), no qual o grupo apresentou o seu posicionamento com destaque para o alargamento do período para consultas e o aumento do número de OSCs que fazem parte da comissão multisectorial criada para o processo de revisão da referida política. Desta forma, o CTV e outras 10 organizações submeteram uma petição ao Ministro do MITADER solicitando a revisão da representatividade da sociedade civil na comissão multisectorial. Foram também realizados três encontros de reflexão e concertação de posições pelas OSCs que trabalham na área de terras, os quais contaram com várias OSCs sendo de destacar a União Nacional de Camponeses (UNAC), a ORAM, o Observatório do Meio Rural (OMR), a Mulher Género e Desenvolvimento (MUGEDE), a Livaningo e o Conselho Cristão de Moçambique (CCM)
- **Apoiar na realização de eventos de auscultação sobre reforma legal para grupos de mulheres:** Ainda no âmbito da revisão da Política Nacional de Terras, e com relação à actividade planificada de apoio na realização de eventos de auscultação sobre a reforma legal para grupos de mulheres, o CTV convidou a MUGEDE e o Fórum Terra para participar nos encontros de coordenação e reflexão da sociedade civil sobre a reforma de terras. Após a definição da metodologia a ser seguida na reforma, estas organizações levarão a cabo acções de auscultação das organizações e grupos de mulheres.

PE 3. Promoção e Protecção de Direitos Humanos Ambientais e Fundiários

AE 3.1 - Auditorias jurídicas de processos de licenciamento

- A auditoria jurídica do projecto da mineração de areias pesadas em Chibuto será concluída em Janeiro 2019 devido a dificuldade de obter documentos-chave que respondem às questões constados no trabalho de campo.

AE 3.2 - Formação e apoio técnico aos paralegais, jornalistas e activistas comunitários

- Iniciado apoio ao processo de formalizacão da Associação de Paralegais de Moçambique (APAMO), tendo sido contactada a comissão instaladora para o envio de documentos de identificação e da acta constituinte da mesma. Há constrangimentos a nível financeiro para concluir este processo, aguardando-se ainda o envio dos documentos. Está em curso a identificação de mecanismos claros para apoiar a legalização da APAMO, tendo em conta que os membros estão espalhados pelo país.

AE 3.3. Assistência e assessoria jurídica para comunidades (GAAJ)

- Foram realizadas dez caravanas jurídicas nas províncias de Tete (distritos de Moatize e Marara) e Cabo Delgado (distritos de Montepuez e Balama), conforme descriminado abaixo.

Distrito	Comunidades	No. de Sessões realizadas
Moatize	Mualadzi, Capanga	2
Marara	Cassoca	1
Montepuez	Nhamanumbir, Secue, Ntoro,	4 (2 em Namanhumbir)
Balama	Marica, Pide, Tete	3
Total		10

A tónica destas caravanas está ligada aos processos de reassentamento que estão em curso nestas comunidades, cujos problemas, de carácter comum à comunidade como um todo, consistem essencialmente na má qualidade das casas e na falta de infrastruturas e serviços básicos nas comunidades já reassentadas, em processos de reassentamento muito longos e poluição ambiental das comunidades que ainda permanecem nas áreas de exploração e esperam o ressentamento.
Para dar seguimento às preocupações identificadas estão em curso as seguintes acções:

(i) Tete – Foi produzida e submetida ao Governo e a empresa, uma petição expondo as preocupações de mulheres de três comunidades (Bagamoyo, 25 de Setembro e Xipanga) no distrito de Moatize, solicitando a sua resolução. Os principais problemas apresentados estão relacionados com poluição do ar, rachas nas casas por vibrações, e incumprimentos dos compromissos acordados entre a empresa e a comunidade;
(ii) Balama – Foi realizado na cidade de Pemba uma mesa redonda envolvendo as OSCs de Cabo Delgado que discutiu os problemas identificados em Balama e produziu um plano de acção que inclui a capacitação das OSC locais e apoio na constituição de uma plataforma distrital;
(iii) Montepuez – Foi produzida uma exposição que foi submetida em Outubro de 2018 ao Governador da província de Cabo Delgado com indicação das preocupações das comunidades.

- Mediação de conflitos envolvendo comunidades e empresas do sector privado:

(i) Conflito de Cubo no Distrito de Massingir
Produção e envio de esposições e petições para o Provedor de Justiça, Assembleia da República e Procuradoria Geral da República, solicitando a sua intervenção na resolução do conflito. Em resposta, o Provedor de Justiça notificou o Governo da Província para reagir à preocupação colocada tendo este enviado uma nota com informação das acções que se encontravam em curso. Adicionalmente foram realizados dois encontros de mediação, sendo que o primeiro envolveu a comunidade e o CTV e serviu para preparar o encontro conjunto com a empresa bem como a visita do MITADER planificada para 25 de Janeiro, e o segundo contou com a presença do representante da empresa e

Colocação da primeira pedra da vedação da área da Twin City

culminou no estabelecimento de um acordo final onde a empresa finalmente aceitou pagar compensações pelo gado morto. O conflito de cubo foi resolvido satisfatoriamente. A empresa pagou 25 000.00 MTN por cada cabeça morta perfazendo um total de 3 025 000.00 MTN encontrando-se actualmente a empresa colocar a vedação no local indicado pela comunidade.

(ii) Conflito de Sábiè Game Park
Encaminhamento do caso à Comissão de Mediação de Conflitos da Direcção Nacional de Terras (DINAT) assim como ao Director Nacional da Adminstração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC). Após esta acção foi possível reunir todas as partes envolvidas no conflito para procurar soluções tendo-se identificado o local por onde a vedação deverá passar de forma consensual, e o investidor obrigado a colocar a vedação.

(iii) Conflito de Jangamo
Realizados dois encontros de auscultação do conflito entre o Governo do Distrito de Jangamo e quatro famílias da comunidade de Jangamo que não receberam compensações para se retirarem de suas terras para dar lugar à construção de um hospital distrital. O governo local decidiu reconsiderar o despacho por si emitido de não pagamento das compensações e comprometeu-se a indemnizar as famílias durante o ano 2018.

(iv) Conflito entre o Conselho Municipal da Vila de Quissico e as comunidades de Muhate e Mussacate
O Conselho Municipal da Vila de Quissico tem estado a abater benfeitorias para a ampliação de vias de acesso e da rede eléctrica sem compensar as comunidades que, além disso, não beneficiam da energia eléctrica da referida rede. A Plataforma Distrital tem interagido com a edilidade para se repor a legalidade. Contudo, tanto o Conselho Municipal assim como a EDM não colaboram alegando não ter responsabilidade de indemnizar as famílias afectadas. Esta situação levou o CTV a solicitar ao CFJJ para usar os fundos destinados a litigação para canalizar este caso às instituições da justiça.

(v) Conflito entre os residentes do bairro Marrambone, Aeroportos de Moçambique e o Conselho Municipal de Inhambane
Realizada uma reunião preliminar de recolha de dados sobre o conflito. Informações iniciais indicam que os residentes do bairro vivem próximo da pista de aterragem e, embora o Conselho Municipal não atribua licenças de construção na zona de protecção parcial desta infraestrutura, expandiu a rede eléctrica, rede de água e escolar, já que passa mais de 20 anos sem nenhuma ampliações/investimentos maiores quanto à referida pista. Havendo agora plano de ampliação da pista, os residentes clamam por informação sobre o processo, nomeadamente quando serão retirados e aonde serão colocados. Como resultado do trabalho realizado, foi iniciado um processo de negociação que culminou com a identificação de uma área onde as famílias afectadas serão reassentadas, estando ainda em discussões detalhes sobre como é que o processo irá decorrer.

(vi) Conflitos em Afungi e Palma
Participação na resolução de conflitos de sobreposição de direitos entre membros da comunidade para assinatura de acordos de compensação com a empresa Anadarko, apoiados membros da comunidade de Quitupo na revisão dos acordos de compensação e na busca de soluções para as suas reclamações diante da empresa Anadarko. O CTV assistiu individualmente 52 pessoas que apresentaram problemas relacionados com o reassentamento na busca de soluções para as suas reclamações diante da Anadarko. Ainda relacionado com o projecto da Anadarko, foi apoiada a comunidade de Milamba a submeter uma petição ao Governo Provincial de Cabo Delgado solicitando que a mesma seja reassentada na zona costeira. Ainda nesta região, foi continuada a mediação do conflito entre o investidor privado Safari Namoto (que pretende instalar uma fazenda de bravio) e comunidades de Namoto e Quigogo (Quionga) que opõe este investimento. Esta a acontecer actualmente, nas comunidades de Macala e Mondlane, o parcelamento de terras feito pelo Governo e a empresa

Anadarko com finalidade de atribuir talhoes as famílias reassentadas de Quitupo como forma de compensação pela perda de terras agrícolas. Contudo, este processo não foi precedido por consultas à comunidade local nem negociação para estabelecimento dos termos de compensação. O CTV produziu petições que foram canalizadas em Dezembro de 2018 à empresa e Governo solicitando a realização de consultas e aplicação do mesmo pacote de compensação aprovado no plano de reassentament tendo em conta que também são pessoas afectadas pelo processo de reassentamento.

(vii) Conflito entre os agricultores das comunidades de Malhalhane, Ungwine, Cambere e Maciane, no Distrito da Manhiça, e a empresa Maragra
Realizado encontro e levantamento das preocupações dos agricultores cuja inquietação está ligada ao processo de pulverização aérea para aceleração da queima da cana da Maragra, processo esse que compromete a produção e produtividade das áreas agrícolas circunvizinhas. Submetido uma exposição ao Governo distrital e a empresa, culminando na empresa tomado medidas de controle das pulverização e passando a realizar a queima da cana no período da manha, altura em que há menos fumaça, conforma solicitado pela comunidade.

(viii) Apoio à comunidade de Ligogo em Jangamo
Foi prestado apoio a esta comunidade na elaboração e submissão de um pedido de revogação de autorização provisória de sete parcelas de terra que há mais de cinco anos não estão a implementar o respectivo plano de exploração. Este pedido foi encaminhado pelo governo local para os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC) estando-se actualmente à aguardar resposta do Governo. O Governador da província de Inhambane, num pronunciamento público durante o último trimestre de 2018, afirmou estar a analisar todos os processos que foram atribuídos DUAT e que não estejam a usar devidamente a área requerida para avançar com a revogação dos respectivos DUATs.

(ix) Conflito do Parque Nacional do Limpopo (PNL)
Realizado encontro de auscultação das preocupações da comunidade de Mavodze, uma das do PNL que será reassentada, no Distrito de Massingir na Província de Gaza. O encontro teve lugar em Março após tumultos entre os membros desta comunidade e a Administração do PNL. No encontro participaram 150 mulheres e 175 homens. Na mesma ocasião foram mantidos encontros com o Administrador do Distrito, Administração do PNL e mebros da Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil locais, sobre os problemas de Mavodze.

(x) Assistência Jurídica para Mulheres
O CTV apoiou a Sra. Percina Batsane, no distrito da Manhiça, a exigir ao Município da Manhiça o respeito pelo direito de uso e aproveitamento da terra a ela atribuída e a realizar a expropriação deste direito nos termos da lei do ordenamento do território. Foi tambem apoiada a Sra. Adelina Machado e a sua família no conflito de terra entre esta família e a empresa Twin City em área localizada no Bairro 1 do Posto Administrativo de Mapulanguene, confinante com o rio Wanitse, que consiste na intenção da Twin City de passar uma vedação da fazenda de bravio sobre o terreno desta família.

PE 4. Apoio ao Desenvolvimento Local

AE 4.1. Preparação social comunitária

4.1.1. Capacitação para membros das comunidades em legislação de terras e recursos naturais e capacitação em consultas púbicas e consultas comunitárias

- Realizadas 68 palestras comunitárias de divulgação da legislação de terras e outros recursos naturais nas provincias de Inhambane (distritos de Jangamo, Govuro e Inhassoro), Tete (distrito de Moatize), e Gaza (distrito de Massingir) os quais contaram com um total de 4 662 participantes (2 054 homens e 2 540 mulheres), conforme se mostra abaixo:

Distrito	Nr. de Seminários	Homens	Mulheres	Total
Jangamo	20	480	691	1 191
Inhassoro	13	1 036	920	1 969
Govuro	2	17	31	50
Moatize	4	50	40	94
Massingir	29	471	858	1 358
Total	68	2 054	2 540	4 662

Estas palestras abordaram os direitos e deveres sobre terra e outros recursos naturais, processo de participação pública (consultas públicas e consultas comunitárias) da população local e contribuíram para mudar a percepção da população local em relação a forma como os processos de ocupação de terras e de licenciamento ambiental devem ser conduzidos.

- Capacitação – contando com a colaboração da plataforma distrital de organizações da sociedade civil baseadas nos respectivos distritos - de 31 Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN), conforme se mostra na tabela abaixo, nos distritos de Palma (Pundanhar Sede, Chidololo, 10º Congresso, Chicuedo, Lipude), Inhassorro, Zavala (Lixanda) e Massingir (Bingo, Macavene Tihovene, Massingir Velho, Nanguene, Chinhangane, Tihovene, Canhane, Makwachane, Chitare, Banga, Mukatine, Makandazulo). Foram capacitadas em matérias ligadas a gestão da terra e outros recursos naturais, e matérias ligadas a questões de organização, estrutura e funcionamento do CGRN.

Distrito	Nr. Comités	Homens	Mulheres	Total
Palma	05	22	09	36
Massingir	11	82	69	162
Zavala	01	11	07	19
Jangamo	07	60	37	104
Inhassorro	05	59	31	95
Montepuez	02	07	02	11
Total	31	241	155	427

- Realizados dois seminários de auscultação dos problemas e constrangimentos enfrentados pelas mulheres e promoção da participação das mesmas nos CGRN e outros órgãos comunitários de tomada de decisão. Os encontros realizados em Inhambane (distritos de Inhassoro e Jangamo) contaram com a participação de 57 pessoas (sete homens e 50 mulheres), conforme a tabela abaixo. As principais preocupações colocadas pelas mulheres nestes encontros estão ligadas à

falta de conhecimento dos espaços para participação, e sobre as várias irregularidades nos processos de licencimanento ambiental, tais como os demorados processos de reassentamento, a falta de provisão dos meios de subsistência.

Local do Encontro	Homens	Mulheres	Total
Inhassorro	7	25	32
Jangamo	0	25	25
Total	7	50	57

- Realizadas duas capacitações com mulheres que integram a plataforma das OSC de Montepuez e do CGRN de Namanhumbir. Foram realizadas duas capacitações para mulheres membros da plataforma distrital e dos comités comunitários de Namanhumbir onde foi analisada a forma como as mulheres participam na tomada de decisões relacionadas com ocupação de terras e exploração dos recursos naturais neste distrito. Na capacitação, foi vincada a necessidade de mobilização das mulheres bem como do Governo e da empresa a encontrar formas de envolver mais mulheres nos processos de consulta e de negociação. Estas capacitações abrangeram 21 pessoas, das quais 20 mulheres.

Instituição/Local	Nº de Participantes		
	Mulheres	Homens	Total
Plataforma da SC de Montepuez	10	0	10
CGRN de Namanhumbir	10	1	11
Total	20	1	21

- No âmbito do projecto "*Promoção de formas alternativas de subsistência para crianças órfãs e vulneráveis (COVs) em Makomane*", a decorrer entre 2017 e 2019, foram realizadas as seguintes actividades:

  (i) Elaboração do estudo de base do projecto com o objectivo de estabelecer uma linha de base a partir da qual se irá monitorar e avaliar o mesmo assim como a sua eficácia e impacto;

  (ii) Estabelecidas parcerias com os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia de Zavala (SDEJT), Serviços Distritais de Saúde e Acção Social (SDSAS), assim como se estreitaram laços com a Associação Kulani Kwati Vanana (AKKV), baseada no mesmo distrito;

  (iii) Seminário formativo sobre ambiente, direitos da criança, saúde e nutrição, realizado em Janeiro no Município da Vila de Quissico. O evento contou com a participação de 13 formandos (dez homens e três mulheres) em representação de professores da Escola Primária de Makomane (sete professores), dos SDEJT, SDSAS e da AKKV. As matérias apresentadas estão a ser compiladas num manual e numa brochura de fácil consulta, como instrumento de trabalho para os professores e de consulta pelos clubes do ambiente, respectivamente;

Comemoração do 5 de Junho na Escola Primária de Makomane

Tanque de água ecológico construído na Escola Primária de Makomane

(iv) Criação e formação de clubes do ambiente (três clubes com 20 crianças cada), tendo sido identificadas e capacitadas, em Maio, 60 crianças da Escola Primária de Makomane em matérias de ambiente e direitos da criança incluido os direitos ambientais. A acção envolveu os líderes locais;

(v) Comemoração do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho), no qual alunos e professores realizaram actividades comemorativas. Participaram no evento representantes dos SDSAS, do Município da Vila de Quissico e técnicos do CTV. As actividades compreenderam a exposição de desenhos feitos pelos membros do clube do ambiente, exibição de peças de teatro, poesia, canto e dança sobre temáticas de conservação e meio ambiente. Na sequência desta actividade foi produzido um artigo o qual foi partilhado nos canais de comunicação do CTV e replicado no Jornal Notícias;

(vi) Identificado o Instituto de Permacultura (IPERMO) de Mahubo para a construção de tanques ferro-cimento para recolha e conservação de água da chuva. O IPERMO tem conhecimento na construção destes tanques e para treinar membros da comunidades no respectivo processo de construção. Para o efeito foram adquiridos os materiais necessários de dois tanques tendo-se seguido a sua construção na área da escola. Aliado a estes foi construída uma sala para colocação da caleira de recolha das águas; sala esta que servirá outros propósitos da escola (gabinetes e secretaria);

(vii) Construída, pela Associação para o Desenvolvimento de Makomane (ADM), uma plataforma para suportar as gaiolas de piscicultura na lagoa de Makomane. Espera-se que a primeira recolha de peixes aconteça dentro dos próximos meses.

- No âmbito da implementação do projecto "*Mineração artesanal: Direitos ambientais e culturais em Cabo Delgado*", foram realizadas as seguintes actividades:

(i) Acompanhamento das atividades operacionais no campo, através da realização de três encontros do Comité Técnico de Gestão, onde houve apreciação e recomendações sobre os planos de trabalho, acções estratégicas;
(ii) Duas visitas de monitoria ao projecto, em Cabo Delgado;
(iii) Acompanhamento do treinamento dos garimpeiros no Distrito de Namuno, no uso do método alternativo ao mercúrio (bórax);
(iv) Participação na feira de boas práticas organizada pela Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) na cidade de Pemba, onde foram partilhadas as atividades/experiências desenvolvidas pelo projecto durante o primeiro ano de intervenção;

Garimpeiros treinados sobre métodos alternativos ao mercúrio na extracção de ouro

(v) Participação na formação do pessoal da saúde dos distritos de Ancuabe, Montepuez e Namuno, onde foram ministrados conteúdos sobre saúde e meio ambiente;
(vi) Participação na formação dos garimpeiros, atividade organizada pelo MASC em parceria com a Medicus Mundi em Namuno, onde foram ministrados conteúdos legais (associativismo, governação e fortalecimento institucional, direitos humanos, entre outros);
(vii) Acompanhamento do representante da União Europeia (UE) de visita ao projeto em Cabo Delgado, tendo mantido encontros com parceiros e visitado as áreas de mineração de Ancuabe;
(viii) Participação na revitalização do Grupo Temático de Recursos Naturais e Ambiente (GTRNA) do Fórum de Organizações de Cabo Delgado (FOCADE).

AE 4.2. Apoio ao planeamento territorial e económico comunitário

4.2.1 Elaboração/atualização de planos comunitários de uso de terras

Em resultado de acções desenvolvidas em 2016/2017 foram entregue três certidões oficiosas de delimitação das comunidades de Lixanga, Sihane e Nharreluga. Foram emitidos três títulos de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) de membros das comunidades de Makomane.

4.2.2 Elaboração/atualização de agendas de desenvolvimento comunitário

Elaboradas quatro agendas comunitárias das comunidades de Ligogo, Licaca, Ravene e Madonga, no distrito de Jangamo na provincia de Inhambane. Estas agendas foram aprovadas pelas respectivas comunidades e preveem o desenvolvimento de vários tipos de iniciativas economicas como o processamento da mandioca, copra e turismo comunitário. O CTV está a trabalhar com o Governo e a Plataforma Distrital de Jangamo, o FOPROI, no processo da identificação de potenciais parceiros ou de empresas interessadas em participar na implementação das acções previstas nas agendas de desenvolvimento comunitário.

Está no processo a realização de mais uma agenda comunitária no PNL para apoiar as comunidades residentes no interior do parque e nos arredores do mesmo, para estabelecimento e implementação da cadeia de valores do gado bovino.

4.2.3 Apoio na divulgação/promoção das potencialidades locais

O CTV apoiou as comunidades de Massingir (Comunidade de Cubo e 15 comunidades que fazem parte do comité distrital de Massingir) a participarem e exporem as suas potencialidades na 2ª conferência de investidores de Gaza que decorreu em Dezembro na vila municipal de Bilene. As comunidades participantes partilharam com investidores os seus projectos de criação de lodges comunitários partilhando informação relativa as áreas disponíveis e as suas potencialidades bem como a possibilidade de estabelecerem parcerias para colocação dos seus produtos.

PE 5. Apoio Sócio-Jurídico a Comunidades Afectadas por Projectos de Desenvolvimento

AE 5.1. Apoio na negociação de parcerias e de pacotes de compensação por reassentamento involuntário

5.1.1. Apoio às associações e comunidades na negociação de parcerias

- Apoio ao estabelecimento de parcerias entre a associação Rulane Vaka Kubu e a empresa Twin City

  Apoio à associação Rulane Vaka Kubu na negociação de uma parceria com a Twin City para a criação de uma sociedade que visa desenvolver um projecto agrícola, numa área de 14 hectares. Para o efeito foram realizados três encontros com a comunidade e um com a empresa Twin city para revisão do memorando de entendimento que irá regular a futura sociedade em criação.

- Apoio à comunidade de Cubo na negociação dos termos de gestão do Projecto Kubo Game Park

  Em 2017, o CTV apoiou à comunidade de Cubo a estabelecer uma sociedade entre a comunidade de Cubo e a empresa TwinCity, que prevê a construção e operacionalização de um lodge comunitário numa área de 10 000 ha pertencentes a comunidade.

- Apoio ao comité comunitário de Lixanga para conseguir do Governo o reembolso de 20% da exploração florestal

  Elaborada e remetida uma carta/exposição do CCGRN de Lixanga ao governo distrital de Zavala, exigindo o desembolso do valor referente aos vinte por cento do ano de 2015. Em resposta a esta carta, o Governo distrital procedeu a entrega do cheque no valor de 18 248.00 MTN que estavam há mais de 2 anos na posse do Governo distrital sem nunca ter sido canalizado sem nenhum motivo evidente.

5.1.2. Apoio às comunidades do Parque Nacional do Limpopo (PNL) na negociação do pacote de compensação por reassentamento involuntário

No âmbito do apoio à negociação de pacotes de reassentamento para comunidades afectadas por programas de reassentamento e assessoria técnica e jurídica para monitoria de acordos estabelecidos, foram realizadas as seguintes actividades:

- Estabelecimento de um Memorando de Entendimento (MdE) entre o CTV e a ANAC para realizar assessoria técnico-legal ao processo de reassentamento das comunidades abrangidas pelo PNL no Distrito de Massingir, Província de Gaza;
- Levantamento da situação dos direitos pré-existentes de todas as comunidades afectadas pelo PNL, entre reassentadas, em vias de serem reassentadas e hospedeiras. O trabalho realizado envolveu 12 comunidades e dividiu-se em três etapas. A primeira de auscultação das partes envolvidas, incluindo o Governo do Distrito; a segunda, do levantamento dos procedimentos seguidos para a criação do PNL em relação aos direitos adquiridos pelas comunidades afectadas; e, a última, de mediação do conflito acima referido, diagnóstico exaustivo do processo de reassentamento no PNL. Neste processo, foram identificados os principais problemas que afectam as comunidades bem como irregularidades do processo. Os resultados deste levantamento estão sendo sistematizados num relatório que deverá indicar acções a realizar para responder a cada uma das preocupações e será discutido numa sessão que envolverá todos actores;

Encontro de reflexão e de revisão processo de reassentamento do PNL

- Facilitar a negociação do pacote de

reassentamento entre a comunidade de Mavodze e o PNL. Este processo foi dividido em fases tendo iniciado com a discussão do pacote de compensação pelo gado morto para seguir os restantes elementos.

- Produzido e apresentado ao Governo e PNL o relatório de analise legal dos direitos pré-existentes das comunidades afectadas pelo PNL, cuja informação irá contribuir para análise jurídica do processo de reassentamento naquela área de conservação.

5.1.3. Capacitação para comités comunitários em negociação e parcerias

Foram capacitados dois comités de Namanhumbir (Comité de Namanhumbir e de Ntoro) em matéria de negociação e estabelecimento de parceria de modo a melhorarem a sua capacidade de negociação com a empresa e Governo a volta do pacote de compensação bem como na implementação de projectos de desenvolvimento. Foram também treinados em Novembro de 2018, líderes comunitários, paralegais e mobilizadores comunitários de 15 comunidades afectadas pelo processo de reassentamento de Gaza. Ao todo, foram treinadas 89 pessoas sendo 23 mulheres e 66 homens.

5.1.4. Capacitação sobre reassentamentos involuntários e processo de compensação

Realizados três cursos capacitando 102 pessoas (36 mulheres, 100 homens) em matérias de monitoria do licenciamento ambiental e de ocupação de terras. Os assuntos abordados foram: (i) quadro legal sobre terras e recursos naturais, (ii) participação comunitária no processo de licenciamento ambiental e de ocupação de terras, participação da mulher e outros grupos vulneráveis, (iii) elaboração e implementação de planos de reassentamento, cálculo de indemnizações e compensação, e (iv) direito de acesso à informação. Os cursos foram realizados em Inhassoro, Massingir, Montepuez, Macia e Chibuto, capacitando: membros do Governo, das organizações da sociedade civil, Plataformas Distritais de Chibuto, Bilene e Inhassoro, Montepuez, líderes comunitários, membros dos comités distritais de reassentamento e jornalistas.

Local do Encontro	Homens	Mulheres	Total
Montepuez	27	08	35
Inhassorro	29	04	33
Massingir	25	09	34
Macia e Chibuto	19	15	34
Total	100	36	136

5.1.5. Assessoria técnica e jurídica para monitoria de acordos estabelecidos

- Realizados dois encontros com a comunidade de Cubo para verificar o grau de implementação dos acordos estabelecidos. Constatou-se no primeiro encontro que a empresa estava a ser demasiado lenta a colocar a vedação e que estava a priviligiar a contratação de mão-de-obra não local. A preocupação foi encaminhada à empresa tendo esta tomado medidas correctivas que foram confirmadas no segundo encontro.

- Realizado um encontro com o PNL para apresentar as preocupações das comunidades residentes do interior do PNL e propostas de soluções adoptadas pelo PNL.

HISTÓRIA DE

COMUNIDADE DE LIXANGA RECEBE A TAXA DE 20% DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

A comunidade de Lixanga situada na província de Inhambane, distrito de Zavala, posto administrativo de Zandamela, localidade de Maculuva, beneficiou do projecto de delimitação de terras comunitárias levada à cabo pelo CTV, financiado pela Namati no período 2013-2016 que culminou com a entrega da respectiva certidão oficiosa em Fevereiro de 2018.

Durante a cerimónia de entrega da certidão organizada pelo CTV em coordenação com o Governo Distrital, a comunidade denunciou a falta de canalização de fundos de 20% das taxas de exploração florestal (lenha) referentes ao ano 2015. Após essa reclamação em 2016, durante uma visita do Administrador do Distrito, foi apresentado o cheque referente a esta taxa e informada a comunidade que a entidade competente (Direcção Distrital das Actividades Económicas em coordenação com a Direcção das Finanças) iriam efectuar o depósito deste valor na conta do Comité de Gestão do povoado, acção que não aconteceu até aos finais do corrente ano.

Diversas tentativas de comunicação foram feitas entre a comunidade com os chefes de posto administrativo, localidade e o governo distrital sem sucesso. Para resolver esta questão, a comunidade solicitou o apoio do CTV na elaboração e submissão da carta solicitando de desembolso do valor da taxa dos 20% de exploração florestal em Agosto. Por sua vez o Governo Distrital, não deu uma resposta formal, mas contactou os membros do comité para esclarecimento e solicitaram a submissão de cópias de seus bilhetes de Identidade, o comprovativo da existência da conta bancárias em nome do comité de gestão, plano de uso do montante. Após a submissão destes documentos, o valor de 18 248.00 MTN foi transferido para a conta solicitada tenso sido este um desfecha satisfatório para esta comunidade na recepção do valor de 20% da taxa de exploração dos seus recursos.

PE 6. Investigação, Capacitação e Advocacia para a Mudança sobre Governação de Terras e Recursos Naturais

AE 6.1. Pesquisa aplicada sobre gestão e administração de terras e de recursos naturais

6.1.1. Apoiar na avaliação do impacto da delimitação de terras nas comunidades

Concluído o relatório de avaliação do impacto da delimitação de terras comunitárias com uso de mobilizadores comunitários. Breves conclusões do mesmo indicam que a delimitação de terras comunitárias contribui para a melhoria dos indicadores sociais, económicos e culturais, tendo-se constatado evolução positiva em vários aspectos (tais como o aumento da participação dos membros das comunidades em encontros comunitários realizados para discutir assuntos das comunidades, aumento do número de instituições comunitárias, aumento de famílias com outras fontes de rendimento, aumento do número de mulheres que herdam terra dos maridos, entre outros). Outras conclusões incluem que os programas do Governo tem uma abrangência maior na titulação de terras e que nas comunidades a posse de um documento foi considerado como importante independente do tipo de documento. O CTV disponibilizou material (relatórios) e informação relacionada com sua experiência e lições aprendidas para ser incorporado no estudo realizado.

6.1.2. Publicação e divulgação do relatório de titulação intracomunitária de terras

Realizados quatro debates de divulgação do relatório de avaliação do impacto da delimitação de terras comunitárias com uso de mobilizadores comunitários nos distritos de Zavala, Jangamo, Inharrime e cidade de Inhambane envolvendo membros do Governo e das comunidades abrangidas pelo projecto. O encontro serviu para dar a conhecer os resultados da pesquisa bem como validar as principais constatações da mesma. Os participantes ao seminário enalteceram a iniciativa, e solicitam ao CTV para usar estes resultados de modo a influenciar outros actores, incluindo o Governo a massificar programas de delimitação de terras comunitárias assim como individuais. No total, participaram nestes encontros 66 pessoas, distribuídas conforme a tabela a seguir.

Local	Homens	Mulheres	Total
Zavala	22	06	28
Jangamo	12	16	28
Inhambane	04	06	10
Total	38	28	66

AE 6.2. Capacitação sobre gestão e administração de terras e de recursos naturais

6.2.1. Capacitação para "administradores" de terras e recursos naturais

Realizados três seminários de capacitação para membros dos governos distritais, líderes comunitários e técnicos de ONGs em matéria de licenciamento ambiental e de ocupação de terras nos distritos de Jangamo, Inhassoro, na Província de Inhambane, Massingir na provincia de Gaza, e Manhiça na Província de Maputo. Estas capacitações, realizadas em parceria com os Serviços Províncias de Geografia e Cadastro, governos distritais e plataformas distritais da sociedade civil, contaram com a participação de 157 pessoas (122 homens e 35 mulheres; ver tabela a seguir) e abordaram aspectos relacionados com o processo de avaliação de impacto ambiental bem como os procedimentos legais a seguir na atribuição de DUAT. As preocupações levantadas nestes foram sistematizadas em relatórios enviados aos governos locais e encaminhados pedidos de realização de audiências públicas às empresas envolvidas.

Distrito	Homens	Mulheres	Total
Jangamo	28	08	36
Inhassorro	28	12	40
Massingir	40	08	48
Manhiça	26	07	33
Total	122	35	157

6.2.2. Capacitação para deputados da AR (Assembleia da Republica) e AP (Assembleias Províncias)

Deputados da 3ª Comissão da Assembleia da República que beneficiaram da capacitação sobre monitoria da governação de terras

No âmbito da capacitação de deputados da Assembleia da República e Assembleias Provinciais, foi realizado um encontro com os assessores da 3ª Comissão que culminou com a produção de um plano de capacitação e assessoria aos deputados da 1ª, 3ª e 5ª Comissões da Assembleia da República. Como resultado desta iniciativa, foi realizado um seminário de capacitação para deputados da 3ª Comissão (Género, Assuntos sociais e Reassentamentos) em matéria de monitoria de processos de licenciamentos com enfoque para a participação e reassentamentos, bem como marcadas visitas conjuntas de monitoria a serem realizadas em Julho de 2018. A capacitação contou com a participação de 30 pessoas das quais 27 deputados e três assessores.

Problemas de incompatibilidade de agendas entre o CTV e as assembleias províncias de Cabo Delgado e Tete não permitiram a realização das capacitações planificadas, estando estas adiadas para 2020 em virtude de estarem previstas eleições gerais em 2019 que culminarão provavelmente com mudanças de parte significativa dos deputados.

AE 6.3. Advocacia em fóruns nacionais e internacionais de discussão sobre terra e recursos naturais

6.3.1 Realização de acções de advocacia para melhoria da metodologia do programa Terra Segura na DINAT

Realização de acções de advocacia para melhoria da metodologia do Programa Terra Segura na DINAT. Concretamente o CTV partilhou as suas ideias sobre o programa tendo realçado a necessidade de associar o programa ao processo de ordenamento territorial bem como a valorização do conhecimento local, devendo-se para o efeito desenvolver o cadastro comunitário de terras que será gerido pelas comunidades.

6.3.2 Participação no FCT

Participação no Fórum de Consulta sobre Terras (FCT), tendo-se concretamente participado no grupo de reflexão deste fórum que discutiu a metodologia para realização da campanha de fiscalização sobre terras em curso no país, bem como a constituição do grupo multissectorial para revisão da Política

Nacional sobre Terras. Neste evento, o CTV solicitou ao Governo a integração nos TdR da campanha de fiscalização sobre terras, o grau de cumprimento dos acordos estabelecidos entre os investidores e as comunidades durante o processo de atribuição do DUAT visto que muitos dos conflitos existentes resultam do incumprimento dos acordos entre as comunidades e investidores.

6.3.3 Participação na conferência da ILC/LandAc

Participação na Assembleia e conferência anual do Global Land Forum, realizado na Indonésia que contou com a participação de cerca de 1 000 pessoas de 82 países de todos os continentes em representação de organizações da sociedade civil, instituições intergovernamentais (incluindo FAO, IFAD, Banco Mundial). Na conferência foram realizados workshops que discutiram o processo de reforma legal, incluindo aspectos de corrupção e transparência e foram reaizados treinamentos paralelos em diversos temas tendo o técnico do CTV participado no tema: Mobilização de massas para defesa dos direitos das comunidades.

No final da conferência foi produzida uma declaração que reflete a posição de todos os membros do ILC. A declaração de Bandung como ficou denominada chama atenção à necessidade dos governos respeitarem os defensores dos direitos sobre terras, e levarem a cabo reformas da terra que priorizem os povos indígenas e comunidades.

6.3.4 Participação na conferência da Via Campesina/Banco Mundial

Participação na conferência anual 2018 do Banco Mundial onde o CTV foi convidado a moderar uma sessão.

Participação no Fórum da FOCAC (Fórum para Cooperação África e China) que tinha como objectivo promover a integração e engajamento das organizações da Sociedade Civil neste fórum, de modo a influenciar na identificação e priorização das áreas de cooperação na área florestal, da indústria extractiva, terra e ambiente.

Participação no Brasil nas comemorações da semana da Africa onde foram projectados dois documentários produzidos pelo CTV nomeadamente *Quitupo Hoyé* e *8 dias em Massingir: Os animais não votam*.

Exibição de documentário e debate no Mês de áfrica, Brasil

6.3.5 Participação em outros eventos nacionais e internacionais

Realizado um encontro com o Governador da Província de Cabo Delgado numa missão conjunta com a Coligação Cívica para Indústria Extractiva.

Participação na 2ª Assembleia Geral do Comité Nacional de Gestão do Mecanismo de Doação Dedicado às Comunidades Locais (MozDGM) na cidade de Nampula, que tinha como objectivo avaliar o progresso realizado pelo MozDGM desde a última assembleia realizada em 2017, e nos

encontros de preparação do lançamento do MozDGM realizados em Pemba, Província de Cabo Delgado.

Participação do CTV no fórum provincial sobre violência baseada no género organizado pela Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social; no workshop do WWF sobre o engajamento e influência para a sustentabilidde de projectos de investimento Chineses em África/Moçambique; no seminário de Avaliação das Respostas das Comunidades da África Subsaariana face as mudanças climáticas, promovido pela Africa Biodiversity Collaborative Group em Nairobi, no Quénia.

Resultados, Impactos e Mudanças

- Governo lança campanha de fiscalização da ocupação da terra para áreas superiores a 100 ha. Esta foi uma das propostas avançadas pelo CTV no último FCT em 2017;
- Conflito de Cubo resolvido a favor da comunidade. Satisfazendo as principais exigências da comunidade, a empresa pagou a compensação pelo gado morto por animais bravios e colocou a vedação da sua área no local indicado pela comunidade;
- Membros das comunidades onde CTV trabalha com melhor conhecimento dos seus direitos e deveres realizam manifestações pacíficas exigindo compensações justas (comunidades de Mondlane e Macala em Palma) e respeito do plano de gestão ambiental (Comunidade de Bagamoio em Moatize). Em Moatize, as manifestações culminaram com a paralisação de uma das minas até a resolução das questões levantadas pela comunidade.
- Oito comunidades afectadas pelo projecto do Sábià Game Park, chegam a acordo com a empresa no sentido desta colocar a vedação da área no local indicado pela comunidade;
- Assinatura de Memorando de Entendimento com a ANAC para assessorar o PNL e comunidades na implementação do plano de reassentamento;
- Governo de Cabo Delgado admite a possibilidade de reassentar a comunidade de Milamba na zona costeira conforme sua pretensão;
- Anadarko melhora o funcionamento do mecanismo de resolução de conflitos passando a emitir comprovativos das preocupações/queixas colocadas;
- Anadarko actualiza os valores de compensação pelas fruteiras, acrescentando um factor de correcção para compensar a inflacção que aconteceu nos últimos anos;
- Anadarko e Governo permitem que as ONG's acompanhem o processo de revisão do censo e assinatura dos acordos de compensação por famílias afectadas pelo projecto;
- Plataforma distrital da sociedade civil de Inhassorro e CTV convidados a fazer parte do fórum de desenvolvimento local criado para interacção entre a Sasol, comunidades e Governo na perspectiva de influenciar de forma positiva a resolução das preocupações das comunidades;
- Duzentas e sessenta e uma pessoas sensibilizadas sobre assinatura de acordos de compensação e reassentamento em Afungi;
- Cinquenta e duas pessoas assistidas no âmbito das reclamações no processo de acordos de compensação e reassentamento de Afungi;
- Melhorias consideráveis no relacionamento entre governos locais e CTV nas áreas onde o CTV trabalha;
- Após o governo local no distrito de Jangamo ter percebido que o CTV estava a fazer auscultação das quatro famílias em Jangamo sede, imediatamente reconsiderou o despacho anteriormente emitido e efectuou as devidas compensações;

- Comunidades do distrito de Jangamo já tomam iniciativa de solicitar a revogação das autorizações provisórias, quando os investidores não cumprem com o plano de exploração;
- Governos distritais reconhecem o papel do trabalho do CTV e solicitam apoio na capacitação dos seus técnicos;
- A empresa Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLN) tomou medidas, após intervenções do CTV em 2017 (ver relatório anual de 2017), para reduzir a emissão de partículas de carvão durante o transporte do mesmo (nomeadamente, aumento da concentração do polímero que cobre a carga de 20% para 30%, diminição da crista de carvão no carregamento, e melhoria das aspersão, bicos e posicionamento dos aspersores);
- Universidade Federal da Bahia convida o CTV a apresentar os seus documentários e disponibiliza técnicos seus para realizar pesquisas nas áreas de interesse comum, mostrando um cada vez maior alcance das intervenções do CTV. O CTV convidado a voltar a universidade para participar em 2019 como um dos palestrantes centrais do terceiro congresso Latinoamericano de Ecologia Política.
- Garimpeiros formados em Namuno solicitam mais capacitações e apoio na legalização das associações;
- O CTV passa a liderar o GTRNA do FOCADE;
- O CTV foi convidado a integrar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), por convite formulado por S.Excia. o Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, tendo anuido em integrar o mesmo ciente da contribuição que pode dar a acrescer à contribuição dos demais integrantes;
- Seis comunidades de agricultores num conflito com a empresa Maragra prestados assistência jurídica no distrito de Manhiça;
- No âmbito do projecto "*Promoção de formas alternativas de subsistência para crianças órfãs e vulneráveis (COVs) em Makomane*", há a destacar alguns resultados importantes, tais como: (i) a divulgação e contribuição para a abordagem de questões ambientais na sala de aulas no âmbito dos 20% do currículo local; (ii) clubes do ambiente fortalecidos e orientados na sua actuação; (iii) parceria e apoio das autoridades locais da educação e saúde e acção social; e (iv) membros da comunidade dotados de conhecimento para construção de tanques de água ecológicos com recurso à técnica de ferro-cimento que tem vantagens de baixo custo e manutenção, técnica de construção simples e captação de água através de calhas, constituindo uma abordagem ecológica e sustentável;
- Governo do distrito de Zavala reconhece estar na posse de fundos destinados a comunidade de Lixanga e porcede a entrega do Cheque com o valor destinado a esta comunidade;
- Comunidade de Chitsotso depois de ter participado de capacitações, escreveu uma carta que pretende enviar a ENHL–Bonnati empresa de prospeção e pesquisa subcontratada pela Sasol a exigir o cumprimento das promessas feitas na consulta comunitária;
- Comunidade de Paindane que foi delimitada pelo CTV na primeira fase do projecto no distrito de Jangamo, foi selecionada para realizar o ordenamento do seu território pelo SDPI;
- Deputados da Assembleia da Republica colocam perguntas relacionadas com o reassentamento e aspectos ambientais levantados pelas comunidades durante as visitas multisectorias, organizadas pelo CTV em parceria com a coligação cívica.

Constrangimentos e Desafios

- Demora na disponibilização de recursos financeiros atrasou a realização de algumas actividades planificadas;
- Fraca colaboração dos líderes de Quitupo e Senga;
- Avaria da viatura de Inhambane por duas semanas condicionou algumas actividades;
- Exigência da participação nas acções do CTV de um técnico do Posto Administrativo de Olumbi em Palma, o que encarece as reuniões realizadas na comunidade de Mondlane;
- Ajustar a realização das actividades do CTV no âmbito do projecto de mineração artesanal, tendo em conta a reformulação do quadro lógico recentemente feita pelo parceiro Medicus Mundi por orientação do financiador (UE);
- Realização do estudo de base do projecto de promoção de formas alternativas de subsistência em Makomane enfrentou dificuldades na recolha de informação nas instituições governamentais do Município da Vila de Quissico. Constitui também um desafio a maior apropriação do projecto pelos professores, alunos e cuidadores de crianças órfãs, sendo necessário incentivá-los e manter o seu envolvimento.
- Demora na resposta do governo provincial para resolver o caso de solicitação de revogação das autorizações provisórias terras cujos investidores não estão a cumprir o plano de exploração na comunidade de Ligogo no distrito de Jangamo, a carta foi submetida em Fevereiro e até o momento a comunidade não foi contactada e o CTV tem estado constantemente a contactar a entidade mas sem resposta satisfatória.
- Insegurança no norte de Cabo Delgado dificulta a assistência das comunidades abrangidas pelos projectos da Anadarko e outros;
- Insuficiência de recursos financeiros limitam a materialização dos planos de actividades levando o CTV a recorrer a parcerias com outras organizações que embora seja bom, as vezes resulta em adiamentos dos programas como aconteceu várias vezes com a conferencia que estava sendo organizada para discutir entre outros assuntos a revisão do quadro legal sobre terras.

HISTÓRIA DE SUCESSO

INTERVENÇÃO DO CTV EM CUBO AJUDOU NA RESOLUÇÃO DO CONFLITO ENTRE A COMUNIDADE E KARINGANI GAME RESERVE

Intervenção do CTV em Cubo ajudou na resolução do conflito que opunha a comunidade à Karingani Game Reserve e no entendimento entre as partes

A comunidade de Cubo no distrito de Massingir, Província de Gaza chegou, com a assessoria jurídica do Centro Terra Viva (CTV), a entendimento com a Karingani Game Reserve, sociedade comercial do grupo Twin City-Ecoturismo Limitada, quanto à indemnização pelo gado morto por animais selvagens criados na reserva do bravio pertencente àquela empresa e, ao realinhamento dos limites da mesma.

O conflito que surgiu pela ocupação da terra usada por aquela comunidade sem o consentimento desta e da não vedação da fazenda do bravio, pela Karingani Game Reserve, durava há quase 20 anos, tendo tido o seu desfecho no primeiro trimestre de 2018.

Após aturadas negociações entre as duas partes, com o apoio do CTV e intervenção do Governo, a empresa aceitou indemnizar aos criadores de Cubo cujo gado foi devorado por leões e outras feras, no valor de 3 025 000.00 MTN.

O montante foi entregue a 27 de Fevereiro de 2018 aos membros da Associação "Tlharihani vaka Cubo", por Reinecke Janse Van Rensburg, representante da Karingani Game Reserve. A empresa permitiu ainda que os limites da área do seu empreendimento fossem realinhados, com o envolvimento dos membros da comunidade de Cubo, acto que teve lugar em Março de 2018, seguido pela cerimónia do lançamento da primeira pedra, no perímetro por onde será erguida a vedação, naquela área de conservação da biodiversidade.

O entendimento alcançado abriu espaço para o estabelecimento de parcerias entre a Karingani Game Reserve e a comunidade de Cubo na implementação de iniciativas de geração de rendimento, com destaque para a construção e exploração de um lodge comunitário e a implantação de um projecto de agricultura mecanizada, visando garantir a segurança alimentar, no seio das famílias daquele povoado, bem como à comercialização.

ProEco: PROGRAMA DE ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

Área Temática: Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade
Coordenador: Cristina Louro
Técnicos: Raquel Fernandes, Carlos Litulo, Marcos Pereira e Tânia Pereira
Estagiários: Guillherme Aparício, Maílis Carrilho, Daniela Caldeira
Local de Implementação: Maputo, Inhambane e Cabo Delgado

Actividades Realizadas

PE7: Conservação da Biodiversidade

AE 7.1 - Apoio à monitoria, investigação e gestão das Áreas de Conservação (ACs)

7.1.1. Portfólio UNESCO para nomeação da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro e Reserva Especial de Maputo como património mundial da humanidade

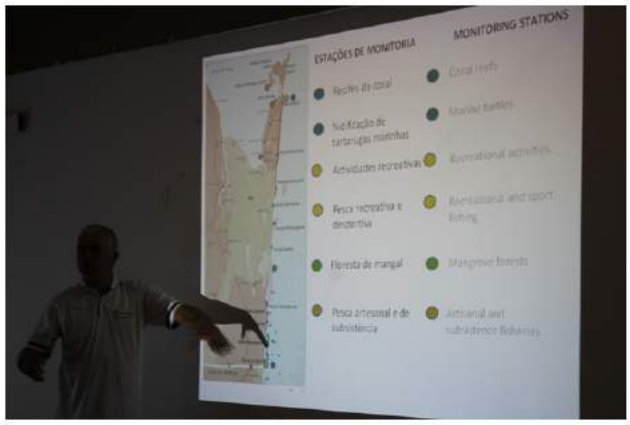
Preparação do Documento de Nomeação da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (RMPPO) e Reserva Especial de Maputo (REM) para a Lista do Património Mundial da Humanidade da UNESCO

- Reconfirmação da participação dos especialistas pré-seleccionados na elaboração dos conteúdos dos diferentes tópicos que compõem o documento técnico, estando confirmada a participação de todos os especialistas;
- Envio de contratos a todos especialistas, esperando a assinatura e devolução dos mesmos durante o mês de Janeiro 2019;
- Participação mensal por via de Skype, desde mês de Setembro 2018, do grupo de coordenação do projecto (equipa técnica do CTV, representantes da RMPPO, Peace Parks Foundation (PPF), e consultores externos). Definidos passos subsequentes, nomeadamente finalizar os termos de referência (TdR) dos especialistas e respectiva contratação, revisão da lista de especialistas e da estrutura do documento de nomeação;
- Encorporação na equipa técnica do CTV de um elemento adicional para coordenação e revisão técnica dos documentos deste projecto;
- TdR revistos faltando a integração de mapas com os limites das reservas e imagens LandSat (a serem fornecidos pelo PPF);
- Compilação de referências bibliográficas adicionais e sua inserção em base de dados (base desenvolvida em projecto anterior de levantamento de estudos realizados na área da RMPPO e REM e análise de lacunas). Actualmente constam na base de dados 615 referências;
- Compilação de listas de espécies de peixes, aves, mamíferos marinhos e terrestres, tendo sido consultadas 38 referências bibliográficas e inseridas 1 219 espécies referentes a ecossistemas marinhos. Actividade realizada por estagiária.

6 PRAÇÃO DOS

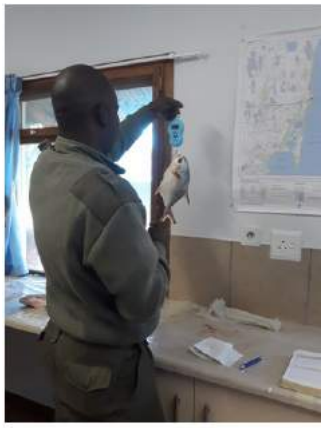
marinhas, plataformas rochosas, actividades recreativas, no âmbito do Memorando de Entendimento com a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC)

- Realização do processamento de amostras de ervas marinhas referente à monitoria ecológica realizada em 2017 no Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto (PNAB);
- Inserção de dados de espécies e ecossistemas no database e a respectiva análise, referente à monitoria ecológica realizadas em 2017 no Parque Nacional das Quirimbas (PNQ), PNAB, Reserva Nacional do Pomene (RNP) e RMPPO;
- Elaborados e em revisão final os relatórios técnicos de monitoria e investigação no PNQ, PNAB e RNP referentes à monitoria de 2017. Estes relatórios incluiram capítulos sobre a monitoria de tartarugas marinhas, a qual é desenvolvida pelas próprias ACs e cujos dados foram compilados e analisados pelo CTV;
- Realizado um seminário devolutivo de resultados de quatro monitorias a decorrer na RMPPO, nomeadamente a de floresta de mangal no estuário do Rio Bembi (iniciada em 2017), a de actividades recreativas de base marinha (2010-2018), a de tartarugas marinhas (1994-2017) e a da pesca artesanal (2016-2017). Seminário contou com cerca de 25 participantes representantes de operadores turísticos, o Chefe da Localidade, fiscais da RMPPO e respectivo Administrador;



Seminário devolutivo na RMPPO

- Realizada a monitoria dos recifes de coral e ictiofauna associada, da secção sul da RMPPO (recifes Kev's Ledge, Texas, Creche, Techobanine 1 e Techobanine 2);
- Realizada a monitoria do comportamento de mergulhadores nos recifes Doodles e Steve's Ledge na RMPPO. A actividade incluiu o treinamento de dois fiscais da reserva e de uma estagiária para que a monitoria possa no futuro ser conduzida pela própria reserva. Dados inseridos em base de dados própria;
- Reciclagem, em técnicas de monitoria da pesca recreativa e desportiva e identificação de espécies de peixe, feita a oito fiscais e a uma digitadora de dados da RMPPO. A acção teve como base as dificuldades e lacunas identificadas aquando da análise de dados desta monitoria;
- Aprovado pelo *African Journal of Marine Science* o artigo científico, elaborado em 2017 por Ryan Daly em co-autoria com Marcos Pereira, referente ao tema "*Quantifying the largest agregation of giant trevally (Caranx ignobilis) on record: implications for management*". O artigo refere-se a maior agregação de xaréus gigantes registada no planeta – o que confere à RMPPO uma valor de conservação acrescido;


Reciclagem de fiscais da RMPPO sobre técnicas de monitoria

- Elaborado, e em processo de revisão final, o capítulo sobre a pesca recreativa à linha com barco na RMPPO que compõe o relatório sobre Pesca de Alto Mar 2010-2014;
- Elaboração e submissão de dez frases/mensagens, do *layout* da t-shirt de monitor de tartarugas marinhas ao grupo protocolar de organização da visita de S.Excia. o Presidente da República à Ponta do Ouro. Esta actividade não estava planificada e foi solicitada pelos parceiros ANAC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e Mozbio, todavia, de acordo com os

mesmos, a abordagem de recepção foi modificada e as propostas idealizadas não foram desenvolvidas;

- Produção de placas educativas/informativas sobre ecossistemas e espécies relevantes para as ACs, tendo sido concluída, impressa e montada uma placa (em inglês e português) na RMPPO sobre tartarugas marinhas. O processo envolveu o apoio da Fundação Local no desenho do *layout* juntamente com o ProEco, para além dos conteúdos desenvolvidos pelo ProEco e revistos pela RMPPO, ANAC e Mozbio, assim como a escolha e contratação de uma gráfica para a impressão e montagem da placa no local. A prioridade neste ano é finalizar as restantes placas para a RMPPO, sendo que numa segunda fase se seguirá o PNAB (com apoio da Fundação African Parks), e neste contexto foi também seleccionada a empresa Golo para a produção das placas da RMPPO;

Placa informativa sobre tartarugas marinhas

- Organização do seminário técnico sobre "Resultados de investigação e monitoria nas áreas de conservação marinhas em Moçambique", o terceiro organizado com a ANAC, numa linha orientada para uma integração cada vez maior da componente de investigação e monitoria nas ACs e para uma gestão adaptativa com base nos achados e resultados destas monitorias. Produzida a nota conceptual do seminário, constituída equipa organizadora, elaborados o programa, lista de convidados e convites;

- Em progresso a preparação de uma proposta de tese de doutoramento sobre "Efectividade e governação das áreas de conservação marinhas". Em relação com esta tese, a ser desenvolvida por um dos integrantes do ProEco, foi produzido um capítulo sobre as áreas de conservação marinhas em Moçambique a integrar uma publicação regional sobre áreas marinhas protegidas da zona ocidental do Oceano Índico sob a égide da Convenção de Nairobi e coordenada pela WIOMSA. Ainda no âmbito desta publicação, o mesmo elemento participou em dois encontros internacionais (no Kenya e em Madagascar) relacionados com a preparação, revisão e validação dos diferentes capítulos que compõem a referida publicação que espera-se esteja terminada até meados de Agosto aquando da realização da CoP9 da Convenção de Nairobi.

AE 7.2 - Programa de investigação, monitoria e conservação de tartarugas marinhas

- Em processo a elaboração do relatório da época de nidificação 2017/2018, no âmbito do qual foram realizadas as seguintes actividades:

  - Composição da equipa de autores, tendo-se enviado convites e estabelecidos contactos com os mesmos;

  - Partilha da estrutura do relatório com a equipa e definição de responsabilidades;

  - Solicitação de dados aos diferentes programas de monitoria e sua inserção em base de dados (compilados dados do PNAB, PNQ, RMPPO, Cabo São Sebastião e Vamizi).

- Elaboração e submissão do artigo científico intitulado "*Artisanal fisheries still represent a significant threat to marine turtle conservation in Mozambique*", o qual foi aprovado para publicação, em meados de Julho, na revista científica *African Sea Turtle Newsletter*;

- Em progresso a preparação de uma tese de doutoramento sobre "Percepções das pessoas sobre o desenvolvimento de megaprojectos sobre a conservação de tartarugas marinhas em duas áreas de conservação marinhas transfronteiriças". A tese foca a área Ponta do Ouro – Kosi Bay. Encontra-

se em preparação a proposta de estudo e a estrutura da tese, tendo o doutorando beneficiado de uma formação sobre o "*Community Voice Method*" a aplicar na avaliação das percepções das comunidades;

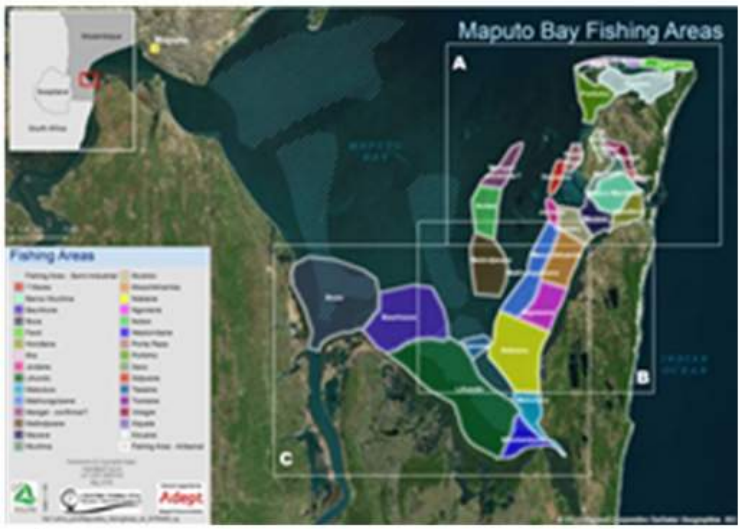
- Contribuição com informação técnica para a elaboração, por parte do Mozbio/FNDS, de notícias e divulgação de resultados das monitorias nas ACs marinhas. Efectuados comentários técnicos a uma notícia sobre tartarugas marinhas, intitulada "Mortalidade de tartarugas diminui drasticamente na Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro", a qual foi publicada na página web do FNDS em finais de Maio.

Notícia publicada na página web do FNDS

AE 7.3 - Monitoria de pescarias de pequena escala

Programa de monitoria da pesca artesanal na parte ocidental da RMPPO virada para a Baía de Maputo, iniciado em 2016, no qual o CTV tem o papel de gerir tecnicamente o programa em apoio à RMPPO

- Revisão das fichas de dados, as quais são recolhidas e enviadas ao CTV pela RMPPO, e sua inserção em base de dados. No período em análise esta actividade contou com o suporte de três estagiários que inseriram a série temporal de fichas de Agosto de 2017 a Março de 2018 dos estratos de Machangulo e Santa Maria (a Ilha da Inhaca não está a ser coberta por falta de monitor). A base de dados conta actulamente com dados de 642 unidades de pesca amostradas;
- Armazenamento em arquivo eletrónico de dados e de fotografias de pescado capturado e de artes de pesca fornecidas pelos monitores. O arquivo serve como controlo de qualidade dos dados e prova do esclarecimento de dúvidas aos monitores sobre a identificação de espécies, identificação das artes, etc., num esforço contínuo de monitoria do trabalho de amostragem e garante da qualidade dos dados colhidos;
- Elaborado o primeiro rascunho do artigo intitulado "*Time and cost-effective preliminary mapping of artisanal fishing areas, within and adjacent to a marine protected area*", o qual expõe e analisa o método de mapeamento das áreas de pesca implementado pelo CTV no âmbito do "Projecto de investigação e identificação de habitats e ecossistemas críticos como resultado das actividades artesanais sobre os recursos marinhos na Baía de Maputo" (projecto este que incluiu a implementação do programa de monitoria da pesca artesanal). Artigo deverá ser submetido ao *Western Indian Ocean Journal of Marine Science*.



Áreas de pesca mapeadas na costa Ocidental da RMPPO

Plano de gestão para o uso de recursos extractivos na costa ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro

A elaboração deste plano foi iniciada em 2017. No período em análise o mesmo foi concluído, submetido à RMPPO/PPF e aprovado. Sequencialmente e concretamente foram efectuadas as seguintes actividades:

- Conclusão das entrevistas preliminares às partes interessadas e afectadas (PIAs);
- Elaboração do plano em si, num processo interactivo com a RMPPO e PPF, definindo-se à partida o âmbito do plano, os objectivos de gestão e operacionais e o plano de implementação e monitoria. Paralelamente foi elaborado o designado "Documento de Suporte 1", constituindo a base técnica e a constextualização necessária que, juntamente com os resultados das entrevistas preliminares, ditaram a abordagem e as medidas definidas no plano;
- Submissão do primeiro rascunho do plano à RMPPO e PPF para aprovação para a segunda fase de consultas públicas;
- Disseminação por correio eletrónico do rascunho do plano e sua apresentação em reuniões públicas para PIAs chave com enfoque nas comunidades usuárias dos recursos. Realizadas três reuniões na Costa do Sol, Inhaca e Machangulo, as quais contaram com um total de 85 participantes;
- Transcrição das perguntas e respostas nas consultas públicas e resumo dos comentários recebido por correio electrónio;
- Análise e avaliação da integração no plano das questões colocadas e comentários recebidos, em dois encontros técnicos com o Administrador da RMPPO;
- Elaboração da versão final do plano integrando as questões e recomendações pertinentes;
- Elaboração do designado "Documento de Suporte 2" ao plano, compilando e sumarizando todo o processo de consulta pública incluindo as entrevistas preliminares.
- Submissão do plano, acompanhado dos respectivos documentos de suporte, à RMPPO e PPF.

Reunião de consulta pública na Ilha da Inhaca, no âmbito do Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos

PE8: Monitoria Ambiental de Projectos de Desenvolvimento

AE 8.1 - Monitoria ambiental dos processos de licenciamento de projectos de desenvolvimento e de reassentamento

Participação em consultas públicas de processos de avaliação de impacto ambiental e licenciamento ambiental, e emissão de pareceres técnicos

- Participação na reunião pública de informe de desempenho da Mozal, na qual foi apresentado os projectos sociais, económicos e educacionais assim como as monitorias ambientais que têm sido feitas (sobre a qualidade da água, ar e tratamento de resíduos). No encontro foram levantados problemas diversos por parte da PIAs (ruído do transporte de lingotes de alumínio, danos às vias de acesso e contaminação dos solos por óleo das viaturas, na área adjacente à fábrica). Relatórios de monitoria ambiental não foram disponibilizados tendo sido remetido para obtenção através de pedido formal junto da própria Mozal e da Agência de Qualidade Ambiental (AQUA);

- Analisada a possibilidade de emitir um parecer técnico sobre a implantação do aterro sanitário na Vila de Marracuene, em substituição da lixeira de Hulene. O pedido foi direccionado ao CTV pela Associação dos Naturais e Amigos de Marracuene (ANAMAR), sendo que para o efeito, e para um melhor enquadramento do problema, se realizou encontros com a Livaningo e provavelmente se optará por uma abordagem diferente, conjunta, dado avanços vários já realizados.

AE 8.2 - Monitoria dos Planos de Gestão Ambiental de projectos de desenvolvimento

Monitoria da conformidade da aplicação do plano de gestão ambiental de pelo menos um grande projecto de desenvolvimento (Projecto de gás natural liquefeito de Cabo Delgado)

Os passos seguintes foram dados com o intuito de, no fim, definir um programa de monitoria direccionado aos aspectos ambientais que será complementar à monitoria social e legal já largamente conduzida pelo CTV em Palma:

- Análise do dossier que contém o plano de gestão ambiental do projecto de LNG de Cabo Delgado para familiarização com os indicadores de monitoria, estratégias de monitoria, etc., ali definidos;
- Realizado encontro com representantes da Anadarko para comunicação da intenção de monitoria e sua importância, conhecimento do sector de gestão ambiental de empresa, e para o estabelecimento de uma via de troca de documentação e informação importante para esta actividade. Neste encontro foi dado a conhecer ao CTV que será instituido pela empresa um "Painel de acção de biodiversidade" que irá integrar a academia e organizações da sociedade civil com o objectivo de partilhar e discutir aspectos relacionados com a biodiversidade na área de operação da Anadarko Moçambique Área 1 (AMA 1), ao qual se manifestou interesse em participar. No encontro foi feita, por parte da empresa, uma apresentação do projecto e do Plano de Gestão Ambiental Social (PGAS) e diversos subplanos que o compõem.

Outras actividades / Consultorias / Trabalhos em redes e plataformas

- Participação em dois encontros preparatórios, junto com outras organizações da sociedade civil, para a definição da abordagem e temas de discussão para um workshop com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). Esta actividade foi impulsionada pela We Effect e inclui para além do CTV, a ORAM, Abiodes, UNAC, AMA, JA e Livaningo, que trabalham na área de terras e ambiente. Embora esta iniciativa tenha culminado com a organização de gupos de trabalho específicos para a definição dos temas a abordar (tendo o CTV constituído grupo com a Abiodes para definir pontos relacionados a assuntos de biodiversidade), elaboração e submissão da nota conceptual e alinhamento da agenda com o MITADER, e contactos diversos com este ministério, alegadamente por motivo de agenda do Ministro no presente ano, a iniciativa encontra-se parada;
- Participação de técnicos do ProEco em dois programas de televisão, nomeadamente: (i) no programa "Contacto Directo" da Televisão Miramar abordando o tema "Habitabilidade Urbana"; e, (ii) no programa "Primeira Página" da Televisão de Moçambique (TVM) abordando questões sobre o turismo de mergulho recreativo em Moçambique e a importância dos corais. Destacar que neste último foi feita pelo ProEco uma revisão do guião de perguntas elaboradas pela TVM;
- Concluido e submetido à RARE o relatório técnico do estudo sobre os recifes de coral e mangal das áreas de gestão comunitária no âmbito do Projecto da Pesca Artesanal de Adaptação às Mudanças Climáticas (PPAMC-FishCC). O estudo inclui dados de florestas de mangal em Memba e Pomene, e recifes de coral em Mefunvo, Pomene e Závora);
- Apoio na identificação de bioindicadores para a RMPPO, com referência ao desenho do Projecto Mozbio II e definição de indicadores de monitoria e avaliação do mesmo. O apoio foi prestado através de participação e pareceres formulados em encontros diversos, incluindo o destaque de critérios a considerar na definição de indicadores realisticos e robustos;
- Preparação e submissão de uma proposta técnica e financeira ao WWF, a pedido destes, para a preparação de um relatório sobre o estado de conservação das tartarugas marinhas em Moçambique e de um plano de acção nacional para a conservação destas espécies em Moçambique;
- Participação em reunião de reflexão e revitalização do Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira (FOSCAMC), da qual o CTV é membro. Ainda no âmbito

deste fórum foram iniciadas discussões sobre a realização de uma reunião com o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), para apresentação de questões de gestão e governação da área marinha e costeira, a decorrer em Agosto em Maputo.

Resultados, Impactos e Mudanças

- Dados sobre ecossistemas e espécies monitoradas no âmbito do MdE com a ANAC sistematizados e analisados em relatórios técnicos (o segundo), com importância não só em termos de documento de análise, assim como de orientação das monitorias e sua melhoria e apresentação de recomendações de gestão;
- Maior consciencialização por parte dos diferentes usuários da RMPPO, principalmento o governo local e operadores turísticos, sobre os resultados da monitoria e a sua aplicação na gestão e conservação das espécies e ecossistemas protegidos pela reserva;
- Fiscais da RMPPO que beneficiaram da reciclagem melhor preparados para garantir uma recolha de dados adequada para a gestão da actividade da pesca recreativa e desportiva;
- Artigos científicos produzidos e sua publicação e divulgação permitem um conhecimento mais aprofundado das espécies e ecossistemas analisados, e constituem fonte importante para a definição de abordagens de gestão, conservação e protecção dos recursos naturais;
- Produção de placas educativas/informativas sobre ecossistemas e espécies nas ACs, adequada e orientada para a educação e conservação ambiental valorizando o património natural protegido pelas mesmas. Placa sobre tartarugas marinhas com informação sobre estas espécies e alerta sobre aspectos da sua protecção e conservação cumpre o papel de meio consciencializador dos utentes da reserva;
- Notícias permitem maior consciencialização sobre o resultado do esforço de conservação das tartarugas marinhas;
- O "*Plano de gestão para o uso de recursos extractivos na costa ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro"* constitui um instrumento de gestão importante, acessório ao plano de maneio da RMPPO, que permitirá que esta reserva cumpra o seu propósito de proteger as espécies e habitats marinhos e costeiros naquela que constitui uma área de uso múltiplo dentro da sua jurisdição;
- Interacção alcançada com a empresa Anadarko pode ser considerada positiva e um passo inicial para o desenho da monitoria de aspectos ambientais e de biodiversidade impactados por este projecto;
- Debates em televisão contribuem para uma maior consciencialização sobre a importância do planeamento urbano e da preservação dos recifes de coral e da necessidade de adopção de boas práticas de mergulho recreativo por parte dos turistas;
- Relatório técnico do estudo sobre os recifes de coral e mangal das áreas de gestão comunitária no âmbito do PPAMC-FishCC apresenta recomendações específicas para a selecção, estabelecimento e monitoria das áreas de gestão comunitária e áreas de recuperação do recurso, contribuindo para o alcance dos objectivos do projecto.

Constrangimentos e Desafios

- Projecto de nomeação da RMPPO e REM para Património Mundial pautado por incerteza do início da elaboração do documento técnico de nomeação devido à necessidade de identificação e

contratação de um consultor externo por parte da coordenação do projecto. Adicionalmente, a não confirmação por parte de alguns especialistas assim como a alteração da abordagem inicial dos TdR dos especialistas, constituiram também factores de atraso do processo;

- Submissão à ANAC dos relatórios técnicos de monitoria e investigação no PNQ, PNAB e RNP adiada, devido a sobreposição de actividades e à necessidade de uma revisão mais aturada;
- Constitui desafio criar um *template* padrão de análise de dados das monitorias de mangais de forma a permitir uma análise corrente e padronizada ao longo dos anos;
- Ainda sobre a monitoria de mangais há necessidade de melhorar alguns procedimentos, nomeadamente a identificação geográfica das quadrículas de monitoria, melhoria do registo fotográfico e catalogação de imagens de referência;
- Constrangimentos no acerto da data para a realização do seminário técnico da ANAC e algumas incertezas relacionadas com o pedido de incluir parceiros de financiamento e de implementação da ANAC no mesmo, conduziram a algum atraso na organização do seminário. Adicionalmente, a definição de datas em Setembro (como finalmente acordado) irá constituir um risco para as restantes actividades desenvolvidas pelo CTV, em especial as saídas de campo para as monitorias que devem ocorrer entre Setembro e Outubro cumprindo um ciclo de um ano;
- Constrangimentos diversos colocam em causa a publicação do relatório anual de tartarugas marinhas previsto para Agosto, nomeadamente a morosidade verificada no envio de dados brutos por parte do PNQ, a indisponibilidade da co-autora de Vamizi para efectuar a análise de dados e redigir os tópicos atribuídos e dificuldades de comunicação com o chefe da fiscalização da RNP;
- A mortalidade de tartarugas marinhas no país contínua a ser preocupante, constituindo desafios a nível de intervenção do CTV continuar a monitorar/reportar a situação reunindo dados de mortalidade que se querem mais consistentes e completos, assim como disseminar esta informação para que a mesma cumpra o papel de alerta e despoletar de medidas de gestão/controlo mais adequadas;
- Teses de doutoramento, embora incluam temáticas de interesse interventivo do CTV e estejam enquadradas no plano de actividades, constituem um desafio pela demanda de envolvimento extra dos proponentes próprio do processo de elaboração da tese;
- Curso de reciclagem dos monitores da pesca artesanal na RMPPO e a supervisão *in situ* da colecta de dados, não foram realizadas por falta de fundos e por sobreposição de actividades;
- Entrega das fichas de amostragem da pesca artesanal na RMPPO tem sido efectuada de forma irregular, sendo necessário encontrar um mecanismo contínuo de entrega por parte da RMPPO que permita um melhor controlo da actividade e organização dos dados;
- Necessidade de contratação, por parte da RMPPO, de dois monitores da pesca artesanal para o estrato da Ilha da Inhaca e a identificação de estagiários para apoio na inserção contínua de dados desta monitoria;
- Reuniões de consulta pública relativas à elaboração do "*Plano de gestão para o uso de recursos extractivos na costa ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro"* foram diversas vezes adiadas por sobreposição de agendas das autoridades hospedeiras das mesmas, assim como se verificaram atrasos substanciais na recepção de revisões ao plano efectuadas por PIAs relevantes para a área do projecto. A necessidade de tradução de inglês para português do primeiro rascunho do plano, que inicialmente foi compilado por consultora externa, também constituiu um constrangimento ao processo;
- Estratégia de Biodiversidade do projecto LNG em Cabo Delgado encontra-se ainda a ser finalizado pela empresa e será parte integrante do PGAS. O PGAS, que está a ser actualizado, e outros planos chave serão publicados apenas após a Decisão Final de Investimento (FID) da empresa;
- A elaboração de um programa de monitoria dos aspectos ambientais/biodiversidade relacionados ao projecto LNG constitui um desafio dado os inúmeros ecosssistemas e espécies envolvidas e

grande área geográfica abarcada. Adicionalmente será um desafio manter uma interacção constante com a empresa para atingir este objectivo, nomeadamente no acesso aos seus mecanismos de gestão ambiental, controlo e registos, que serão obviamente importantes para equiparação com quaisquer resultados que se obtenham de uma monitoria independente;

- A falta de acesso ao Estudo Ambiental Simplificado realizado para a implantação de uma lixeira em Marracuene dificulta o processo de análise do assunto e apoio a ANAMAR.

UCD: UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Área Temática: Comunicação e Divulgação
Coordenador: Manuela Wing
Técnicos: Dinis Mandevane e Shélio Chaia
Local de Implementação: Todo o país

Actividades Realizadas

PE9: Visibilidade e Comunicação Institucional

AE 9.1 - Branding e marketing das actividades e produtos do CTV

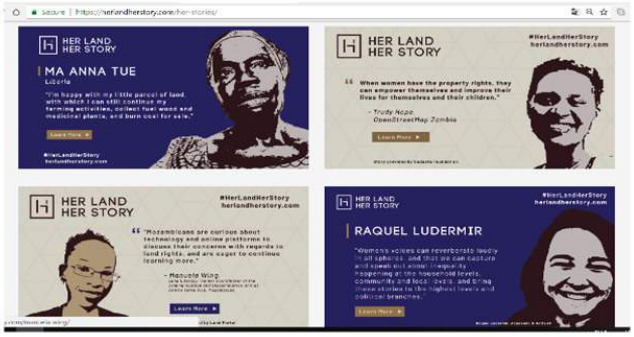
- Produzidas e publicadas 33 notícias na página web do CTV (Anexo 4), na página do Facebook e na plataforma CivilInfo.
- Destas, cinco foram replicadas na Agência CivilInfo e no Jornal Notícias;
- Produzidas quatro edições do Boletim "Terra Viva".
- Contactadas duas empresas para avaliar a viabilidade e custos do envio de mensagens com dicas / mensagens ambientais por via de redes de telefonia móvel. Os custos identificados revelaram-se demasiado altos pelo que esta abordagem foi descartada tendo-se decidido por produzir *spots* publicitários com o objectivo de sensibilizar o público sobre determinadas temáticas relacionadas com a preservação do meio ambiente. Em preparação o conceito e o *script*;

Notícias publicadas

- Produzido um vídeo de curta duração ilustrando o impacto do trabalho do CTV na vida das comunidades intervencionadas em Palma, nomeadamente através do depoimento de uma beneficiária na primeira pessoa. O vídeo foi exibido na comemoração dos 15 anos do CTV celebrados num evento a 27 de Março. Encontra-se em preparação os *scripts* para os restantes vídeos planificados;
- Contratação de empresa criativa (Qideia) para a reformulação da marca CTV, logotipo e material estacionário e de comunicação. Iniciado o processo de reformulação/melhoramento do logotipo. A actividade deveria ter sido concluída no primeiro semestre, mas limitações financeiras não o permitiram;
- Elaborados dois comunicados de imprensa relativos a dois eventos organizados pelo CTV, nomeadamente: (i) a capacitação de deputados da Assembleia da República (representantes da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e Legalidade, e da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social); e, (ii) o lançamento do Relatório Anual de Governação Ambiental (RAGA) do ano 2017, o qual teve a cobertura da TVM e do Jornal Notícias. Sobre este último evento, foi também publicado um anúncio no jornal, facilitada a participação de um técnico no programa "Primeira Página" da TVM1 e publicitado o

evento na página web e facebook do Programa AGIR e na *newsletter* Plataforma, assim como em todas as redes sociais e página web do CTV;

- Publicação de um total de 26 conteúdos diversos (sobre actividades, anúncios, eventos do CTV e de parceiros, etc.) na página do facebook;
- Contributo para a campanha "Her land her story", do Land Portal e Cadasta Foundation, através de uma entrevista à coordenadora da UCD, com enfoque nos direitos da mulher à terra, advocacia e aumento da consciência sobre estas questões.



Site da campanha "Her land her story" ilustrando a publicação da entrevista à coordenadora da UCD

AE 9.2 - Interacção com os media

- Realizada a compilação de contactos de chefes de redacção de diversos jornais, televisões e rádios a nível da Cidade de Maputo no âmbito de estabelecimento de parcerias com os media. Os órgãos de comunicação não responderam de maneira positiva e preve-se a organização dum encontro em Fevereiro de 2019, com vista a estabelecimento de parceria com estes meios de comunicação para influenciar a partilha de informação sobre as questões ambientais, podendo ser através da participação de programas, divulgação de eventos, entre outras formas;
- Produzidos e divulgados, em parceria com rádios comunitárias, 32 programas (16 em português e mesmo número replicados em línguas locais) para disseminação sobre a legislação ambiental, particularmente relacionada com as consultas públicas de comunitárias, mecanismos de participação e acesso à informação. Estiveram envolvidas quatro rádios comunitárias, nomeadamente a Rádio Comunitária de Palma, Rádio Encontro em Nampula, Rádio Moçambique – Emissor Provincial de Inhambane e Rádio Comunitária Nkomati da Manhiça.
- Capacitação de jornalistas de rádios comunitárias das províncias de Nampula e Cabo Delgado, na Cidade de Pemba, no âmbito da parceria com o CAICC. Catorze pessoas (dez homens e quatro mulheres) capacitados. Temas apresentados sobre "Quadro jurídico-legal sobre ambiente, terra, petróleo e recursos naturais", na vertente do ProLegis, e "O papel do jornalista na promoção do desenvolvimento sustentável", na vertente do UCD.
- Avaliação do impacto das formações dos jornalistas em materiais ambientais desde 2016 até 2018. Percebeu se que 90% dos jornalistas formados alegam a não possuir condições financeiras e técnicas para a realização de materiais sobre os assuntos pelos quais foram capacitados. O assunto esta sendo estudado internamente para a revisão da metodologia de abrangencia.

PE10: *Lobbying* e Advocacia

AE 10.1 - Realização de debates, mesas redondas, programas de televisão como ferramentas de advocacia

- Organização e realização de um total de 14 eventos, entre debates, mesas redondas, eventos de lançamento de produtos, relativos a temáticas e objectivos diversos, os quais contaram com um total de 2 751 participantes (1 718 homens, 1 033 mulheres; Anexo 2 – lista dos eventos e o número de participantes). Destes, destacam-se os descritos a seguir:

(i) Lançamento do RAGA edição 2017 subordinado ao tema "Governação comunitária de terras e recursos naturais em Moçambique: oportunidades, desafios e lições" e do filme-documentário complementar ao mesmo denominado "8 dias em Massingir (animais não votam)". O evento de lançamento aconteceu a 27 de Março, no Anfiteatro da Universidade

Eduardo Mondlane (UEM), e contou com a participação de 58 pessoas em representação do Governo, embaixadas, académicos, organizações da sociedade civil (OSC) e estudantes;

(ii) Evento de comemoração dos 15 anos do CTV e apresentação do Plano Estratégico 2018-2022. O evento decorreu no dia 27 de Março, no Hotel Polana na cidade de Maputo, tendo contado com a participação de cerca de 35 pessoas entre representantes do Governo (Assembleia da República), parceiros de financiamento, OSCs, antigos funcionários, membros da Assembleia Geral do CTV e parceiros de trabalho e beneficiários das intervenções do CTV;

(iii) Seminário formativo sobre monitoria da governação de terras e investimentos, dirigido a deputados e assessores da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social, da Assembleia da República. O evento, realizado na cidade de Maputo, juntou 30 participantes e insere-se na parceria de trabalho entre a Assembleia da República e o CTV, a qual tem em vista melhorar a contribuição de ambas as instituições no apoio aos processos de reassentamento;

Comemoração dos 15 anos do CTV

(iv) Três encontros, organizados com organizações da sociedade civil, no âmbito da revisão da Política Nacional de Terras lançada pelo Presidente da República na IX Sessão do Fórum de Consulta sobre Terras. O primeiro encontro teve como objectivo avaliar de que forma as OSCs podem contribuir para alargar a reflexão sobre a revisão da política; o segundo encontro foi destinado a identificar a estratégia adequada para influenciar a revisão, desenho de um plano de acção que incluiu a identificação da metodologia a seguir, prazos, orçamentos e distribuição de tarefas, tendo sido acordado que se deveria solicitar ao MITADER os TdR que orientam a revisão para facilitar a actuação do grupo; o terceiro encontro, teve em vista concertar ideias para fortalecer o posicionamento das OSCs na discussão que estas iriam desenvolver a 01 de Junho no Grupo de Reflexão para o Fórum de Consulta sobre Terras. Encontros contaram com a presença de diversos parceiros, tais como a Livaningo, Observatório do Meio Rural (OMR), Mulher, Género e Desenvolvimento (MUGEDE), Associação Moçambicana de Avaliação do Impacto Ambiental (AMAIA), Conselho Cristão de Moçambique, Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Liga de Organizações da Sociedade Civil e Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terra em Moçambique (JOINT/ASCUT), UEM, Kuwuka-JDA e UNAC;

(v) Debate realizado no Distrito de Palma, a 29 de Maio, sobre o tema "Privatização da terra em Moçambique e direitos das comunidades locais", com o objectivo de promover a reflexão colectiva sobre o incontornável processo da reforma legal onde todos são chamados a participar activamente. O evento contou com cerca de 30 participantes (sete mulheres e 23 homens) em representação de funcionários públicos, membros da sociedade civil, partidos políticos, secretários de bairro, líderes comunitários, confissões religiosas e agentes económicos locais. A Digníssima Procuradora do Distrito de Palma foi a oradora principal e Nelson Alfredo do CTV moderou o debate.

- Ainda num processo de pré-organização de debates e mesas redondas, a UCD procedeu junto dos programas a uma identificação de temas a considerar;

Debate sobre a privatização da terra em Moçambique e direitos das comunidades locais

- Realização do seminário sobre resultados de investigação e monitoria nas áreas de conservação marinhas em Moçambique, no início do mês de Setembro no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre o CTV e a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC). Participação no primeiro dia de 40 participantes (24 homens e 16 mulheres) e no segundo dia com 37 participantes (23 homens e 14 mulheres). Os participantes eram compostos por representantes do Governo (Administradores e chefes de fiscalização das ACMs), representantes da ANAC, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas - MIMAIP, parceiros da sociedade civil, sector privado e instituições de ensino e investigação, bem como parceiros de financiamento.
- Elaboração de *concept note*, e o orçamento para a preparação da Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável (que CTV pretende fazer no ano 2020). Esta actividade terá a sua continuidade no início de 2019, na procura dos financiamentos, identificação dos oradores, participantes, entre outras actividades.
- Organizados processos de monitoria em alguns projectos com os deputados da 3ª Comissão da AR, nos Distritos de Montepuez, Comunidade de Namanhumbir – em Cabo delgado, Moatize e Marara, em Tete e em Chibuto – Província de Gaza. Como resultado destes encontros realizou-se um encontro técnico com os governantes de Gaza e Chibuto bem como representantes das Organizações da Sociedade Civil e das comunidades pela exploração de recursos minerais no Distrito de Chibuto. Esta actividade foi realizada em parceria com o Pró-Legis, e foram abordados assuntos relacionados com as compensações.
- Em termos de gestão de informação e documentação institucional, foi iniciada uma pesquisa sobre sistemas de gestão documental, uma definição básica das necessidades e objectivos de um tal sistema para o CTV e recentemente publicados TdR para a contratação de uma consultoria para o desenho e implementação do referido sistema;
- Garantido o arquivo do historial da instituição compilando fichas de projectos (30 fichas), com o descritivo de cada projecto implementado pelo CTV entre os anos 2002 e 2017, constituindo a memória e a experiência institucional para diversos efeitos incluindo a preparação de propostas técnicas;
- Criada biblioteca digital com vista a disponibilizar o acervo ao público, aguardando-se pela última etapa relativa às instruções sobre uso o deste acervo que deverá ser passada pelo informático;
- Criado um cadastro de eventos e reuniões participadas pelos técnicos do CTV aliado a um arquivo das sínteses das mesmas, como forma de facilitar e orientar o seguimento dos assuntos desses mesmos eventos;
- Desenvolvimento de uma ficha de recolha de informação, no âmbito da avaliação do nível de procura de informação por parte do público externo, que será alimentada tanto com os pedidos que chegam ao CTV assim como com dados pós-entrevistas ou pós-comunicação entre o solicitante e o técnico/programa.

AE 10.2 - Networking, interacção com o sector privado e representação do CTV em redes, plataformas, educação ambiental.

- Participação no Movimento *Lets Do It*, nomeadamente através da disseminação das acções do movimento e estando em vista seleccionar algumas escolas da cidade de Maputo para palestras de sensibilização em relação à gestão de resíduos sólidos;
- Participação, junto com o ProEco, em encontros preparatórios para um workshop com o MITADER das organizações que trabalham na área do ambiente e terras, o qual por motivo de agenda do Ministro foi adiado para 2019;
- Em processo a identificação de sinergias de trabalho com a Rede de Paralegais para o Desenvolvimento Sustentável de Niassa (REPADES), estando identificada a possibilidade de se promover uma acção de capacitação no próximo semestre. A aproximação ao CTV foi feita pela REPADES que compartilhou o seu plano de actividades e solicitou a identificação de actividades que possam ser desenvolvidas em parceria;
- No âmbito do trabalho em plataformas e redes, foram recolhidos dados sobre sete plataformas activas pretendendo-se avaliar a possibilidade de trabalhos em parceria;
- Submetida à Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) uma proposta técnica para realização de um seminário de reflexão sobre o reasentamento na perspectiva do sector privado em Moçambique. foi feito todo o trabalho técnico de preparação de uma conferência Nacional sobre a Gestão de Terras, tendo sido convidada a OMR e a ASCUT. O evento está agendado para última quinzena de Fevereiro de 2019 e vai discutir questões relacionadas com a governação de terras e o processo de reassentamento originados por investimentos económicos;

Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva em comunicado de imprensa sobre o processo de reassentamento em Palma

- CTV passa a integrar, junto com o Centro de Integridade Pública (CIP), Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Kuwuka JDA e Sekelekani – Comunicação para o Desenvolvimento, a Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva (CCIE);
- A Rede de Paralegais para o Desenvolvimento Sustentável de Niassa – REPADES, o plano de actividades, e uma solicitação para identificação de actividades que podem ser feitas em parceira. Como corolário do trabalho técnico foram identificadas actividades convergentes e realizada uma sessão de capacitação envolvendo 28 pessoas (21 homes e sete mulheres);
- Estabelecidos contactos com a Universidade Unilúrio, Delegação de Pemba que culminaram com a participação do CTV na Conferência sobre Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade, nos dias 22 e 23 de Outubro. No evento, que juntou cerca de 200 especialistas e estudantes, os autores apresentaram dois estudos produzidos pelo CTV nomeadamente: I – Participação da mulher nos processos de tomada de decisões sobre o processo de atribuição do DUAT e Reassentamento II - Documentação de Respostas Humanas não Planificadas às Mudanças Climáticas;
- Foi organizada as comemorações do Dia Mundial da Mulher Rural, desta feita, na Cidade de Inhambane, através da realização de um debate radiofónico e participação em uma feira alusiva a efeméride. No mesmo contexto, o programa organizou a participação da instituição na conferência nacional do Género realizada em Parceria com o Ministério do Criança, Género e Acção Social, no mês de dezembro, na Cidade de Maputo.

- Outros eventos que igualmente merecem destaque são a Fórum Consultivo do AGIR na qual o CTV participou com um "stand" expondo os seus principais produtos (relatórios, documentários entre outros);
- Concluido o baseline sobre educação ambiental e a promoção de formas alternativas de sustentabilidade para crianças órfãs;
- Estabelecidas parcerias com os Serviços Distritais de: Educação, Juventude e Tecnologia de Zavala (SDEJT) e Saúde e Acção Social (SDSAS), bem como laços com a sociedade civil local em forma da Associação Kulani Kwati Vanana (AKKV), baseada no mesmo Distrito;
- Desencadeados seminários e capacitações de 60 crianças (criação e formação dos clubes do ambiente, matérias de ambiente, direitos da criança incluindo ambientais), 6 professores da escola alvo do projecto (na materia sobre ambiente, direitos da criança, saúde e nutrição) criação e formação dos clubes do ambiente,), os cuidadores das crianças órfas e vulneráveis;
- Capacitados: seis professores dos culbes ambientais em matérias (produzidos para este projecto) sobre os temas: i) conceitos básicos sobre o ambientem, ii) recursos naturais, iii) importância do meio ambiente, iv) cuidados a ter com o meio ambiente, v) dunas costeiras e vi) biodiversidade; 60 crianças membros dos clubes ambientais matérias sobre os temas: i) conceitos básicos do meio ambiente, ii) direito da criança, iii) dinâmicas de grupo, e iv) aspectos organizacionais dos clubes; 51 (47 mulheres, quatro homens) cuidadores das crianças órfas e vulneráveis em matérias sobre os temas: direitos da criança, nutrição e processamento de peixe, construção de plataformas e gaiolas, bem como cuidados a ter e os processos de criação de peixes.
- Construção de uma plataforma para suportar três gaiolas submersas na lagoa de Makomane gerido pela Associação local, produzindo cerca de três mil peixes que constituem ingredientes na nutrição das crianças órfas e vulneráveis.
- Implantados na escola primária alvo do projecto (e próximo de uma igreja local), dois reservatórios com capacidade de 20 mil litros de água cada, e um empreendimento de três compartimentos (sem janelas ou portas de momento) que vai permitir a recolha de água para os reservatórios.

Resultados, Impactos e Mudanças

- Disseminação de informação mantida de forma permanente através dos diversos canais de comunicação do CTV (página web e redes sociais) garantindo o maior alcance possível em termos de público. Estes canais são abertos e interactivos e permitem a colocação de questões e pedidos de partilha de informação por parte do público-alvo;
- Os canais referidos continuam a registar acessos por parte do público considerados bons, destacando-se, por exemplo, no período em análise, 1 692 visualizações/likes na página do facebook e 202 acessos à publicação do evento de lançamento do RAGA 2017. Ainda por estes meios, público interessado solicitou informação específica sobre o evento mencionado tendo participado no mesmo;
- Redes de Paralegais já são proactivas em aproximar ao CTV na busca de capacitação;
- Informações e dados sobre a gestão e administração de terras em Moçambique, incluindo as questões do género, visiveis e disponiveis em plataformas de carácter global, como o Land Portal, ou ainda em campanhas globais, como o *Her land her story*, que visam advogar e aumentar a consciencialização sobre os direitos da mulher à terra;
- Grande visibilidade dos documentários, agregados aos RAGA, resultando em convites para eventos internacionais significando uma difusão e oportunidade de exposição dos assuntos e problemas abordados a nível global. Documentário "Macoconi – As raízes dos nossos filhos" premiado no Japão, com um diploma de participação, tendo sido exibido no Green Film Festival de 23 a 25 de Março; Documentários "Quitupo Hoye" e "8 dias em Massingir" foram exibidos e debatidos na programação do Mês de África, na Universidade Federal da Bahia, no Brasil, em

reconhecimento do trabalho que o CTV tem vindo a desenvolver no apoio às comunidades na protecção dos seus direitos diante da implementação de mega-projectos;

- Divulgação de legislação ambiental através de programas de rádios (comunitários) tem impacto positivo contribuindo para colmatar a lacuna que ainda existe no seio das comunidades quanto ao conhecimento sobre os seus direitos e deveres;
- Intervenção do CTV é solicitada para diversos programas de televisão;
- Em resultado da parceria com a Assembleia da República e dos vários momentos de debate e formativos levados a cabo, foi desenhado um plano de seguimento das actividades de monitoria de governação de terras e reassentamentos o qual foi submetido e aprovado pela 3ª Comissão, encontrando-se em preparação a monitoria a projectos de investimento de exploração de recursos minerais nos distritos de Chibuto em Gaza, e Montepuez em Cabo Delgado;
- Aumentados espaços de discussão e debate de assuntos sobre a ambiente e gestão de recursos naturais;
- Potenciada a advocacia através de networking, estabelecimento de parcerias, participação em redes e plataformas de acção colectiva;
- Capacitados professores da Escola Primária do 1º e 2º Graus de Makomane em matérias ambientais, de direitos da criança, currículo local e nutrição e criados clubes do ambiente e seus membros com conhecimentos sobre o meio ambiente e direitos da criança, e capacitados cuidadores de crianças órfas e vulneráveis em matérias de construção de tanques, diretos da criança, nutrição e criação de peixe.

Constrangimentos e Desafios

- O grande desafio na componente de visibilidade e comunicação mantém-se na identificação de forma modernas e eficazes para dar a conhecer o trabalho do CTV aos diferentes públicos, e influenciar de forma efectiva a consciencialização para uma gestão sustentável e protecção e conservação do meio ambiente;
- Constitui desafio, na acção de reformulação e melhoramento da marca e imagem do CTV, que a mesma adquira um efeito mais actual/moderno sem, contudo, perder a sua identidade original espelhando os valores, missão e visão da instituição de forma clara;
- Espera-se que as rádios comunitárias possam replicar os programas produzidos como forma de aumentar o alcance dos desta prévia produção e divulgação;
- Nas parcerias que se prentende estabelecer com os órgãos de comunicação, a abertura por parte dos chefes de redacção para a introdução de matérias sobre o meio ambiente é um desafio a considerar, pelo que a abordagem aos mesmos deve salientar a importância destas e os objectivos que se pretendem atingir;
- Os vídeos institucionais a produzir sobre as actividades do CTV devem espelhar o melhor possível as mudanças alcançadas pelas comunidades e as histórias de sucesso na primeira pessoa;
- A re-estruturação da página web resultou num atraso na disponibilização de informação através da biblioteca digital;
- É um desafio para a UCD manter permanentemente a informação institucional produzida organizada e sistematizada tanto para gestão e uso interno, assim como para disponibilização pública;
- Constitui um desafio uma correcta identificação das melhores parcerias e participações em plataformas/redes de forma a que as mesmas realmente potencializem o alcance dos objectivos estratégicos do CTV.

3. ADMINISTRACAO E FINANÇAS

Responsável: Maurício Simbine
Técnicos envolvidos: Ercília Baúque, Helena Azevedo, Helena Tinga, Teresa de Sousa, Ideltrudes Zélia Namburete, Paulino Cossa
Local de Implementação: todo o país

Actividades Realizadas

PE11: Governação Interna

AE11.1: Adopção de documentos de politicas e procedimentos

O plano de actividades previa a elaboração e adoptação das políticas institucionais seguintes:

- revisão (para actualização) dos estatutos do CTV e posterior publicação no Boletim da República (não foi realizado),
- anti-corrupção (elaborado e apresentado),
- plano de contigencia/riscos ou segurança institucional (elaborado e apresentado),
- codigo de conduta e ética institucional implementado (não foi realizado),
- género (elaborada um draft e apresentada á todos os técnicos da instituição; será melhorada usando serviços externos),
- HIV/SIDA no local de trabalho (não realizada por causa da exiguidade financeira)
- protecção dos direitos da criança (realizado e adoptado, documento assinado pelos técnicos)

AE11.2: Implementação de sistema de monitoria e avaliação

Os termos de referencia para a contratação de especialista já elaborados; base de dados de cadastro de projectos.

PE12: Capacidade de Alcançar Resultados

A equipa do DAF, durante este ano realizou as suas actividades em cumprimento à execução das prioridades que integram o plano definido para o período, assim como a sua participação em diversos eventos de formação e/ou partilha de experiências promovidos pelos parceiros de cooperação.

O DAF, é integrado por três áreas específicas, nomeadamente Administração, Recursos Humanos, Contabilidade e Tesouraria.

Actividades realizadas:

Na área de Administração e Logística

(i) Trabalho contínuo de melhoramento e apetrechamento do equipamento de escritório;
(ii) Firmados contratos com diversos provedores de bens e serviços;
(iii) Mantido o controlo de bens adquiridos através do registo na base de dados e respectiva identificação;
(iv) Participação nos eventos de formação e partilha de experiências promovidos pela Swiss Development Cooperation e We Effect.

Na área de Contabilidade

(i) Mantida a execução e partilha dos relatórios financeiros mensais com os coordenadores programáticos, como forma de comunicar a posição financeira e não só, mas também para alertar o nível de execução;
(ii) Iniciado o processamento pontual de despesas na contabilidade. A assinatura de cheques e posterior pagamento só ocorrem após a integração de dados no PHC, estando mitigado o risco de acumulação de documentos não processados;
(iii) Continua verificação de balancetes mensais assegurando uma contabilidade correcta, gestão de contas, seguimento e regularização de assuntos pendentes.

Na área de Tesouraria

(i) Abertas duas novas contas bancárias PROECO e PROTERRAS, para integrar/agrupar a gestão bancária por área temática e consequente eliminação das cerca de 16 contas ora em uso, permitindo uma melhor gestão e cumprimento de procedimentos administrativos e financeiros;
(ii) Mantida a contínua gestão orçamental baseada no controlo de fundos em carteira por doador. Requisição de fundos verificados e aprovados pelo Coordendaor e Directora de Progrmas, respectivamente;
(iii) Mantida a gestão bancária através da elaboração de reconciliações mensais e uma boa comunicação entre os gestores das contas junto ao Standard Bank.

Na área de Recursos Humanaos

(i) Revogado o Capítulo 4.11 do Manual de Procedimentos, para fixação de salários e respectivo pagamento em Meticais a partir de 19 de Junho de 2018;
(ii) Mantida a gestão do pacote para Assistência Médica e Medicamentosa, por via de reembolso de despesas realizadas pelos técnicos e suas famílias;
(iii) Iniciada a apresentação dos motoristas com indumentária institucional personalizada, como forma de contribuir para a visibilidade do CTV.

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional de 2018 orientou a materialização das acções estratégicas definidas no novo Plano Estratégico 2018-2022 no que refere ao desenvolvimento institucional.

O progresso alcançado na sua implementação é descrito no Anexo 7.

Em linhas gerais e de destaque em termos de realizações, no período em análise foi adoptada a Política de Protecção dos Direitos da Criança, desenvolvido um cadastro de projectos reunindo a experiência do CTV ao longo dos anos que servirá não só como arquivo institucional mas também como uma importante prova de experiência a ser usada em acções de *fundraising* e desenho de propostas de financiamento, reforçada equipa do ProLegis e UCD e iniciada a elaboração de uma estratégia de *fundraising*.

No que diz respeito as politicas, foi adoptado tambem a politica anti-corrupção (conjugado a politica de WE Effect ao CTV) apresentado no encontro anual dos funcionarios CTV. A implementação inicia em 2019. A política de género foi apresentada no encontro anual de CTV e será implementada em 2019 apos melhorias feitas com apoio de especialistas na area.

Iniciou se o processo da criação de sistema de monitorio e avaliação durante o encontro anual de CTV através duma apresentação sobre a significancia de monitorar e availar, sobre tudo a avaliação de desempenho no trabalho, feito por um consultor na area de recursos humanos.

No âmbito de *fundraising* também foi iniciado contacto com duas fundações. Esta acção foi tomada olhando para o futuro proximo, onde CTV vai precisar de acceder fundos substanciais de fontes diversas para conseguir cobrir o orcamento das actividades do plano estrategico e para assegurar a sustentabilidade instituicional. Iniciou se tambem o processo da apresentação do plano estrategico 2018-2022 de CTV aos doadores nacionais baseadas em Maputo. Este processo vai continuar em 2019 para divulgar nossas areas de foco e encontrar doadores trabalhando nas mesmas areas.

5. GESTÃO DE RISCOS - SITUAÇÃO

O Plano de Acção para a Mitigação de Riscos 2018, previsto no Plano Anual 2018, apresentou uma previsão dos riscos e ameaças que podiam comprometer as actividades planificadas assim como definiu medidas de mitigação a considerar. A previsão teve em conta o conhecimento do contexto, a vários níveis incluindo o de segurança, em que as actividades se iriam desenrolar.

O Anexo 6 apresenta a situação dos riscos identificados, incluindo se os mesmos estão ou não controlados, se foram ultrapassados ou se permanecem.

De uma forma geral os riscos identificados a nível das actividades do ProLegis encontram-se controlados. São no geral riscos de tipologia técnico/estratégicos ultrapassados pela implementação das acções propostas. Permanece, no entanto, um risco que se considera alto, sendo este relativo à falta de segurança para trabalhar em Palma devido à emergência e ocorrência com regularidade de actos de violência, perpretados por um alegado grupo de extremistas islâmicos desde Outubro de 2017, altura em que ocorreram os primeiros incidentes.

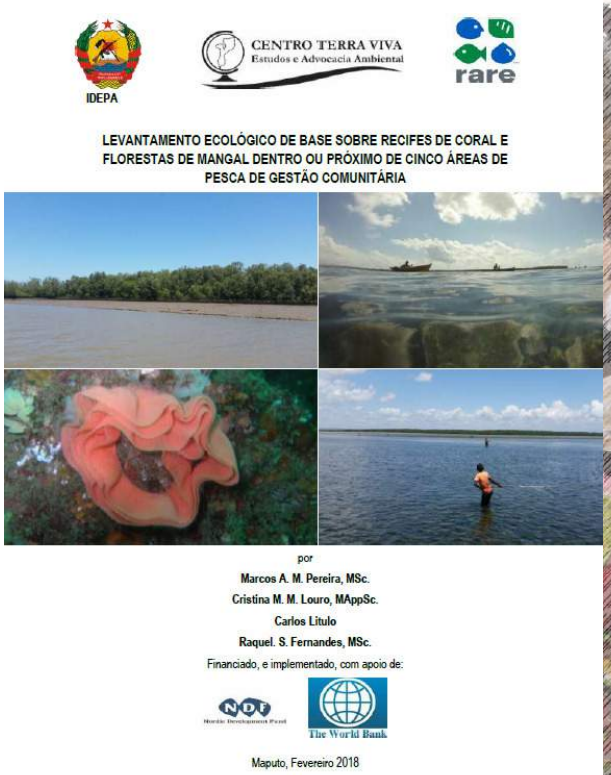
A situação de Palma foi sendo acompanhada com cautela e, numa primeira abordagem várias foram as medidas de segurança recomendadas, nomeadamente a retirada de logotipos das viaturas, a limitação de circulação do pessoal depois das 17:00 h, a suspensão de colectivos e o foco em trabalhos de desktop e circulação limitada a zonas próximas e seguras. Posteriormente, com o agravar da situação a qual foi escalando mais zonas e com uma frequência maior de incidentes, o CTV decidiu suspender, por tempo indeterminado e até que a situação seja declarada como ultrapassada, as actividades em Palma. Desta forma, os trabalhadores não nativos de Palma, foram aconselhados a regressar às suas zonas de origem, sendo que esta decisão foi dirigida especificamente ao delegado e ao administrativo. Desta forma, apenas pequenas actividades de seguimento deverão decorrer e ser garantidas nas redondezas da delegação (do género de expedientes, comunicações, etc.) e seguimento de alguns casos e processos pendentes sob seguimento e orientação à distância por parte dos coordenadores. Esta medida afecta o plano do CTV de intervenção em Palma, que nesta fase se focava no acompanhamento da fase zero de implementação do plano de reassentamento da Anadarko, nomeadamente monitorando o processo através de várias missões individuais ou em parceria com outras organizações, na mediação e resolução de conflitos relacionados com os acordos de compensação feitos entre a empresa e os membros das comunidades afectadas, reclamações perante a empresa, entre outras actividades.

Em relação ao ProEco, os riscos identificados prevalecem. Importa salientar que a maioria destes são essencialmente derivados do facto do ProEco ser formado por uma equipa pequena e de, apesar de ter encaixado novos projectos de financiamento no último ano, necessitar ainda de alargar a sua carteira de financiamento a longo prazo o que permitiria igualmente reforçar a equipa. A situação de violência em Cabo Delgado colocou em risco as monitorias ecológicas no segundo semestre no PNQ.

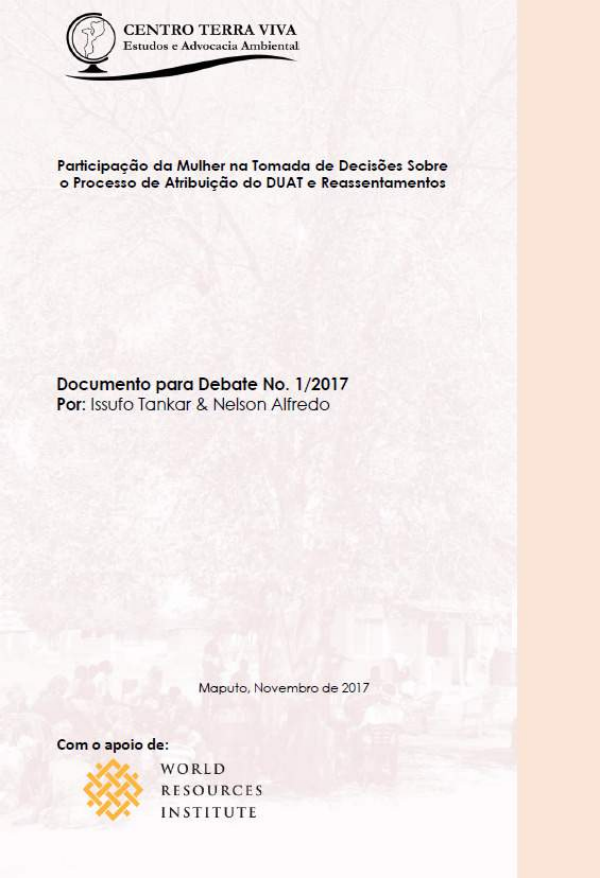
Os riscos identificados pela UCD estão na sua maioria controlados através da implementação das acções propostas. Excepção de riscos que ainda permanecem relevantes são os relacionados com a fraca aderência aos eventos organizados pelo CTV, e com a baixa partilha e abordagem de informação de carácter ambiental nos media. Embora estes riscos permaneçam constantes, há um esforço redobrado que se encontra a ser feito na identificação de parcerias, no melhoramento da pré-planificação dos eventos (mesas redondas, debates, etc.), melhoria da divulgação, entre outros.

6. PUBLICAÇÕES E PRODUTOS

Título	Produzido por
Participação da Mulher na Tomada de Decisões Sobre o Processo de Atribuição do DUAT e Reassentamentos	Issufo Tankar Nelson Alfredo
Relatório Anual sobre Governação Ambiental Edição – 2017 Governação Comunitária de Terras e Recursos Naturais em Moçambique: Oportunidades, Desafios e Lições	Alda Salomão Issufo Tankar Samanta Remane Lino Manuel
Levantamento ecológico de base sobre recifes de coral e florestas de mangal dentro ou próximo de cinco áreas de pesca de gestão comunitária	Marcos A. M. Pereira Cristina M. M. Louro Carlos Litulo Raquel. S. Fernandes
Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro	Jessica L. Williams Carlos Litulo Raquel S. Fernandes Cristina M. M. Louro
Extractive Resource Use Management Plan for the Western Shores of the Ponta do Ouro Partial Marine Reserve	Jessica L. Williams Carlos Litulo Raquel S. Fernandes Cristina M. M. Louro
Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro - Síntese da consulta pública	Jessica L. Williams Carlos Litulo Raquel S. Fernandes Cristina M. M. Louro Manuela Wing Dinis Mandevane Shelio Chaia
Investigação e monitoria de espécies e ecossistemas nas áreas de conservação marinhas em Moçambique - Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto 2017	Cristina M. M. Louro Marcos A. M. Pereira Raquel S. Fernandes Carlos Litulo Guilherme Aparício Maílis Carrilho
Investigação e monitoria de espécies e ecossistemas nas áreas de conservação marinhas em Moçambique - Parque Nacional das Quirimbas 2017	Cristina M. M. Louro Marcos A. M. Pereira Carlos Litulo Raquel S. Fernandes Tânia I.F.C. Pereira
Investigação e monitoria de espécies e ecossistemas nas áreas de conservação marinhas em Moçambique - Reserva Nacional do Pomene	Cristina M. M. Louro Marcos A. M. Pereira Carlos Litulo Michael H. Schleyer Raquel S. Fernandes Tania I. F. C. Pereira
Monitoria, marcação e conservação de tartarugas marinhas em Moçambique: Relatório Anual 2017/18	Raquel S. Fernandes Jessica L. Williams Sara Gonzalez-Valladolid Lara Muaves Marcos A. M. Pereira
Monitoring, tagging and conservation of marine turtles in Mozambique: Annual Report 2017/18	Raquel S. Fernandes Jessica L. Williams Sara Gonzalez-Valladolid Lara Muaves Marcos A. M. Pereira
Monitoria do processo de reassentamento associado ao Projecto de Gas Natural Liquefeito em Palma	Issufo Tankar Samanta da Tília Renato Uane Lino Manuel
Coletânea de trabalhos Técnicos e Científicos (2003 – 2018) – PROECO	Manuela Wing


IDEPA
CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
rare
LEVANTAMENTO ECOLÓGICO DE BASE SOBRE RECIFES DE CORAL E FLORESTAS DE MANGAL DENTRO OU PRÓXIMO DE CINCO ÁREAS DE PESCA DE GESTÃO COMUNITÁRIA
por
Marcos A. M. Pereira, MSc.
Cristina M. M. Louro, MAppSc.
Carlos Litulo
Raquel. S. Fernandes, MSc.
Financiado, e implementado, com apoio de:
The World Bank
Maputo, Fevereiro 2018

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
Relatório Anual de Governação Ambiental
Edição - 2017
Governação Comunitária de Terras e Recursos Naturais em Moçambique: Oportunidades, Desafios e Lições


CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
Participação da Mulher na Tomada de Decisões Sobre o Processo de Atribuição do DUAT e Reassentamentos
Documento para Debate No. 1/2017
Por: Issufo Tankar & Nelson Alfredo
Maputo, Novembro de 2017
Com o apoio de:
WORLD RESOURCES INSTITUTE

REPUBLIC OF MOZAMBIQUE
MINISTRY OF LAND, ENVIRONMENT AND RURAL DEVELOPMENT
NATIONAL ADMINISTRATION OF CONSERVATION AREAS

Extractive Resource Use Management Plan for the Western Shores of the Ponta do Ouro Partial Marine Reserve

2018 – 2022

Support Document 1

Baseline document to support an ecosystem based approach

Maputo, May 2018

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro

2018 – 2022

Documento de Suporte 2

Síntese da consulta pública

Maputo, Maio de 2018

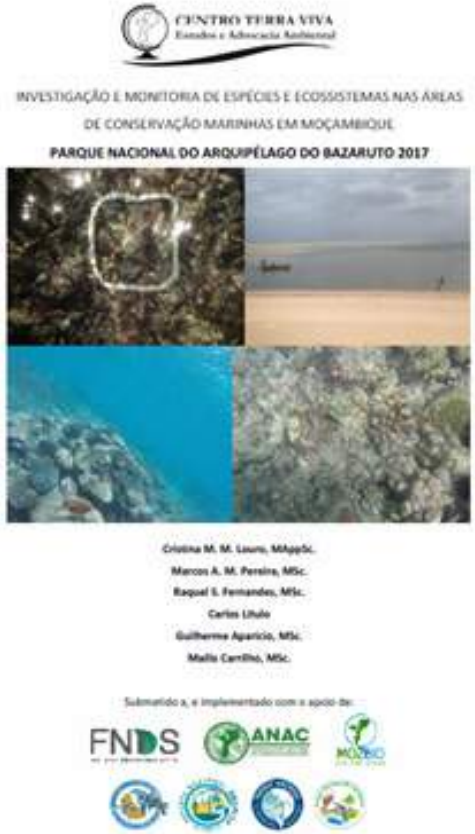
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro

2018 – 2022

Maputo, Maio de 2018

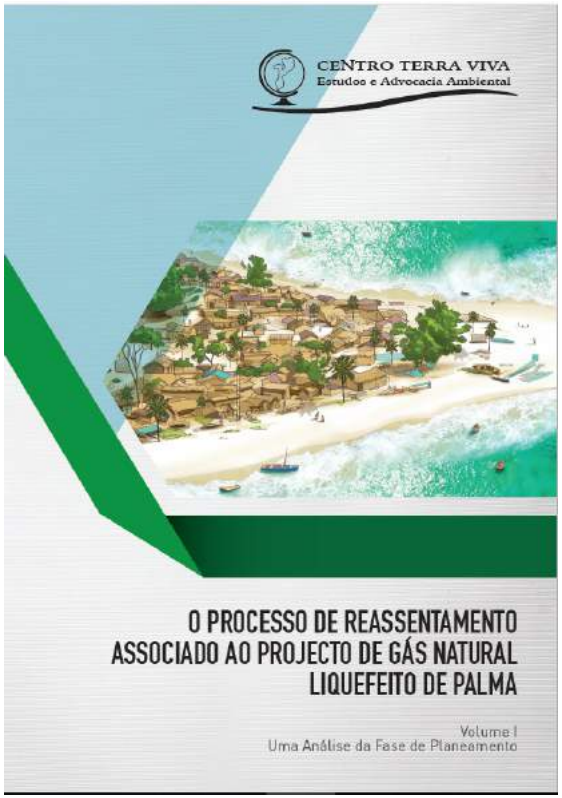
CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
INVESTIGAÇÃO E MONITORIA DE ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO MARINHAS EM MOÇAMBIQUE
RESERVA NACIONAL DO POMENE
Cristina M. M. Louro, MAppSc.
Marcos A. M. Pereira, MSc.
Carlos Litulo
Michael H. Schleyer, PhD.
Raquel S. Fernandes, MSc.
Tania I. F. C. Pereira, MSc.
Submetido a, e implementado com o apoio de:
FNDS
ANAC

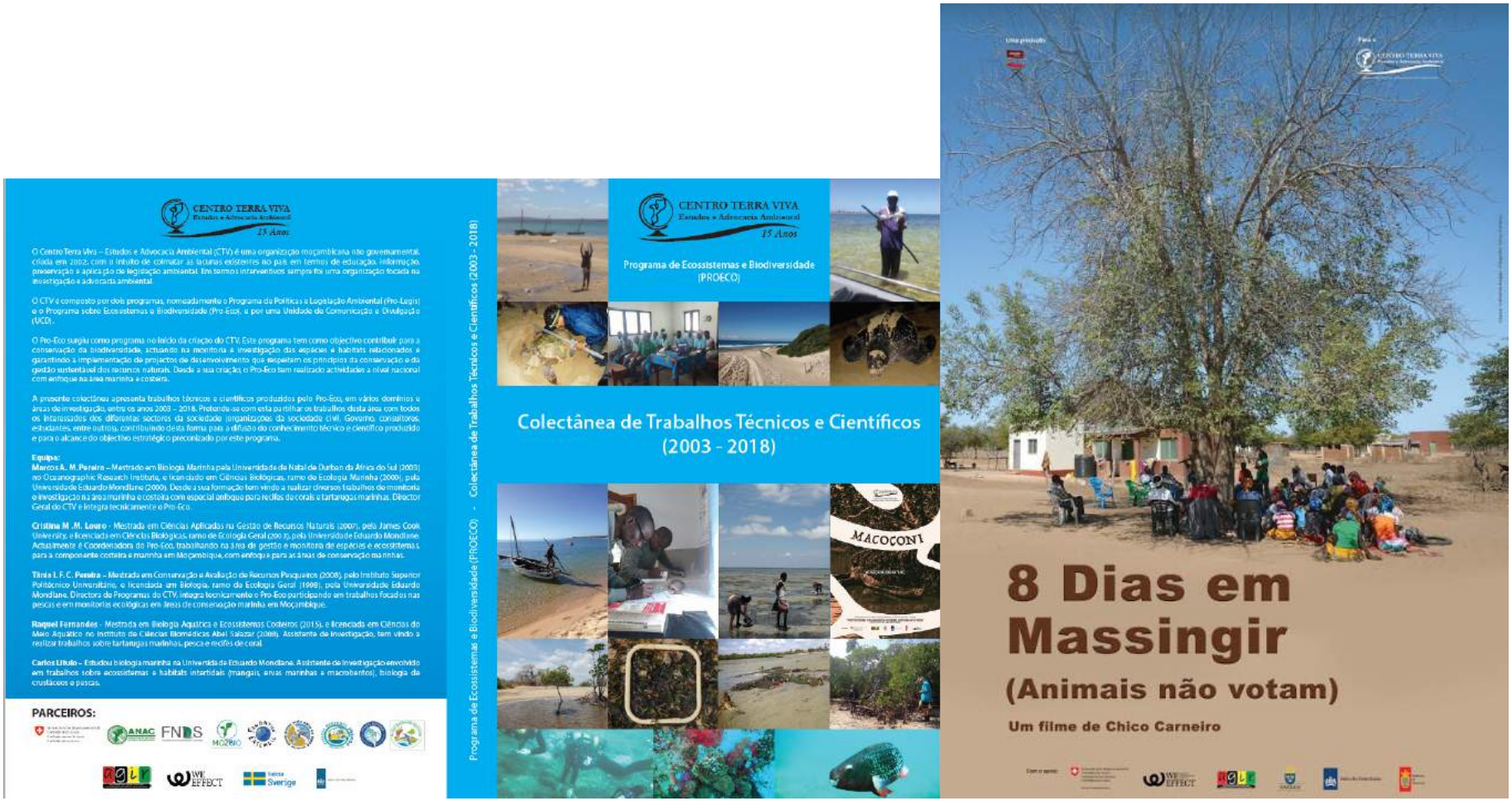

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
INVESTIGAÇÃO E MONITORIA DE ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO MARINHAS EM MOÇAMBIQUE
PARQUE NACIONAL DO ARQUIPÉLAGO DO BAZARUTO 2017
Cristina M. M. Louro, MAppSc.
Marcos A. M. Pereira, MSc.
Raquel S. Fernandes, MSc.
Carlos Litulo
Guilherme Aparicio, MSc.
Malia Carrilho, MSc.
FNDS
ANAC

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
INVESTIGAÇÃO E MONITORIA DE ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO MARINHAS EM MOÇAMBIQUE
PARQUE NACIONAL DAS QUIRIMBAS 2017
Cristina M. M. Louro, MAppSc.
Marcos A. M. Pereira, MSc.
Carlos Litulo
Raquel S. Fernandes, MSc.
Tania I.F.C. Pereira, MSc.
FNDS
ANAC

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
MONITORING, TAGGING AND CONSERVATION OF MARINE TURTLES IN MOZAMBIQUE: ANNUAL REPORT 2017/18
Compiled and edited by:
Raquel S. Fernandes, Jessica L. Williams, Sara Gonzalez-Valladolid, Lara Muaves & Marcos A. M. Pereira
Maputo, November 2018

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
MONITORIA, MARCAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM MOÇAMBIQUE: RELATÓRIO ANUAL 2017/18
Compilado e editado por:
Raquel S. Fernandes, Jessica L. Williams, Sara Gonzalez-Valladolid, Lara Muaves & Marcos A. M. Pereira
Maputo, Novembro 2018


CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
O PROCESSO DE REASSENTAMENTO ASSOCIADO AO PROJECTO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO DE PALMA
Volume I
Uma Análise da Fase de Planeamento


CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
15 Anos
O Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental (CTV) é uma organização moçambicana não governamental, criada em 2002, com o intuito de colmatar as lacunas existentes no país em termos de educação, informação, preservação e aplicação de legislação ambiental. Em termos interventivos sempre foi uma organização focada na investigação e advocacia ambiental.
O CTV é composto por dois programas, nomeadamente o Programa de Políticas e Legislação Ambiental (Pro-Legis) e o Programa sobre Ecossistemas e Biodiversidade (Pro-Eco), e por uma Unidade de Comunicação e Divulgação (UCD).
O Pro-Eco surgiu como programa no início da criação do CTV. Este programa tem como objectivo contribuir para a conservação da biodiversidade, actuando na monitorização e investigação das espécies e habitats relacionados, e garantindo a implementação de projectos de desenvolvimento que respeitem os princípios da conservação e da gestão sustentável dos recursos naturais. Desde a sua criação, o Pro-Eco tem realizado actividades a nível nacional com enfoque na área marinha e costeira.
A presente colectânea apresenta trabalhos técnicos e científicos produzidos pelo Pro-Eco, em vários domínios e áreas de investigação, entre os anos 2003 – 2018. Pretende-se com esta partilhar os trabalhos desta área com todos os interessados dos diferentes sectores da sociedade (organizações da sociedade civil, Governo, consultores, estudantes, entre outros), contribuindo desta forma para a difusão do conhecimento técnico e científico produzido e para o alcance do objectivo estratégico preconizado por este programa.
Equipa:
Marcos A. M. Pereira – Mestrado em Biologia Marinha pela Universidade de Natal de Durban da África do Sul (2003) no Oceanographic Research Institute, e licenciado em Ciências Biológicas, ramo de Ecologia Marinha (2000), pela Universidade Eduardo Mondlane (2000). Desde a sua formação tem vindo a realizar diversos trabalhos de monitoria e investigação na área marinha e costeira com especial enfoque para recifes de corais e tartarugas marinhas. Director Geral do CTV e integra tecnicamente o Pro-Eco.
Cristina M. M. Louro - Mestrada em Ciências Aplicadas na Gestão de Recursos Naturais (2007), pela James Cook University, e licenciada em Ciências Biológicas, ramo de Ecologia Geral (2002), pela Universidade Eduardo Mondlane. Actualmente é Coordenadora do Pro-Eco, trabalhando na área de gestão e monitoria de espécies e ecossistemas, para a componente costeira e marinha em Moçambique, com enfoque para as áreas de conservação marinhas.
Tânia I. F. C. Pereira – Mestrada em Conservação e Avaliação de Recursos Pesqueiros (2008), pelo Instituto Superior Politécnico Universitário, e licenciada em Biologia, ramo de Ecologia Geral (1998), pela Universidade Eduardo Mondlane. Directora de Programas do CTV, integra tecnicamente o Pro-Eco participando em trabalhos focados nas pescas e em monitorias ecológicas em áreas de conservação marinha em Moçambique.
Raquel Fernandes - Mestrada em Biologia Aquática e Ecossistemas Costeiros (2015), e licenciada em Ciências do Meio Aquático no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (2008). Assistente de investigação, tem vindo a realizar trabalhos sobre tartarugas marinhas, pesca e recifes de coral.
Carlos Uluio – Estudou biologia marinha na Universidade Eduardo Mondlane. Assistente de investigação envolvido em trabalhos sobre ecossistemas e habitats intertidais (mangais, ervas marinhas e macrobentos), biologia de crustáceos e peixes.
PARCEIROS:
ANAC
FNDS
MOZBIO
IWE EFFECT
Sverige
Programa de Ecossistemas e Biodiversidade (PROECO) - Colectânea de Trabalhos Técnicos e Científicos (2003 - 2018)
CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental
15 Anos
Programa de Ecossistemas e Biodiversidade (PROECO)
Colectânea de Trabalhos Técnicos e Científicos
(2003 - 2018)
MACOCONI
8 Dias em Massingir
(Animais não votam)
Um filme de Chico Carneiro
IWE EFFECT

ANEXOS

ANEXO 1: Quadro Lógico – Metas Alcançadas

ANEXO 2: Parcerias de Trabalho

ANEXO 3: Angariação de Fundos

ANEXO 4: Notícias Publicadas

ANEXO 5: Programas de Rádio e Televisivos

ANEXO 6: Eventos Organizados

ANEXO 7: Progresso de Implementação do PDI 2018

ANEXO 8: Plano de Acção para a Mitigação de Riscos – Situação

ANEXO 9: Matriz de Monitoria – SDC: Progresso Relativo a 2018

ANEXO 1

Quadro Lógico – Metas Alcançadas

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
Área Temática 1: Legislação e Políticas de Governação Ambiental Objectivo Estratégico 1: Promover e contribuir para uma maior eficácia e eficiência legal nos processos de gestão e de administração de terras e de recursos naturais, sustentada no conhecimento, na justiça e na defesa dos princípios de sustentabilidade e boa governação							
PE1: Avaliação da governação ambiental							
AE 1.1 - Monitoria e avaliação da governação ambiental	R- Contribuir para maior transparência e participação da sociedade na avaliação da governação sobre terras e recursos naturais	No. de avaliações independentes realizadas anualmente (relatório e documentário complementar)	5	1	Relatórios e documentários produzidos	1 Relatório	1 Relatório (RAGA 2017) produzido e divulgado.
		No. de cópias dos relatórios de avaliação reproduzidas e disseminadas	150	200	Registo interno de cópias cedidas e distribuidas	200 cópias produzidas	100 copias esgotaram no primeiro mês após o lançamento. As restantes estão a ser distribuídas priorizando sectores relevantes para o tema pesquisado.
	P- Divulgar e publicitar resultados de avaliações sobre a gestão dos recursos naturais	No. de eventos de divulgação das avaliações realizadas (lançamento, debates, mesas redondas, programas de Tv e de rádio, etc.)	4	3	Relatórios, notícias publicadas sobre os eventos de divulgação; cópias dos programas de TV/rádio	6	Eventos referentes ao RAGA 2017: -Cerimonia de lançamento, -Programa 1ª Página da TVM, -Rádio Moçambique. -Projecçao do documentário em

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							Massingir, Brazil e Centro Cultural Franco Moçambicano.
		No. total de participantes (H/M) nos eventos de divulgação das avaliações realizadas	300	300	Relatórios dos eventos, Listas de presenças	Cerca de 1 255 pessoas	55 participantes no evento de lançamento de RAGA 2017 e cerca de 1 000 na projecção do documentário em Cubo. CCFM e Brazil (mais de 200 pessoas).
		% dos participantes, nos eventos de divulgação, provenientes de instituições e órgãos que lidam com as temáticas abordadas		30%	Listas de presenças	60%	Representantes do Governo, da Sociedade cível e Líderes comunitários nos eventos realizados em Maputo.
		No. de notícias ou artigos publicados sobre as avaliações efectuadas	3	4	Cópias das notícias/artigos publicados	4	Artigos (Noticias, CTV, CivilInfo e Página web do Agir).
		No. de visualizações/downloads dos relatórios de avaliação na página web do CTV		100	Registo automático de visualizações e/ou downloads na página web do CTV	31 000	Nr. de pessoas que visualizaram documentos do CTV no website no ano 2018.

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
AE 1.2 - Acompanhamento dos processos de licenciamento e consultas públicas	R- Melhorar a implementação dos procedimentos legais inerentes a processos de licenciamento ambiental e por ocupação de terras	No. de processos de licenciamento ambiental e por ocupação de terras monitorados	3	6	Relatórios de monitoria; Relatórios de viagem		1. Projecto das Areias Pesadas de Chibuto 2. Corredor de Nacala 3. Projecto de Nhamanumbir 4. Aterro sanitário de Marracuene 5. Barragem de Mapai 6. Barragem de corrumana 7. Prosavana 8. IBRA MOZ de Montepuez 9. Projecto de carvao e energia de Chitima 10. Grafite de Balama
	P- Acompanhar os processos e produzir relatórios de monitoria	No. de relatórios de monitoria elaborados / estudos de caso	3	1	Relatórios de monitoria publicados	3 Relatorios produzidos 2 Relatorios publicados	Relatórios elaborados são referentes aos seguintes projectos: - Palma - Chibuto - Namanhumbir - PNL Foram publicados os seguintes relatórios: Monitoria de Palma e Namanhumbir
	P- Promover espaços, de participação pública, mais abertos e eficientes	No. de cópias dos relatórios de monitoria reproduzidas e disseminadas	0	150	Registo interno de cópias cedidas e distribuidas	100 cópias físicas Distribuicã	100 Copias de monitoria ao projecto de Palma e Montepuez,

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
						o eletrónica	produzidas em parceria com CCIE; Cópias do relatóro de monitoria do projecto de areias pesadas de chibuto, e de Namanhumbir produzidos separadamente pelo CTV distribuídos por via eletrónica.
	P- Promover a redução de irregularidades das consultas e audiências públicas	No. de eventos de divulgação e debate sobre os estudos de caso realizados (mesas redondas, debates públicos abertos, programas de TV e rádios, etc.)		3	Relatórios, notícias publicadas sobre os eventos de divulgação; cópias dos programas de TV/rádio	4	- 1 interface de Massingir envolvendo governo, PNL, SC e comunidades, - Realizado 1 encontro técnico em Chibuto, - Realizado 1 encontro com o PNL e Governo para apresentar os resultados e recomendações do rocesso de análise legal ao projecto de reassentamento no PNL - Apresentação do tema relativo a participação pública e reassentamentos na segunda reunião nacional sobre

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							reassentamento realizado em Chibuto
		No. total de participantes (H/M) nos eventos de divulgação dos relatórios de monitoria		200	Listas de presenças	24 Jornalistas. Mais de 100.000 Pessoas que tiveram acesso a informação publicada	2 Conferencias de imprensa para apresentação das constatações das missões de Monitoria a Chibuto, Namanhumbir e Bagamoio (Tete).- Informação replicada para o publico através dos órgãos de comunicação de massas (Televisão, Jormais e Radio).
		% de participantes, nos eventos de divulgação, provenientes de instituições e órgãos que lidam com o licenciamento ambiental, investidores, proponentes de projectos e consultores de AIA	Sem informaç ão	30	Listas de presenças	SI devido ao metodo de divulgação usado	Mesmo sem informação percentual, o método usado e as reacções dos técnicos das instituições envolvidas mostram que a informação chegou aos responsáveis.
		No. de consultas e/ou audiências públicas, no âmbito dos proc essos seguidos, assistidas/acompanhadas pelo CTV	10	15	Matrizes de consultas públicas assistidas; relatórios de monitoria	15 consultas assistidas	

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
		No. de pareceres técnicos produzidos e encaminhados aos proponentes dos projectos e consultores de AIA nos processos seguidos	3	5	Cópias dos pareceres técnicos	5 parecer técnicos	Pareceres emitidos sobre: 1-Projecto de Balama; 2-Projecto da Bomba de gasolina na cidade de Maputo; 3-Projecto da Barragem de Mapai; 4-Projectio de aterro sanitário de Marracuene; 5-Barragem de corrumana.
		No. de pedidos de cancelamento ou repetição das consultas e audiências públicas	2	3	Cópias das petições	3	1-Projecto de Balama; 2-Projecto de aterro sanitário de Marracuene; 3-Projecto da Bomba de Gasolina.
PE2: Acompanhamento da formulação de politicas e legislação							
AE 2.1 - Participação em processos legislativos	R- Contribuir para melhorar a qualidade da legislação sobre terras e recursos naturais	No. de instrumentos legais aprovados que reforçam os direitos das comunidades sobre a terra e recursos naturais	2	2	Instrumentos legais	0	Processo estagnado pelo facto do Governo estar a demorar com a criação da comissão para revisão da Politica de Terras.
	P- Aumentar as propostas e pareceres do CTV aos processos legislativos	No. de eventos sobre revisão legal ou nova proposta legal onde o CTV participou	6	3	Convites; listas de participantes	4	2 encontros de reflexão sobre o processo e metodologia da revisão da PNT; 1 Encontro de

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							reflexão sobre a Lei de florestas e Fauna Bravia; 1 Encontro do grupo de reflexão do FCT que partilhou informação sobre a comissão intersectorial de revisão da PNT
	P- Integração de aspectos de género no quadro legal sobre terras e recursos naturais	No. de pareceres ou propostas efectuadas a processos legislativos	2	2	Cópias dos pareceres técnicos	1	1 Exposição submetida ao Ministro solicitando alargamento da comissão de revisão da PNT
		No. de propostas ou pareceres sobre género submetidos aos tomadores de decisão	1	1	Cópias dos pareceres técnicos	1	Exposição enviada ao Ministro solicita integração de um representante de OSC que trabalham na área da mulher.
PE3: Promoção e protecção de direitos humanos ambientais e fundiários							
AE 3.1 - Auditorias juridicas de processos de licenciamento	R- Garantir que os procedimentos legais inerentes ao licenciamento ambiental sejam seguidos	No. de análises jurídicas realizadas	1	1	Relatórios de análises jurídicas	2 Relatórios	1 Relatório de análise do processo de reassentamento do PNL produzido e apresentado ao Governo Local e Administração do PNL - Relatório de auditoria jurídica de Chibuto (Em revisão).

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
	P- Recolher e documentar evidências sobre o seguimento dos procedimentos legais em processos de licenciamento	No. de eventos de apresentação e debate sobre as análises produzidas (mesas redondas, debates, reuniões, programas de Tv e rádio, etc.)	4	5	Relatórios, notícias publicadas sobre os eventos de divulgação; cópias dos programas de TV/rádio	1150	1 Relatorio de divulgação do relatório realizado em Massingir com a participação da Sociedade cívil, PNL e Governo. Relatorio de Chibuto em processo de elaboração para posterior divulgação.
	P- Propor a adopção de recomendações e medidas correctivas em processos com irregularidades	No. de participantes (H/M) nos eventos de apresentação das análises jurídicas	100	150	Listas de presenças	15 pessoas	Encontro restrito apenas para tecnicos do PNL, Governo e Sociedade civul de Massingir. A divulgação publica deste relatórios sera feita em 2019.
		% de recomendações/medidas correctivas adoptadas		50%	Comunicados emitidos pelas entidades responsáveis e/ou proponentes dos projectos	50%	Realização de Zoneamneto para aferir a disponibilidad de área de pastagens e agricultura; Rever os Planos de de Acção para o Reassentamento (PAR).

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
		% de participantes provenientes de instituições tomadoras de decisão, proponentes dos projectos, consultores de AIA	Sem informação	30%	Listas de presenças	66%	Provenientes do PNL e Governo
AE 3.2 - Formação e apoio técnico aos paralegais, jornalistas e activistas comunitários	R- Melhorar a capacidade de intervenção dos paralegais e activistas						
	P-Aumentar o número de paralegais e activistas treinados	No. de paralegais/activistas comunitários treinados sobre os processos legais na gestão da terra e recursos naturais	250	50	Programas de capacitações; listas de presenças	109 paralegais treinados	Paralegais, lideres comunitarios e tecnicos do Governo e OSC (82h, 27m)
		% de pessoas treinadas com conhecimento adequado dos procedimentos legais		90	Pós-teste (de final de capacitação)	90% dos participantes	Estes participantes demostraram terem adquiridos bons conhecimentos
AE 3.3 - Assistência e assessoria jurídica para comunidades (GAAJ)	R- Melhorar o acesso à assistência e assessoria Jurídica por parte das comunidades	No. de comunidades assistidas pelo Gabinete de Assistência e Apoio Juridico (GAAJ)	10	10	Base de dados do CTV	60 comunidades assistadas directamente 60	Comunidades de Palma, Massingir, Chibuto, Montepuez, Manhiça e Sábie
	P- Disponibilizar orientação juridica na mediação e resolução de conflitos sobre terras e recursos naturais enfrentados pelos membros das comunidades	No. de pessoas assistidas pelo CTV anualmente	60	120	Dossier de conflitos mediados; fichas de registo da linha verde	448 pessoas (249h, 199m); Assistidas ou aconselhadas	Pessoas provenientes das comunidades assistidas
		% de processos resolvidos satisfatoriamente	25	30	Dossier de conflitos mediados	85% assistidos satisfatoriamente; 15% em	

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
						acompanhamentos	
	R- Maior respeito pelos direitos humanos e fundiários das comunidades	No. de comunidades que mantêm a posse dos seus recursos	5	5	Bases de dados do CTV; relatórios anuais do CTV	142 comunidades	Comunidades das provincias de Cabo Delgado, Nampula, Tete, Inhambane e Gaza
	P- Aumentar o número de casos de violação dos direitos humanos e fundiários canalizados aos órgãos competentes	No. de comunidades justamente compensadas em processos de reassentamento	0	5	Bases de dados do CTV; relatórios anuais do CTV	10	Comunidades cujo pacote de compensação foi ajustado por recomendações do CTVnomeadamente em Palma (6), Chibuto (4)
		% de casos de violação denunciados e atendidos	25	50	Base de dados do CTV Exposições, Cartas submetidos ao Governo e Empresa	100%	Denuncias feitas em relação aos processos de reassentamento de: Chibuto, Montepuez (Nhamanumbir), Manhiça, Tete e Nampula (Corredor de Nacala), PNL
Área Temática 2: Apoio ao Maneio Comunitário de Terras e Recursos Naturais Objectivo Estratégico 2: Fortalecer a capacidade das comunidades para melhorar a economia local e garantir a sua qualidade de vida, melhorando a sua habilidade em se adaptar e responder mais eficazmente às dinâmicas locais e nacionais dos processos de desenvolvimento e factores mais abrangentes como as mudanças climáticas.							
PE4: Apoio ao desenvolvimento local							
AE 4.1 - Preparação social comunitária	R- Aumentar a capacidade das comunidades de defenderem os seus direitos em relação aos recursos naturais	No. de treinos/capacitações sobre legislação ambiental, direitos e obrigações, procedimentos legais, etc.	50	20	Programas de capacitação; relatórios de actividades	54 seminários	39 Seminários comunitarios realizados nas comunidades de Gaza, Tete e

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							Inhambane
	P- Aumentar o conhecimento dos membros das comunidades sobre seus direitos e deveres em relação à terra e outros recursos naturais	% dos participantes que demostram conhecimento adequado da legislação e outras questões abordadas	SI	50	Pós-teste (de final de capacitação)	90	Avaliação feita apenas nos cursos do segundo semestre
	P- Reduzir a ocupação de terras sem o consentimento prévio e informado das comunidades	No. de comunidades que negoceiam com investidores as condições de exploração dos seus recursos	1	2	Dossiers de processos seguidos pelo CTV; relatórios de actividades	1 comunidade	Comunidade de Cubo
		No. de processos de licenciamento conduzidos após preparação social	0	2	Dossiers de processos seguidos pelo CTV; relatórios de actividades	0	Esta em curso a preparação social das comunidades abrangidas pelo projecto de arreias pesadas de Jangamo
AE 4.2 - Apoio ao planeamento territorial e económico comunitário	R- Contribuir para melhorar o planeamento e ordenamento territorial nas comunidades	No. de comunidades com planos de uso de terras	4	5	Cópias dos planos	3	Planos elaborados durante o processo de delimitação de terras comunitárias
		No. de comunidades com agendas de desenvolvimento comunitário	4	5	Cópias dos planos	4	Comunidades de Ligogo, Licaca, Ravene e Madonga
PE5: Apoio sócio-juridico a comunidades afectadas por projectos de desenvolvimento							
AE 5.1 - Apoio na negociação de parcerias e de pacotes de compensação	R- Aumentar as parcerias estabelecidas entre comunidades e sector privado	No. de parcerias estabelecidas entre comunidades, investidores e/ou estado	1	2	Memorandos/acordos estabelecidos; registos fotográficos	2 acordo	Estabelecido entre a comunidade de Mavodze e PNL para compensação do gado e revisão do plano de

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
por reassentamento involuntário							reassentamento. Comunidade de Cubo e Twin City para exploração conjunta (agricultura) de 14Ha
	R- Aumentar o grau de satisfação dos membros das comunidades em relação aos acordos estabelecidos	No. de parcerias satisfatórias na óptica dos actores envolvidos	1	2	Inquérito sobre o nivel de satisfação a realizar aos actores envolvidos	1	A comunidade de Cubo está satisfeita com o acordo. A comunidade de Mavodze pediu a revisão do valor de compensação
	P- Aumentar o número de comités comunitários com conhecimentos sobre técnicas de negociação	No. de comités comunitários com conhecimentos sobre técnicas de negociação	0	6	Relatórios das capacitações	17	Comunidades de Massingir (15), Montepuez (2).
	P- Aumentar o nível de conhecimento dos comités comunitários em matéria de reassentamento involuntário e processo de compensação	No. de comités comunitários com conhecimentos sobre reassentamento e processo de compensação	3	6	Relatórios das capacitações	29	Comunidades de Massingir (15), Montepuez (2), Chibuto (4) e Palma (8)
PE6: Investigação, capacitação e advocacia para a mudança sobre governação de terras e recursos naturais							
AE 6.1 - Pesquisa aplicada sobre gestão e administração de terras e de recursos naturais	R- Melhorar a fundamentação técnico-cientifica dos processos de Administração de terras e de recursos naturais	No. de pesquisas realizadas e concluídas	1	1	Relatórios das pesquisas	1 Pesquisa concluida e divulgada nos distridos abrangidos	Delimitação de terras com uso de mobilizadores comunitários
		No. de relatórios/estudos produzidos e encaminhados aos tomadores de decisão	1	1	Notas de envio; relatórios de actividades	1	Documentos partilhados por internet.

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
AE 6.2 - Capacitação sobre gestão e administração de terras e de recursos naturais	R- Melhorar a capacidade dos "administradores de terras e recursos naturais" para uma gestão e administração de terras efectiva	% de "administradores de terras" capacitados com conhecimentos sobre procedimentos para consultas comunitárias e consultas públicas relacionadas com ocupação de terras	Sem informação (SI)	70	Avaliação pós-formação	SI	Avaliação em preparação para ser feita a distancia em 2019
	P- Realizar capacitações de técnicos do governo e deputados	No. de "administradores de terras" e de recursos naturais capacitados	Sem informação	60	Relatórios das capacitações; listas de presenças	157 participantes 122h, 35m	Capacitados em 4seminaries/formações realizadas em Gaza (1), Inhambane (1) e Cabo Delgado (1)
		No. de Deputados da Assembleia da República e Provincial capacitados	Sem informação	60	Relatórios das capacitações; listas de presenças	30 deputados	1 Capacitação dirigida aos Deputados da Assembleia da República, realizadas em Maputo e subordinadas aos tema Participação Publica e Reassentamentos
AE 6.3 - Advocacia em fóruns nacionais e internacionais de discussão sobre terra e recursos naturais	R- Fazedores de opinião e tomadores de decisão informados e sensibilizados à cerca das preocupações das comunidades	No. de propostas ou sugestões feitas pelo CTV adoptadas	Sem informação	2	Relatórios finais das conferências; apresentações do CTV	2	-Governo lança campanha de fiscalização das terras conceccionadas pelo Estado - Governo decide rever os PR do PNL de modo a reduzir as assimetrias deste processo com reassentamentos resultantes de actividades

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							económicas
	P- Aumentar a participação do CTV em conferências e fóruns nacionais e internacionais	No. de apresentações feitas pelo CTV nos fóruns nacionais e internacionais	Sem informação	4		4	1 Apresentação feita na 2a Reunião Nacional sobre reassentamentos; -2 Apresentações feitas na conferencia Cientifica da Unilúrio. -1 Apresentação feita no encontro de parceiros da We Effect sobre direitos da Mulher sobre a terra.
		No. de conferências e fóruns nacionais e internacionais onde o CTV participou	Sem informação	6		6	1 Banco Mundial; 1 FOCAC; 1 Encontro do Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras; 1. ILC; 2. Forum Nacional sobre Género; 3. 2ª Reunião Nacional sobre reassentamentos.
Área Temática 3: Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade Objectivo Estratégico 3: Contribuir para a conservação da biodiversidade, actuando na monitoria e investigação das espécies e habitats relacionados e garantindo a implementação de projectos de desenvolvimento que respeitem os príncipios da conservação e da gestão sustentável dos recursos naturais.							

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
PE7: Conservação da biodiversidade							
AE 7.1 - Apoio à monitoria, investigação e gestão das Áreas de Conservação (Acs)	R- Emponderar a Administração das Áreas de Conservação Marinhas (ACMs), e demais partes interessadas , no estabelecimento de programas de investigação, monitoria e conservação para fins de gestão	No. de conferências/seminários realizados de dois em dois anos	1	1	Relatórios dos seminários/conferência; Listas de presenças; programas e agendas; convites	1 nota conceptual; 1 seminário, 1 relatório	40 participantes, 53 convites.
		No. de administradores, fiscais e monitores comunitários activamente envolvidos nos programas	4-20-58	4-20-58	Protocolos e relatórios técnicos	4 administradores (RMPPO, RNP, PNAB e PNQ); 8 fiscais da RMPPO envolvidos na monitoria da pesca recreativa e desportiva; 22 fiscais envolvidos na monitoria de tartarugas marinhas: 11 (RMPPO), 4 (PNAB) e 7 (RNP); 3 monitores comunitári	

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
						os da RMPPO envolvidos na monitoria da pesca de subsistência e artesanal	
		No. de programas de monitoria a serem implementados directamente pelas ACMs	2	6	Protocolos e relatórios técnicos	Monitorias implementadas: RMPPO (5), RNP (2), PNAB (4) e PNQ (3). 2 protocolos actualizados. 4 relatórios da monitoria.	A viagem de monitoria 2018 ao PNQ não se realizou pela instabilidade que ocorre na província de Cabo Delgado; Monitoria de plataformas rochosas não s realizou porque requer melhor planificação; Ervas marinhas e mapalo; Florestas de mangal; 3 protocolos por actualizar. A metodologia requer pequenos ajustes. Necessidade de 'limpar' os dados recebidos das ACs. Morosidade na

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							inserção e analise de dados
	P- Aumentar o conhecimento técnico, científico, social e ecológico das ACMs	No. de relatórios de monitoria	4	4	Relatórios de monitoria	4 relatórios de monitoria 2 relatórios em formato rascunho	Relatórios de monitoria 2017 RNP, PNAB e PNQ Relatório anual de monitoria, marcação e conservação de tartarugas marinhas: época 2017/2018 (versão português e inglês). Relatório da monitoria da pesca recreativa e desportiva de alto mar da RMPPO: 2010 - 2014
		No. de relatórios técnicos	2	2	Relatórios técnicos	1	Relatório anual de monitoria da pesca artesanal e de subsistência na costa ocidental da RMPPO Sul de Moçambique: 2017/2018 Levantamento ecológico de base sobre recifes de coral e florestas de mangal dentro ou próximo de 5 áreas de pesca de gestão comunitária. Necessidade de

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							planificar melhor as actividades
		No. de teses	0	2	Teses	1 rascunho de protocolo de tese de doutoramento	Tentative title: 'People's perceptions on the impact of mega development projects on the conservation os sea turtles in transboundary areas'
		No. de artigos científicos	2	2	Artigos científicos	2 artigos científicos 1 rascunho	*Quantifying the largest aggregation of giant trevally (Carancx ignobilis) on record: implications for management* - Artisanal fisheries still represent a significant threat to marine turtle conservation in Mozambique - Mapeamento das áreas de pesca artesanal na RMPPO
		No. de bases de dados por programa de monitoria	4	4	Bases de dados das monitorias (corais/peixes, mangais, ervas marinhas)	6 bases em planilhas excel	- tartarugas marinhas - recifes de coral, - pesca artesanal - pesca desportiva e recreativa -florestas de mangal - ervas marinhas)

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
	P- Aumentar o conhecimento de técnicas de monitoria e investigação dos fiscais e monitores comunitários	No. de fiscais e monitores comunitários capacitados	20-58	20-58	Planos/programas de capacitação; listas de presenças; relatórios	15 fiscais (8 RMPPO; 5 PNAB e 2 RNP) 1 monitor comunitário (RMPPO)	- fiscais formados da RMPPO sobre monitoria da pesca recreativa e desportiva; '- fiscais formados do PNAB sobre monitoria de ervas marinhas e florestas de mangal; - fiscais formados da RNP em técnicas de monitoria de florestas de mangal - monitor formados da RMPPO em técnicas de monitoria de florestas de mangal - estagiários formados da RNP em técnicas de monitoria de florestas de mangal
		No. de formações e reciclagens realizadas	4	4	Planos/programas de capacitação; listas de presenças; relatórios	1 reciclagem	- monitoria da pesca recreativa e desportiva na RMPPO - reciclagem sobre monitoria de tartarugas marinhas na RMPPO a ser

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							realizada pela reserva. - reciclagem sobre a monitoria da pesca artesanal na RMPPO dependente da disponibilidade de fundos.
		No. de trocas de experiências entre ACMs realizadas	1	1	Planos/programas de troca de experiências; listas de presenças; relatórios	0	Meta não atingida. Foi avaliada a possibilidade de uma troca de experiências entre a Directora de Monitoria e Investigação da African Parks (actualmente na gestão do PNAB) e a RMPPO. Acção adiada para 2019 por sobreposição de agenda da Directora. Melhorar planificação anual
		No. de materiais de formação (manuais de treino)	1	1	Manuais de treino	0	Melhorar planificação anual
		No. de protocolos de monitoria produzidos por ACM	12	12	Protocolos de monitoria	2 protocolos actualizados 1 protocolo em formato	Ervas marinhas e mapalo (PNAB) Florestas de mangal (RMPPO, PNAB, RNP) - monitoria de corte de estacas de

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
						de rascunho	floresta de mangal na RNP 3 protocolos por actualizar (tartarugas marinhas, pesca artesanal e pesca recreativa). A metodologia requer pequenos ajustes
	P- Aumentar o conhecimento geral das diferentes partes interessadas sobre o valor ecológico, social e económico dos ecossistemas e espécies e actual estado de conservação dos mesmos nas ACMs	No. de seminários de devolução realizados com participação das ACMs e de organizações locais (Comités de Co-Gestão dos Recursos Naturais, Conselhos Comunitários de Pesca, Associaões)	4	4	Programas/planos; listas de presenças; relatórios	3 seminários de devolução; RMPPO: 25 pessoas; PNAB: 23 pessoas; RNP: 28 pessoas	- seminário de devolução do PNQ não realizado pela instabilidade que ocorre na província de Cabo Delgado
		No. de materiais informativos/educativos produzidos para as ACMs (placas, panfletos)	0	20	Propostas/guiões de elaboração do material; material produzido	1 guião para elaboração de 'layouts' das placas; 2 layouts e 2 placas; 5 'layouts' preliminares das placas para a RMPPO	- mamíferos marinhos, recifes de coral, plataformas rochosas, ervas marinhas e florestas de mangal

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
		No. de notícias publicadas sobre as ACMs / temas ambientais	6	8	Notícias; Página web do CTV e outros meios de comunicação	7 notícias publicadas (1 na página da internet da FNDS)	-"Centro Terra Viva dá continuidade ao ciclo anual de monitoria ecológica no Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto" - "Decorre monitoria ecológica na Reserva Nacional do Pomene" - "Biólogos do CTV realizam reciclagem de fiscais da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro sobre a metodologia de monitoria da pesca recreativa e desportiva" - "Biólogos do CTV monitoram recifes de coral e comportamento dos mergulhadores recreativos na Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro" - "CTV realizou um levantamento ecológico de base sobre recifes de

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							coral, recifes rochosos e florestas de mangal em Áreas de pesca de gestão comunitária e de recuperação do recurso” - “Placas com informação sobre tartarugas marinhas colocadas na praia da Ponta do Ouro” - “Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (RMPPO) será apresentado às partes interessadas e afectadas”
		No. de programas de televisão sobre as ACMs	0	2	Cópias dos programas	2 programas	- turismo de mergulho em Moçambique na Televisão de Moçambique - Problemas ambientais associados aos assentamentos e habitabilidade urbana, Contacto Directo, Miramar

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
	P- Incentivar a participação e contratação de mulheres para os programas de investigação e monitoria nas ACMs	No. de documentários analíticos sobre questões de gestão e conservação nas ACMs	2		Documentário produzido	0	
		No. de monitoras comunitárias e mulheres fiscais envolvidas nos programas	3	3	Protocolos dos programas; relatórios	1 fiscal na RNP 1 estagiária na RNP	Requer capacidade e vontade da ANAC e ACMs
		No. de investigadoras e estagiárias envolvidas nos programas	6	5	Protocolos dos programas; relatórios	4 estagiários (1 homem e 3 mulheres)	Tania Pereira Cristina Louro Raquel Fernandes Mailis Carrilho Guilherme Aparicio Elise de Fontoura Daniela Caldeira
AE 7.2 - Programa de investigação, monitoria e conservação de tartarugas marinhas	R- Emponderar os coordenadores, monitores comunitários, fiscais e demais partes interessadas nos programas de investigação, monitoria e conservação de tartarugas marinhas para efectividade destes mesmos programas	No. de protocolos de monitoria	1	1	Protocolos de monitoria	0	Melhorar capacidade de planificação
		No. de conferências	1	1	Programas e agendas; relatórios das conferências; lista de presenças; convites	0	Melhorar capacidade de planificação
		No. de coordenadores, investigadores, fiscais e monitores comunitários envolvidos	7-4-8-80	7-4-8-80	Relatórios de progresso; relatórios de monitoria e das conferências	7 coordenadores 6 investigadores envolvidos de forma directa. 22 fiscais envolvidos na	

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
						monitoria de tartarugas marinhas: 11 (RMPPO), 4 (PNAB) e 7 (RNP) 57 monitores comunitários de de tartarugas marinhas: 46 da RMPPO e 8 do PNAB.	
	P- Aumentar o conhecimento técnico e cientifico	No. de relatórios técnicos de monitoria	1	1	Relatórios de monitoria	1 relatório	Relatório de monitoria, marcação e conservação de tartarugas marinhas: época 2017/2018
		No. de artigos científicos produzidos	1	1	Artigos científicos publicados	1 artigo	*Artisanal fisheries still represents a significant threat to marine turtle conservation in Mozambique*
		Base de dados mantida e alimentada	1	1	Base de dados de tartarugas marinhas	1	Dados brutos época 2017/18 da RMPPO uniformizados Dados brutos do PNQ, PNAB uniformizados até ao

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							mês de Junho 2018.
	P- Aumentar o conhecimento de técnicas de monitoria e investigação dos fiscais e monitores comunitários	No. de fiscais e monitores comunitários capacitados	8-80	8-80	Planos de capacitações; listas de presenças; relatórios	0	Meta não atingida. Dependente da planificação das ACMs
		No. de formações e reciclagens realizadas	4	4	Planos de capacitações; agendas; listas de presenças; relatórios	0	Meta não atingida.
		No. de trocas de experiências realizadas	1	1	Planos/programas de troca de experiências; listas de presenças; relatórios	0	Meta não atingida. Foi avaliada a possibilidade de uma troca de experiências entre a Directora de Monitoria e Investigação da African Parks (actualmente na gestão do PNAB) e a RMPPO. Acção adiada para 2019 por sobreposição de agenda da Directora.
		No. de materiais de formação (manuais de treino)	1	1	Manuais	0	Requer melhor capacitação
	P- Emponderar as mulheres efectivas nos programas e incentivar a participação e contratação de mais mulheres para os programas de investigação e monitorias das tartarugas marinhas	No. de monitoras comunitárias e mulheres fiscais envolvidas nos programas	0	4	Protocolos; relatórios	0	Requer capacidade e vontade da ANAC e ACMs
		No. de investigadoras e estagiárias envolvidas nos programas	2	4	Protocolos; relatórios	2 investigadoras	

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
AE 7.3 - Monitoria de pescarias de pequena escala	R- Melhorar a gestão comunitária dos recursos pesqueiros	No. de planos de gestão aprovados e implementados pelas ACMs	0	1	Plano de gestão das pescarias artesanais	1 plano e 3 documentos de suporte	- Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro: 2018-2022, - Documento de base para apoiar a abordagem ecossistémica do plano - Síntese da consulta pública - Revisão bibliográfica do sector das pescas de Moçambique.
		No. de seminários de devolução de boas práticas de pescas aos Comités de Co-Gestão de Recursos Naturais e Conselhos Comunitários de Pesca	0	1	Programas/planos; listas de presenças; relatórios		Seminario de devolução feito mas não envolveu o grupo alvo
		No. de formações/reciclagens de amostradores comunitários	1	1	Planos/programas de capacitação; listas de presenças; relatórios	0	Dependente da disponibilidade financeira da RMPPO
	P- Aumentar o conhecimento técnico e científico sobre a gestão de recursos pesqueiros	No. de relatórios técnicos produzidos	1	1	Relatórios técnicos	1	Primeiro rascunho em fase de revisão
		Base de dados mantida e alimentada	1	1	Base de dados da pesca artesanal	1	Base de dados actualizada até Setembro de 2018
PE8: Monitoria ambiental de projectos de desenvolvimento							

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
AE 8.1 - Monitoria ambiental dos processos de licenciamento de projectos de desenvolvimento e de reassentamento	R- Melhorar a implementação dos processos legais ambientais e contribuir para a melhoria dos estudos de impacto ambiental	No. de processos seleccionados e monitorados	0	2	Portfólio de processos de licenciamento ambiental seguidos	3	- Consulta publica Mozal e partes interessadas; - Projecto integrado de produção de carvão e energia de Chitima; - Construção da Barragem de Mapai
	P- Melhorar a integração de pareceres técnicos produzidos pelo CTV	No. de consultas públicas e comunitárias seguidas e acompanhadas	4	4	Portfólio de processos de licenciamento ambiental seguidos; relatórios de viagens; relatórios de monitoria	3	- Consulta publica Mozal e partes interessadas; - Projecto integrado de produção de carvão e energia de Chitima; - Construção da Barragem de Mapai
		No. de pareceres técnicos / pedidos de esclarecimento emitidos pós-consultas	0	4	Pareceres / pedidos de esclarecimento; correspondência associada e cartas resposta	3 pedidos de esclarecimento	Pedido do plano EIA da Vila de substituição, Plano de Gestao Ambiental e de Reassentamento do projecto da Anadarko em Palma
	P- Aumentar o conhecimento de base sobre a área de implementação e afectação do projecto	Guião de critérios e indicadores de monitoria ecológicos para processos de licenciamento e reassentamento elaborado (matriz de monitoria de consultas públicas)	0	1	Guião de critérios e indicadores de monitoria ecológicos (processo de licenciamento)	0	Melhorar planificação
		No. de relatórios de monitoria (casos de estudo seleccionados)	0	1	Relatórios de monitoria publicados	1 rascunho	Rascunho do relatório de processos de participação pública

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							em fase de revisão
AE 8.2 - Monitoria dos Planos de Gestão Ambiental de projectos de desenvolvimento	R- Garantir o cumprimento dos Planos de Gestão Ambiental de projectos de desenvolvimento	No. de Planos de Gestão seleccionados e monitorados	0	1	Portfólio de planos de gestão ambiental / projectos seguidos	1 projecto	Seleccionado megaprojecto de exploração de gás natural pela Anadarko Meta não atingida porque foi feito um pedido de documentação relevante à Anadarko Contudo, aguardamos parecer. Como alternativa foi identificada a pesca artesanal para monitoria.
	P- Aumentar o conhecimento sobre os impactos, medidas de mitigação e contrabalanços ecológicos dos projectos	Guião do mecanismo de monitoria ambiental para projectos de desenvolvimento	0	1	Guião do procedimento/mecanismo a ser seguido pelo CTV na monitoria da implementação de PGAs	0	Requer melhor planificação
		No. de relatórios de monitoria ambiental de projectos de desenvolvimentos em implementação	0	1	Relatórios de monitoria publicados	0	Meta não atingida porque foi feito um pedido de documentação relevante à Anadarko Contudo, aguardamos parecer.

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							Como alternativa foi identificada a pesca artesanal para monitoria.
Área Temática 4: Comunicação e Divulgação Objectivo Estratégico 4: Buscar o envolvimento activo, consciente e informado da sociedade civil, mídia, governo e sector privado com vista a uma abordagem integrada das questões de gestão e governação ambiental, garantindo a protecção de direitos e o cumprimento de obrigações ambientais e da gestão sustentável dos recursos naturais.							
PE9: Visibilidade e comunicação institucional							
AE 9.1 - *Branding* e *marketing* das actividades e produtos do CTV	R- Fortalecer a visibilidade e a estratégia de comunicação do CTV	Marca e identidade visual redesenhadas (novo logotipo)	0	1	Logotipo; manual de normas	1	Em fase de desenho do manual de normas
	P- Renovar a marca e identidade CTV (*rebranding*)	Manual de normas da marca criado	0	1	Logotipo; manual de normas	0	Atraso na aprovação do novo logotipo vai comprometer o alcance desta meta. Optou-se por avançar com o desenho dos outros materiais de comunicação, e espera-se estar pronto antes do final do ano
	P- Aumentar o conhecimento dos diferentes *stakeholders* sobre o CTV e seu trabalho	No. de eventos de lançamento da nova identidade visual	0		Programa; convites; notícia	0	
		% de pessoas com conhecimento do CTV e das suas intervenções	Sem informação	70	Inquérito (a uma amostra) sobre o nivel de conhecimento sobre o CTV	87 inquiridos	Inquérito publicado de Outrobro a Dezembro (41h, 46m)
	R- Manter informados e aumentar o conhecimento do público em geral sobre as actividades do CTV e sobre os mais diversos assuntos relacionados com a governação	No. de notícias/artigos publicados na página web do CTV	44	45	página web do CTV; relatórios de actividades	33 noticias	

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
	e gestão ambiental						
	P-Produzir e divulgar informação com recurso a notícias, newsletter, video-filmagens, e postagens nas redes sociais e página web do CTV	No. de publicações nas redes sociais	79	75	redes sociais do CTV; relatórios de actividades	57 publicações	
	P- Garantir um maior acesso às redes sociais e página web do CTV	No. de newslwtters produzidas e divulgadas	4	4	newsletters	4 boletins informativos	Atrason na entrega do layout novo fez com que se usasse o modelo antigo dos boletins
	P- Aumentar a disponibilização e distribuição do mais diverso material e produtos do CTV	No. de videos sobre as actividades do CTV	0	6	videos; relatórios de actividades	5 videos produzidos	Intervenção de uma beneficiária do GAAJ em Palma Celebração do dia mundial do ambiente em Makomane Trabalho do CTV na Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, Apoio que o CTV deu a comunidade de Lixanga na recuperação dos 20% da exploração dos ser recursos Divulgação da legislação no distrito de Jangamo na

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							Província de Inhambane.
		No. de acessos à página web	7 723	8 500	Estatisticas de acesso à página	8 697	
		No. de *downloads* dos produtos disponibilizados na página web	Sem informação	120	Estatisticas de *downloads*		A CIEM, local onde esta hospedada a página, não fornece essa informação
		No. total de material/produtos distribuidos e disponibilizados em eventos, ofertados, distribuidos em formações, divulgados para parceiros, etc.	Sem informação	600	Lista de entrega de material	957	Ver matriz de material distribuído
AE 9.2 - Interacção com os media	R-Garantir uma efectiva e maior divulgação das actividades do CTV e dos assuntos relacionados com a governação e gestão ambiental nos media	No. de artigos do CTV publicados nos media	6	12	Artigos publicados;	9 artigos	Artigos publicados no Jornal Noicias, JR Média e Civilinfo
	P- Aumentar a interacção / Fortalecer a relação entre o CTV e os media	No. de pedidos de informação/entrevistas ao CTV	Sem informação	8	Fichas de pedido de informação e pedidos de entrevista em programas	5 pedidos	1. Projecto Maputo Katembe (02); 2. Programa de Maneio Comunitário e Recursos Minerais em Moçambique ; 3.Acesso a terra por parte das mulher e raparigas barreiras culturais, burocráticas e /ou provisões legais.
	P- Melhorar a capacidade e o interesse dos jornalistas pela abordagem de questões	No. de programas de televisão e rádio em que o CTV participou	Sem informação	6	Cópias dos programas	10	03 programas de televisão; 07 programas de rádios

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
	ambientais e de gestão da terra e recursos naturais						
	P- Aumentar a circulação de informação sobre ambiente e gestão de recursos naturais	No. de capacitações efectuadas a jornalistas	5	7	Planos/programas das capacitações; relatórios de actividades	06 capacitações	1 – Capacitação de professores da EP do 1º e 2º graus de Makomane em matérias de ambiente, educação ambiental, Direitos da Criança; formação de clubes do ambiente e nutrição; 2 – Criação e capacitação de clubes do ambiente em direitos da criança e criação de peixe. 3 – Capacitação de cuidadores de crianças em construção de tanques de conservação de água; direitos da criança, criação e processamento de peixe nutrição. 4 – Capacitação da Associação de Paralegais de Niassa em gestão e administração de terras e monitoria de licenciamentos para fins de

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							investimentos; 5 - Capacitação de Jornalistas das rádios comunitárias em divulgação da legislação ambiental e produção de programas ambientais; 6 – Capacitação de deputados das AR em reassentamento (ver noticia)
		No. de jornalistas capacitados (H/M);	Sem informação	15 (8H/7M)	Listas de presenças	14 (10h, 4m)	
		% de jornalistas que adoptaram os módulos das formações	Sem informação	15	Avaliação pós-formação	15%	
		No. de programas/artigos em rádio comunitárias, televisão e jornais (eletrónicos e hardcopy) produzidos e publicados	24	28	Cópias dos programas	16 programas	Produzidos e arquivados no servidor
		No.de rádios comunitárias com acordos assinados, scripts elaborados	4	7	Acordos assinados	04 acordos	Acordos assinados com as seguintes rádios: Rádio Comunitária de Palma Rádio Encontro em Nampula Rádio Moçambique – Emissor Provincial de Inhambane, e Rádio Comunitária Nkomati da Manhiça

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
		No. de comunicados de imprensa	9	12	Cópias dos comunicados	4 comunicados de imprensa	Capacitação dos deputados; Lançamento do RAGA; Workshop da ANAC sobre Resultados de investigação e monitoria nas áreas de conservação marinhas em Moçambique; Reunião com o sector privado sob o tema Reflexão sobre a visão do sector privado em relação aos procedimentos para a ocupação de terras comunitárias para investimentos: As consultas comunitárias e os processos de reassentamento.
		No. de scripst para programas	12	12		6 scripts de programas	Estabelecimento de parcerias com rádios para divulgação dos scripts; Script para o programa sobre o dia mundial do habitat; Script para o programa do dia Mundial da Mulher rural; Script sobre fecalismos a céu aberto em Angoche.

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
PE10: *Lobbying* e advocacia							
AE 10.1 - Realização de debates, mesas redondas, programas de televisão como ferramentas de advocacia	R- Influenciar uma maior sensibilidade dos *stakeholders* (Governo, sector privado, e comunidade) na gestão do ambiente e recursos naturais	No. de debates e mesas redondas realizadas	15	15	Programas/notas conceptuais; sinteses; listas de presenças		
	P- Aumentar espaços de discussão de assuntos sobre ambiente e gestão de recursos naturais	No. de participantes (H/M)	685 (459 H/217M)	270 (169H/101 M)	Programas; sinteses; listas de presenças	2 264	1 338 homens, 926 mulheres
AE 10.2 - *Networking*, interacção com o sector privado e representação do CTV em redes, plataformas, etc.	R- Potenciar impactos de causas de advocacia através de *networking* e participação em redes e plataformas de acção colectiva	No. de parcerias estabelecidas (MoU, Acordos de principios de engajamento, etc)	14	15	MoUs; Acordos; Notícias e relatórios de actividades	4	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia; Serviços Distritais de Saúde e Acção Social; Instituto de permacultura de Mahubo; Confederação Técnica das Associações Económicas (CTA).
	P- Garantir a participação em redes/plataformas/mecanismos/ iniciativas relevantes para os objectivos estratégicos do CTV	No. de redes/plataformas/mecanismos/iniciativas activamente participados pelo CTV	Sem informação	10	Acordos de adesão; inscrições; comunicados de adesão; listas de membros	3	UNILÚRIO; MICGAS; Plataforma Nacional das Mudanças Climáticas
Área Temática 5: Desenvolvimento Institucional Objectivo Estratégico 5: Elevar a capacidade institucional, tanto técnica como financeira, para responder à demanda cada vez maior de intervenções nas questões de gestão e governação ambiental.							

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
PE11: Governação interna							
AE 11.1 - Adopção de documentos de políticas e procedimentos	R- Assegurar que o CTV é liderado, gerido e actua seguindo princípios, valores e padrões em áreas chave para a governação institucional						
	P- Garantir a actualização das normas de gestão e funcionamento do CTV como associação	Estatutos revistos e publicados no Boletim da República	0	1	Acta da Assembleia Geral do CTV; Boletim da República	0	Não realizado
	P- Reduzir conflitos de interesse e evitar actos de corrupção	Politica anti-corrupção adoptada	0	1	Politica anticorrupção; circulares/informes internos	1	Adoptado e apresentado em plenária no encontro annual de CTV Dezembro 2018
	P- Assegurar a adopção de uma postura, conduta e padrão de actuação que respeite valores éticos e morais	Código de conduta e ética institucional implementado	0	1	Código de conduta e ética institucional produzido; circular/informe interno	0	Não realizado
	P- Estabelecer medidas para orientar as respostas/acções de contigência aos riscos institucionais	Plano de contigência/riscos adoptado	0	1	Plano de contigência/riscos produzido	1	Plano elaborado e apresentado em plenária no encontro anual de 10 de Dezembro 2018
	P- Garantir a equidade do género no CTV	Política do género adoptada	0	1	Política do género produzida	1	Proposta da política elaborada e apresentada em plenária no encontro anual de 10 de Dezembro 2018, por ser melhorada
		No. de mulheres empregues no CTV	14	15	Lista interna de pessoal; contratos		

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
		% de mulheres que ocupam cargos de chefia no CTV	17	20	Lista interna de pessoal; contratos	17	
	P- Reduzir o impacto do HIV/SIDA, garantindo principios orientadores, de prevenção, de protecção e de confidencialidade a todos os colaboradores	Politica de HIV/SIDA no local de trabalho adoptada	0	1	Politica de HIV/SIDA no local de trabalho produzida	0	Não realizado por exiguidade orçamental
	P-Assegurar a protecção dos direitos da criança nas intervenções do CTV	Politica de protecção dos direitos da criança adoptada	0	1	Politica de protecção dos direitos da criança adoptada; circular/informe interno	1	Realizado, politica adoptada, documento assinado pelos técnicos e em cumprimento
AE 11.2 - Implementaçã o de sistema de monitoria e avaliação	R- Melhorar a capacidade de planificar, acompanhar, avaliar e documentar resultados e mudanças						
	P- Implementar sistema de M&A institucional e programático	Sistema de M&A desenhado e implementado	0	1	Manual de M&A adoptado; Manual de curso; Sistema/software de M&A	0	Não realizado por exiguidade orçamental na contratação de um oficial de M&A
	P- Capacitar equipa em M&A	% de colaboradores treinados em M&A	3	100	Manual do curso; lista de presenças	0	Não realizado por exiguidade orçamental na contratação de um oficial de M&A
	P- Desenvolver cadastro de projectos	Sistema de cadastro criado e em uso	0	1	Fichas de registo de projectos; arquivo do cadastro	1	Realizado e em curso sob gestão da UCD (unidade de comunicação e divulgação)

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
AE 11.3 - Reforço e capacitação do quadro de pessoal interno	R- Melhorar a capacidade de execução das actividades e o desempenho das equipas						
	P- Desenvolver um plano de capacitação interno com prioridades definidas para os cinco anos	Plano de capacitação elaborado	0	1	Plano elaborado	0	Não realizado
	P- Capacitar colaboradores em gestão baseada em direitos, questões de género, etc., consoante o plano de capacitação	% de colaboradores capacitados	Sem informação	50	Manuais ou planos dos cursos; listas de presenças	0	Não realizado devido a não realização do plano de capacitação
	P- Reforçar as equipas de trabalho	No. de novos contratados	0	3	Lista interna de pessoal; contratos	1 + 4 estagiários ProEco + 1 estagiaro ProLegis	Por realizar por exiguidade financeira
AE 11.4 - Autonomia e independência institucional	R- Aumentar a autonomia, independência e sustentabilidade institucional						
	P- Aumentar a carteira de parceiros do CTV com acordos de longo prazo	No. de parceiros/doadores institucionais	2	2	Memorandos/acordos estabelecidos	2	Actividade em curso atraves a mobilização de recursos
	P- Criar e manter um fundo de reserva institucional	Fundo de reserva criado e mantido	1	1	Registo/track da conta bancária; registos financeiros de movimentos	1	Fundo de reserva criado actualmente com capital de USD 33 000
	P- Adquirir instalações próprias (sede da instituição)	Sede própria adquirida ou construida	0	1	Título da propriedade	0	Processo em curso a conhecer constrangimentos financeiros
	P- Renovar e reforçar a frota automóvel	No. de viaturas adquiridas	5	2	Viaturas; contratos de compra	1	Uma viatura 4 x 4 adquerida para sede
PE12: Capacidade de alcançar resultados							

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
AE 12.1 - Desenvolvimento pessoal e profissional dos gestores e colaboradores	R- Melhorar a gestão e desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos do CTV						
	P- Implementar sistema de avaliação de desempenho	Sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores desenhado e implementado	0	1	Documento de procedimentos de avaliação; fichas de avaliação; processos individuais dos trabalhadores	0	Processo iniciado durante apresentação sobre monitoria de desempenho dos trabalhadores de CTV em plenária no encontro annual de CTV Dezembro 2018
	P- Elaborar termos de referência/*job descriptions* para os diferentes cargos/posições	%. de TdR elaborados	25	100	TdR	95%	TdRs e *job descriptions*actualizados
	P- Rever pacotes salariais por posição/cargo	No. de colaboradores com salário revisto		8	Pacotes salariais; Contratos ou adendas aos contratos; folha salarial		Processo iniciado e em curso.
AE 12.2 - Capacidade de formulação de propostas e de gestão de projectos	R- Fortalecer a capacidade institucional de desenhar e gerir projectos						
	P- Capacitar técnicos na elaboração de propostas de financiamento	% de técnicos capacitados	0	50	Manual do curso; lista de presenças	0	Por ser realizado em 2019. Em 2018 não foi realizado devido a necessidade de planear melhor a abordagem e as capacitações internas
	P- Capacitar técnicos no desenho e gestão de projectos	% de técnicos capacitados	0	50	Manual do curso; lista de presenças	0	Por ser realizado em 2019. Em 2018 não foi realizado devido a necessidade de planear melhor a

AE	Resultados/Produtos	Indicadores	Linha de Base	Metas 2018	Meios de verificação	Metas alcançadas	Observações
							abordagem e as capacitações internas
	P- Adoptar manual de ciclo interno de gestão de projectos	Manual de gestão de projectos adoptado	0	1	Manual de gestão de projectos	0	Por ser realizado em 2019.
AE 12.3 - Mobilização de recursos	R- Melhorar a capacidade de mobilizar recursos e garantir a base de financiamento das actividades						
	P- Formular estratégia de mobilização de recursos	Estratégia de mobilização de recursos elaborada	0	1	Estratégia de mobilização de recursos e *marketing*	1	Estratégia de mobilização de recursos existe em formato draft, por ser aprovado e implementado
	P- Realizar acções de marketing	No. de encontros (com embaixadas, agências de desenvolvimento, etc.)	0	4	Convites; cartas de contacto; Agendas/programas de conferências; listas de presenças	3	Contacto com Oxfam, ExxonMobile, Embaixada de Holandia, no âmbito da divulgação do Plano Estrategico CTV 2018-2022
		No. de conferências de doadores organizadas	0	1		0	Por se realizar em 2019; em 2018 ainda estava a se elaborar o plano de mobilização de recursos

ANEXO 2

Parcerias de Trabalho

No.	Organização Parceira	Programa / Projecto ou actividade no âmbito do qual se estabeleceu a parceria	Duração da parceria (data início – data fim)	Foco geográfico da parceria	Parceria formalizada? (documento de formalização e data de assinatura)
1	Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC)	**ProECo** Investigação e monitoria de espécies e ecossistemas em 4 áreas de conservação marinhas	2 anos renováveis: 2017 – 2019.	RMPPO – Distrito de Matutuíne, RNP – Distrito de Massinga, PNAB – Distrito de Vilanculos e Inhassoro, & PNQ – Distritos do Ibo e Quissanga	Parceria formalizada por MdE com a ANAC e FNDS datado de 20.06.17
2	Rádio Comunitária de Palma	**ProLegis/UCD**	20/04 – 30/06/18	Palma (área de abrangência: distritos de Mocimboa da Praia, Mueda, Macomia, Muidumbe Namuno, Nangade e Mtwara – Newala, na Tanzânia)	Formalizada por Acordo – 20/04/18
3	Rádio Encontro - Nampula	**ProLegis/UCD**	05/05– 30/06/18	Nampula (área de abrangência: distritos de Mecuburi, Moecate, Nametil, Monapo (com pouca frequência), Namegonha (Ribaue - com pouca frequência), Cidade de Nampula	Formalizada por Acordo – 05/05/18
4	Emissor Provincial da Rádio Moçambique - Inhambane	**ProLegis/UCD**	20/04 – 30/06/18	Inhambane (área de abrangência: distritos de Inharrime, Zavala, Mabote, Morrumbene, Homoíne, Panda, Funhalouro, Mabote, Massinga, Vilanculo e Inhassoro)	Formalizada por Acordo – 20/04/18
5	Rádio comunitária Nkomati – Manhiça	**ProLegis/UCD**	20/04 – 30/06/18	Manhiça (área de abrangência: Postos Administrativos de Maluana, Calanga, 3 de Fevereiro e uma parte dos Postos Administrativos da Ilha Josina e	Formalizada por Acordo – 20/04/18

No.	Organização Parceira	Programa / Projecto ou actividade no âmbito do qual se estabeleceu a parceria	Duração da parceria (data início – data fim)	Foco geográfico da parceria	Parceria formalizada? (documento de formalização e data de assinatura)
				Xinavane)	
6	Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia de Zavala	**UCD/ProLegis** Projecto de educação ambiental e formas alternativas de sobrevivência para COV´s de Makomane	Agosto de 2019	Distrito de Zavala – Comunidade de Makomane	Em vias de ser formalizada mas as actividades decorrem sem problemas.
7	Instituto de Permacultura de Mahubo	**UCD/ProLegis** Projecto de educação ambiental e formas alternativas de sobrevivência para COV´s de Makomane, para construção de tanques de água ferro-cimento	Fevereiro de 2019	Distrito de Zavala – Comunidade de Makomane	Não formalizada
8	Fórum das ONG´s de Gaza (FONGA)	**ProLegis** Capacitação das OSC, e membros do Governo Monitoria do projecto de areias pesadas de Chibuto	Permanente	Distrito de Chibuto e Bilene	Não formalizada
9	Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC)	**UCD** Parceria no âmbito da capacitação de jornalistas de rádios comunitárias e da produção de programas ambientais	1 ano apartir da data de assinatura. Renovável por igual período	Zona centro e norte	Parceria formalizada por MdE datado de 13.09.2017
10	Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI	**ProLegis** Monitoria ao processo do reassentamento das comunidades da Península de Afungi, no Distrito de Palma	18 meses (13 de Junho de 2017 a 13 de Novembro de 2018)	Distrito de Palma	Parceria formalizada por MdE datado de 13.06.2017
11	Plataforma Distrital das OSC de Palma	**ProLegis** Monitoria ao processo do reassentamento das comunidades da Península de Afungi, no Distrito de Palma	Não definida	Distrito de Palma	Não formalizada

No.	Organização Parceira	Programa / Projecto ou actividade no âmbito do qual se estabeleceu a parceria	Duração da parceria (data início – data fim)	Foco geográfico da parceria	Parceria formalizada? (documento de formalização e data de assinatura)
12	Anadarko Mozambique Area 1 (AMA 1)	**ProLegis** Monitoria do processo de Palma / Plano de intervenção em Palma	Por periodo indeterminado	Palma	Documento de principios assinado a 03.10.2017
13	Associação para o Desenvolvimento de Makomane	**UCD/ProLegis** Parceria para implementação do projecto "Educação ambiental e promoção de formas alternativas de subsistência para crianças órfãs e vulneráveis (cov´s) de Makomane"	31 de Agosto de 2017 a 31 de Agosto de 2019	Município de Quissico, Província de Inhambane	Parceria formalizada por acordo
14	CIP, Sekelekani, Kuwuca, e CCM (Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva)	**ProLegis** Monitoria do processo de licenciamento ambiental	Sem prazos	Nível Nacional	Não formalizada
15	Plataforma distrital das OSCs de Moatize	**ProLegis** Monitoria dos processos de reassentamento	Sem prazos	Distrito de Moatize	Não formalizada
16	Plataforma distrital das OSCs de Marara	**ProLegis** Monitoria dos processos de reassentamento	Sem prazos	Distrito de Marara	Não formalizada
17	Plataforma distrital das OSCs de Inhassoro	**ProLegis** Monitoria do projecto de areias pesadas de Jangamo	31.12.2017	Distrito de Inhassorro	Não formalizada

ANEXO 3

Angariação de Fundos

#	TIPO/FASE	DESCRIÇÃO
1	**Proposta técnica e financeira**	**Submetida por:** ProLegis **Potencial Doador:** InovAgro **Designação do Projecto:** Projecto de apoio ao desenvolvimento sustentável de Malopa e Munhacua, Distrito de Mocuba na Província da Zambezia **Objectivo:** Promover a segurança de posse e uso sustentável da terra e recursos naturais **Orçamento:** 2.689.200,00 MT **Data de Submissão:** 16.02.2018 **Ponto de Situação:** Reprovado
2	**Concept note**	**Submetida por:** Consórcio entre WIOMSA, CTV, Ocean Foundation, Environmental Law Institute, Inovations in Conservation, East Africa Wildlife Society **Potencial Doador:** Blue Action Fund **Designação do Projecto:** Building Transboundary Marine Conservation Through Strengthened MPA Management in the coastal regions between Tanzania and Kenya, and Mozambique and South Africa **Objectivo:** desenvolvimento e fortalecimento de áreas de conservação marinha transfronteiriças, envolvendo processos de tomada de decisão e planeamento colaborativo integrando todos os stakeholders, harmonização de políticas e de medidas de gestão, desenvolver estratégias financeiras sustentáveis, etc. **Orçamento:** cerca de 400.000 USD **Data de Submissão:** Abril 2018 **Ponto de Situação:** Reprovado
3	**Proposta técnica e financeira**	**Submetida por:** ProLegis **Potencial Doador:** Global Alliance for Green and Gender Action (GAGGA) **Designação do Projecto:** Strengthening communities in the context of gas developments **Objectivo:** organizar equipes de assistência legal de família para família, incluindo também mulheres, que são permanentemente baseadas na Península de Afungi, e que podem ajudar mais de 1000 famílias a negociar melhores acordos para proteger seus direitos à terra e outros recursos no contexto da implementação do plano de reassentamento e até mesmo em processos subseqüentes, como a concepção planejada de um Programa de Desenvolvimento Comunitário

		Orçamento: 58.500 Euros **Data de Submissão:** Abril 2018 **Ponto de Situação:** Aprovado; acordo assinado
4	**Proposta**	**Submetida por:** ProLegis **Potencial Doador:** IDRC (International Development Research Centre) **Designação do Projecto:** Accelerating Climate Action: social equity and empowerment of women and girls. **Objectivo:** o objective desta pesquisa é permitir às comunidades afectadas por reassentamento de mudra de meios de vida de subsistência para formas sustentáveis. Isto será feito através da identificação dos modos de vida das comunidades e da forma como as mudanças climáticas as afecta e que possam ser mitigadas e adaptadas. Treino das comunidades em medidas de mitigação e de adaptação concretas, e partilha e disseminação do trabalho. **Orçamento:** 395.460,00 CAD **Data de Submissão:** 23.04.2018 **Ponto de Situação:** A proposta não foi apurada para a fase seguinte
5	**Proposta técnica e financeira**	**Submetida por:** ProLegis **Potencial Doador:** OSISA (Open Society Initiative Southern Africa) **Designação do Projecto:** Mudanças climáticas e segurança alimentar **Objectivo:** o objectivo desta intervenção e influenciar os planos de reassentamento em três províncias (Cabo Delgado – Distrito de Palma; Tete – Distrito de Moatize, e Gaza - Chibuto e Parque Nacional do Limpopo), de forma a assegurar que as questões de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e segurança alimentar sejam consideradas **Orçamento:** 80.000,00 usd **Data de Submissão:** 30.04.2018 **Ponto de Situação:** Aprovado, contrato assinado.
6	**Concept note**	**Submetida por:** ProLegis **Potencial Doador:** PISCCA (Projectos inovadores da sociedade civil e das coligações de actores) **Designação do Projecto:** Fortalecimento da sociedade civil e comunidades abrangidas pelo reassentamento **Objectivo:** <u>Objectivo geral:</u> Criação duma sociedade informada e activa na monitoria de gestão de recursos naturais e do meio ambiente, e sensivel aos seus membros mais vulneráveis (mulheres, jovens e pessoas com deficiência). <u>Objectivos específicos:</u> 1. Capacitação de membros da sociedade civil na monitoria da implementação dos planos de acção de reassentamento e restabelecimento/alargamento dos meios de subsistência. 2. Capacitação de membros da sociedade civil e comunidades locais para serem mais sensiveis às pessoas mais vulneráveis na sociedade. 3. Elaboração de um guião de monitoria para servir como referência para uso pelas comunidades abrangidas pelo reassentamento. **Orçamento:** 30.000,00 EUR **Data de Submissão:** 25 Maio 2018

		Ponto de Situação: Não foi apurado para a segunda fase”
7	**Manifestação de interesse e Proposta completa**	**Submetida por:** ProEco **Potencial Doador:** WWF **Designação do Projecto:** Preparação do plano de acção nacional para a conservação de tartarugas marinhas em Moçambique **Objectivo:** Preparação de um plano de acção nacional para a conservação de tartarugas marinhas em Moçambique, incluindo uma revisão bibliográfica e trabalhos de grupos **Orçamento:** 1 758 816,00 MT **Data de Submissão:** 05 Junho 2018 **Ponto de Situação:** Pendente (aguarda-se resposta)
8	**Contacto inicial**	Contacto inicial feito com três fundacões (Ford Foundation, OSISA, McArthur Foundation) no âmbito de desenvolver um relacionamento que dará na disponibilização de fundos.
9	**Apresentação do novo Plano Estrategic CTV aos doadores em Maputo**	Foi iniciado a apresentação do Plano Estrategico CTV 2018-2022 a potenciais doadores em Maputo, nomeadamente: Oxfam.

ANEXO 4

Notícias Publicadas

N.	Noticia/Tema	Area tematica	Data	Local de publicacao (Fbook, instagram, twitter, pagin web, civil info, outros)
1	CTV capacita professores em conteúdos ambientais, direitos da criança, saúde e nutrição	UCD	26.02.18	Pag Web
2	Comunidades de Afungi eufóricas de momento e distraídas em relação ao futuro	PROLEGIS	26.02.18	Pag Web, fbook, civilinfo
3	CTV organiza sessão de trabalho com Deputados da Assembleia da República	PROLEGIS	27.03.18	Pag Web, fbook, civilinfo
4	Twin City reconcilia-se com a comunidade de cubo após anos de desentendimentos	PROLEGIS	12.03.18	Pag Web, fbook, civilinfo
5	CTV aborda, no âmbito do Dia Mundial da Mulher, os desafios destas no acesso à terra	Genero	20.03.18	Pag Web
6	Conflito homem- animal coloca população de Mavodze e Administração do PNL em rota de colisão	Prolegis	02.04.18	Pag Web, fbook, civilinfo
7	ONG´s avaliam a qualidade de vida da população afectada pelo Projecto de Gás Natural Liquefeito em Palma	Prolegis	06.04.18	Pag Web, fbook, civilinfo
8	Mulheres do distrito de Jangamo e Inhassoro capacitadas em gestão de terras e outros recursos naturais		12.04.18	
9	Pescadores reclamam a redução de recursos pesqueiros na Baia de Maputo		15.05.18	Pag Web, fbook, civilinfo
10	Plano de Gestão para o Uso de Recursos Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (RMPPO), será apresentado às partes interessadas e afectadas	Proeco	23.04.18	Pag Web e fbook
11	Placas com informação sobre tartarugas marinhas colocadas na praia da Ponta do Ouro	Proeco	24.04.18	Pag Web e fbook
12	População da vila de Marracuene rejeita projecto de aterro controlado	Prolegis	25.04.18	Pag Web e fbook
13	Garimpeiros treinados sobre método alternativo ao mercúrio na extracão artesanal de ouro	Prolegis	24.05.18	Pag Web e fbook
14	Parceiros do AGIR capacitados em matérias de angariação de fundos e visibilidade	UCD	22.05.18	Pag Web e fbook
15	Sessenta crianças capacitadas para integrar clubes ambientais	UCD	23.05.18	Pag Web e fbook
16	Coligação Cívica sobre a Industria Extractiva realiza conferęncia sobre os desafios de governação do sector extractivo	Prolegis	24.05.18	Pag Web e fbook
17	Documentários produzidos pelo CTV são exibidos na programação do Mes de Africa na Universidade Federal da Bahia, no Brasil	Prolegis	28.05.18	Pag Web e fbook
18	CTV comemora o dia Mundial do Ambiente na Escola Primária de Makomane	UCD	16.06.18	Pag Web e fbook
19	Biólogos do CTV realizam reciclagem de fiscais da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro sobre a metodologia da monitoria da pesca recreativa e desportiva	Proeco	03.07.18	Pag Web e fbook
20	Coligação Cívica sobre Industria Extractiva trabalha em Namanhumbir	Prolegis	09.07.18	Pag Web e fbook
21	CTV realizou um levantamento ecológico de base sobre recifes de coral, recifes rochosos e florestas de mangal em áreas de pesca de gestão comunitária e de recuperação do recurso	Proeco	12.07.18	Pag Web e fbook
22	Organizações ambientalistas da África Sub-Sahariana avaliam respostas das comunidades face às mudanças climáticas e seu impacto na biodiversidade	Prolegis	27.08.18	Pag Web e fbook
23	Biólogos do CTV monitoram recifes de coral e comportamento dos mergulhadores recreativos na Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro	Proeco	28.08.18	Pag Web e fbook
24	Capacitação sobre monitoria de processos de licenciamento ambiental e de ocupação de terras é realizada em Montepuez	Prolegis	18.09.18	Pag Web e fbook
25	CTV e parceiros organizam capacitação de comités comunitários de gestão de recursos naturais, no Distrito de Inhassoro, em matérias sobre o quadro legal sobre terras, minas e reassentamento	Prolegis	20.09.18	Pagina Web
26	Membros do Fórum Nacional do Mecanismos Africano de Revisão de Pares reuniram-se no âmbito da preparação da segunda avaliação do país	Prolegis	15.10.18	Pagina Web
27	Inicia a época de monitoria de tartarugas marinhas na Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro	Proeco	05.10.18	Pagina Web
28	Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva solidária para com a comunidade de Moatize	Prolegis	17.10.18	Pagina Web
29	Centro Terra Viva dá continuidade ao ciclo anual de monitoria ecológica no Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto	Proeco	30.10.18	Pagina Web
30	Centro Terra Viva capacita Organizações da Sociedade Civil e paralegais na Província do Niassa	Prolegis	01.11.18	Pagina Web
31	Decorre a monitoria ecológica na Reserva Nacional do Pomene	Proeco	14.11.18	Pagina Web
32	Deputados da Assembleia da República e Coligação Cívica sobre indústria extrativa visitam as comunidades de Moatize	Prolegis	23.11.18	Pagina Web
33	Mulheres cuidadoras de crianças órfãs e vulneráveis da comunidade de Makomane capacitadas em diversas matérias	UCD	03.12.18	Pagina Web

ANEXO 5

Programas de Rádio e Televisivos

TV / Rádio	Tema	Participante
TVM 1 - Primeira Página	Lançamento do Relatório Anual de Governação Ambiental - 08 dias em Massingir	Issufo Tankar
TV Miramar - Contacto Directo	Problemas ambientais associados aos assentamentos e habilidades urbana	Issufo Tankar e Carlos Litulo
TVM 1 - Primeira Página	Sustentabilidade do turismo de mergulho e conservação dos recifes de coral	Cristina Louro
Rádio Comunitária Nkomati da Manhiça	Participação pública	Samanta Remane
Rádio Comunitária Nkomati da Manhiça	Consultas comunitárias	Issufo Tankar
Rádio Comunitária Nkomati da Manhiça	Acesso à terra e uso e aproveitamento de terra	Issufo Tankar
Rádio Comunitária Nkomati da Manhiça	Reassentamento das comunidades	Issufo Tankar
Rádio Moçambique - Emissor Provincial	Legislação ambiental e delimitação de terras	Nelson Alfredo
Rádio Moçambique - Emissor Provincial	Consulta comunitária e seu impacto na comunidade	Issufo tankar
Rádio Moçambique - Emissor Provincial	Consulta pública nas comunidades	Samanta Remane
Radio Comunitária de Palma	Vida social das comunidades em prol do desenvolvimento sustentável do Distrito de Palma	Nelson Alfredo

ANEXO 6

Eventos organizados

Matriz de participantes													
N.	Programa	Projecto/Doador	Local			Tipo de reuniao	Tema	Organizado por/participante interno	Parceiros	Data	Participantes		Total
			Provincia	Distrito	Comunidade						Homens	Mulheres	
1	UCD	TDH	Inhambane	Zavala		Seminario	Meio ambiente, direitos da criança, saúde e nutrição	UCD	Serviços Distritais de Acção Social de Zavala	30-31/01/18	10	3	13
2	Prolegis	SDC	C.Maputo			Seminario	Programa de Seminario Formativo dos Deputados	UCD		22/02/2018	20	10	30
3		OSISA	Inhambane	Jangamo		Seminario	Seminario Sobre Divulgacao do Regulamento de Avaliacao de Impacto Ambiental (RAIA) e o Diploma Minesterial n 158/2011	Prolegis		28/02/2018	24	10	34
4	Pro Legis	OSISA	Inhambane	Inhassoro		Seminario	Seminario Sobre Divulgacao do Regulamento de Avaliacao de Impacto Ambiental (RAIA) e o Diploma Minesterial n 158/2011	Prolegis		01/03/2018	28	12	40
5	Pro-Legis	SDC/WEEFFECT	C.Maputo			Encontro	Lançamento de Relario Anual de Boa Governacao Participativa 2017	UCD		27/03/2018	28	27	55
6	Pro Legis	SDC/WEEFFECT	C.Maputo			Lancamento	Lancamento do Plano Estrategico 2018-2022	UCD		27/03/2018	18	17	25
7	Pro Legis	OSISA	Maputo	Manhica		Seminario	Seminario de Divulgacao do RAIA (decreto 54/2015) e Procedimentos para Realizacao de Consultas Publicas	Pro Legis		18/04/2018	26	7	33
8	Pro Eco	RMPPO	C. Maputo	KaMavota	Costa do Sol	Reuniao	Reuniao de Apresentacao do Plano de Gestao para o Uso de Recurso Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha	Pro Eco/ UCD		23/04/2018	34	4	38
9	Prolegis	SDC	C.Maputo			Mesa Redonda	Reflexao sobre o processode Revisao da Palitica Nacional de Terras	Prolegis		04/04/2018	6	6	12
10	Po Eco	RMPPO	C.Maputo	Ka Inhaka		Reuniao	Reuniao de Apresentacao do Plano de Gestao para o Uso de Recurso Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha	ProEco		08/05/2018	19	11	30
11	Pro Legis	OSISA	Gaza	Bilene	Macia	Lancamento	Seminario de Capacitacao sobre Monitoria do Licenciamento Ambiental e uso de Terras	Prolegis		08-09/05/2018	15	19	34
12	Pro Eco	RMPPO	Maputo	Matituine	Machangulo	Reuniao	Reuniao de Apresentacao do Plano de Gestao para o Uso de Recurso Extractivos na Costa Ocidental da Reserva Marinha	Pro Eco/ UCD		09/05/2018	9	5	14
13	Prolegis	SDC	Maputo			Mesa Redonda	Segundo Encontro sobre o Processo de Revisao da Politica Nacional de Terras	Prolegis		17/05/2018	4	3	7
14	Prolegis	SDC	Cabo Delgado	Palma		Mesa Redonda	Privatização da Terra em Moçambique, Direitos das Comunidades	UCD		29/05/2018	23	7	30
15	prolegis	OSISA	Maputo	Marracuene		Palestra	Direitos da Mulher à terra e participação nos processos de tomada de decisão	UCD	ASDELO	12/06/2018	2	29	31
16	Prolegis	SDC	Inhambane	Zavala		Encontro	Debate de divulgacao de Relatorio de Impacto Social e Economico e Ambiental de Terras com Uso Metodo de Mobilizadores Comunitarios	Pro Legis		27/06/2018	22	6	28
17	ProLegis	OSISA	Inhambane	Inhassoro		Seminario	Seminario sobre Monitoria de Processos de Licenciamento Ambiental e de Ocupacao de Terra	Prolegis		28/06/2018	19	13	22
18	Prolegis	OSISA	Inhambane	Jangamo		Encontro	divulgacao de Relatorio de Impacto Social e Economico e Ambiental de Terras com Uso Metodo de Mobilizadores Comunitarios	ProLegis		04/07/2018	15	11	26
19	ProLegis	SDC	Inhambane	C. Inhambane		Encontro	Divulgacao de Relatorio de Impacto Social e Economico e Ambiental de Terras com Uso Metodo de Mobilizadores Comunitarios	ProLegis		05/07/2018	4	6	10
20	UCD	SDC	Cabo Delgado	Pemba		Capacitação	Capacitacao de Jornalista das Radios Comunitarias de Nampula e Cabo Deligado	Pro Legis		08/08/2018	10	4	14
21	Pro Legis	OSISA	Gaza	Chibuto		Encontro	Encontro Técnico entre o governo dodistrito de Chibuto directores , provinciais, RecursosMinerais e Agricultura e o CTV e Plataforma de OSC de Chibuto	UCD		20/08/2018	24	6	30
22	Pro Eco	FNDS	Maputo			Seminario	Seminario Tecnico: Resultados de Investigacao e Monitoria nas Areas de Conservacao Marinhas em Mocambique	UCD	ANAC	04/09/2018	22	14	36
23	Pro Eco	FNDS	Maputo			Seminario	Seminario Tecnico: Resultados de Investigacao e Monitoria nas Areas de Conservacao Marinhas em Mocambique	UCD	ANAC	05/09/2018	22	14	36
24	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Inhassoro	Chitsotso	Capacitação	Capacitação de Comité de Gestão de Recursos Naturais Em Legislação de Terra, Petrpleos Reassentamentos e Papel dos Comités	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	17/09/2018	9	7	16

Matriz de participantes													
N.	Programa	Projecto/Doador	Local			Tipo de reuniao	Tema	Organizado por/participante interno	Parceiros	Data	Participantes		Total
			Provincia	Distrito	Comunidade						Homens	Mulheres	
25	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Inhassoro	Macovane	Capacitação	Capacitação de Comité de Gestão de Recursos Naturais Em Legislação de Terra, Petrpleos Reassentamentos e Papel dos Comités	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	19/09/2018	10	7	17
26	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Inhassoro	Mangungumete	Capacitação	Capacitação de Comité de Gestão de Recursos Naturais Em Legislação de Terra, Petrpleos Reassentamentos e Papel dos Comités	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	21/09/2018	4	5	10
27	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Inhassoro	Temane	Capacitação	Capacitação de Comité de Gestão de Recursos Naturais Em Legislação de Terra, Petrpleos Reassentamentos e Papel dos Comités	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	21/09/2018	11	3	14
28	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Inhassoro	Mabime	Capacitação	Capacitação de Comité de Gestão de Recursos Naturais Em Legislação de Terra, Petrpleos Reassentamentos e Papel dos Comités	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	22/09/2018	12	10	22
29	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Jangamo	Licaca	Capacitação	Capacitacao de Comites Comunitarios de gestão dos Recursos Naturais do Distrito de Jangamo	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	11/10/2018	10	3	13
30	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Jangamo	Madonga	Capacitação	Capacitacao de Comites Comunitarios de gestão dos Recursos Naturais do Distrito de Jangamo	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	12/10/2018	8	8	16
31	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Jangamo	Xuxululo	Capacitação	Capacitacao de Comites Comunitarios de gestão dos Recursos Naturais do Distrito de Jangamo	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	15/10/2018	10	7	17
32	Prolegis	IDRC/SDC	Inhambane	Jangamo	Ravene	Capacitação	Capacitacao de Comites Comunitarios de gestão dos Recursos Naturais do Distrito de Jangamo	Pro Legis	Plataforma Distrital de Inhassoro e Jangamo	16/10/2018	15	15	15
33	Prolegis	IDRC/SDC	Gaza	Massingir		Capacitação	Capacitação para os membros do Governo Distrital de Massingir, PNL e sociedade Civil	Pro legis			21	6	27
34	Prolegis	IDRC/SDC	Gaza	Massingir		Capacitação	Capacitação para os membros do Governo Distrital de Massingir, PNL e sociedade Civil	Pro legis			24	8	32
35	Prolegis	IDRC/SDC	Tete	Tete		Encontro	Encontro dos Deputados da Asssembleia da Rrepública com a empresa Vale Moçambique	Prolegis	Coligacao Civica		15	4	19
36	UCD	SDC	Gaza	Massingir	Cubo	Exibicao do documentario	Exibicacao do Documentario 8 dias em Massingir	UCD			540	350	890
37	UCD	SDC	Maputo	C. Maputo		Exibicao do documentario	Exibicaco do Documentario 8 dias em Massingir	UCD			42	33	75
38	Prolegis	SDC	Inhambane	Jangamo	Ligogo	Capacitação	Capacitação do Comité de gestão de Recursos Naturais em Legislação de Terras, Minas, Ambiente, Florestas e Fauna Bravia e Papel dos Comités	Prolegis		Oct-18	9	6	15
39	Prolegis	SDC	Inhambane	Jangamo	Mabelane	Capacitação	Capacitação do Comité de gestão de Recursos Naturais em Legislação de Terras, Minas, Ambiente, Florestas e Fauna Bravia e Papel dos Comités	Prolegis		Oct-18	10	4	14
40	Prolegis	PNL	Gaza	Massingir	Mucatine	Capacitacao	Capacitações dos membros das comunidades afectadas pelo PNL	Prolegis	Plataforma Distrital da Sociedade Civil em Massingir	25/11/2018	13	66	79
41	Prolegis	PNL	Gaza	Massingir	Massingir velho	Capacitacao	Capacitações dos membros das comunidades afectadas pelo PNL	Prolegis	Plataforma Distrital da Sociedade Civil em Massingir	26/11/2018	45	63	108
42	Prolegis	PNL	Gaza	Massingir	Bingo	Capacitacao	Capacitações dos membros das comunidades afectadas pelo PNL	Prolegis	Plataforma Distrital da Sociedade Civil em Massingir	27/11/2018	51	34	85
43	Prolegis	PNL	Gaza	Massingir	Chimangue	Capacitacao	Capacitações dos membros das comunidades afectadas pelo PNL	Prolegis	Plataforma Distrital da Sociedade Civil em Massingir	28/11/2018	41	20	61
44	Prolegis	PNL	Gaza	Massingir	Machamba	Capacitacao	Capacitações dos membros das comunidades afectadas pelo PNL	Prolegis	Plataforma Distrital da Sociedade Civil em Massingir	29/11/2018	34	23	57
45	Prolegis	SDC	Maputo	Maputo	Maputo	Conferencia	Conferencia do Genero e Mulher	Prolegis	Ministerio do Genero	05/12/018	380	107	487
	Total										1718	1033	2751

ANEXO 7

Progresso da Implementação do PDI 2018

Pilares Estratégicos	Acção estratégica	Actividades	Período	Indicadores	Nível de Progresso
PE.11. GOVERNAÇÃO INTERNA	AE 11.1. Adopção de documentos de políticas e procedimentos	Estatutos revistos e publicados no Boletim da República	3 trim	• Documento revisto, apreciado pela Direcção Executiva e aprovado pela AG. (uso de serviços externos)	Não realizado
		Política anti-corrupção	1 trim	• Documento revisto, partilhado, assinado pelos técnicos do CTV e em cumprimento.	Adoptada política da WE Effect e conjugada ao CTV. Documento inicial apresentado em plenária no encontro anual de 10 de Dezembro 2018, para implementação plena da política em 2019
		Plano de contigência/riscos adoptado (segurança institucional)	2 trim	• Já foram orientados 2 técnicos em matérias de mitigação de riscos, pela SIDA; • Implementados sistemas de alerta nos escritórios; • Plano de Contingências elaborado, partilhado com doadores, divulgado aos trabalhadores e em uso.	Elaborados sinais de identificação e fixados no escritório sede; Plano elaborado e apresentado em plenária no encontro anual de 10 de Dezembro 2018.
		Código de conduta e ética institucional implementado	1 trim	• A ser elaborado e colocado ao conhecimento e uso pelos trabalhadores. (uso de serviços externos)	Não realizado
		Política do género adoptada	3 trim	• Contactar pessoa e/ou instituição especializada para elaboração e respectiva divulgação	Proposta elaborada e apresentada em plenária no encontro anual 2018, por ser melhorada. (uso de serviços externos)
		Politica de HIV/SIDA no local de trabalho adoptada	3 trim	• Contactar pessoa e/ou instituição especializada para elaboração e respectiva divulgação	Ainda não realizado devido à exiguidade financeira

Pilares Estratégicos	Acção estratégica	Actividades	Período	Indicadores	Nível de Progresso
		Politica de protecção dos direitos da criança adoptada	1 trim	• Documento revisto, partilhado, assinado pelos técnicos do CTV e em cumprimento.	Realizado, politica adoptada, documento assinado pelos técnicos e em cumprimento
	AE11.2. Implementação de sistema de monitoria e avaliação	Contração de oficial de M&A	1 semestre	• Elaborados os TDR, publicação da vaga na imprensa e outros meios, contratação do(a) Oficial.	Não realizado por exiguidade financeira.
		Desenho do sistema de M&A	2 semestre	• TDR elaborados para implementação.	Por realizar
		Capacitar equipa em M&A	2 semestre	• Equipa dos técnicos integrado nas praticas de M&A.	Por realizar
		Desenvolver cadastro de projectos (base de dados de projectos)	2 semestre	• Base de dados elaborada, informação compilada e de fácil acesso e uso.	Realizado e em curso sob gestão da UCD (unidade de comunicação e divulgação)
	AE 11.3 Reforço e capacitação do quadro de pessoal interno	Elaborar plano de capacitação	2 semestre	• TDR e Plano elaborados. Prioridades identificadas.	Por realizar
		Realização de pelo menos 1 capacitação da equipa técnica (prioridade: desenho de propostas e gestão de projectos?)	2 semestre	•	Por realizar
		Realização de 1 capacitação dirigida a melhorar competências da secretária/recepcionista (informática e princípios de administração)	1 trim	• Instituição identificada, curso realizado, • Secretaria totalmente integrada nas tarefas do DAF.	Secretária integrada gradualmente às actividades do DAF (controlo e gestão de viaturas, coordenação de viagens e aquisição de passagens, etc)
		Reforço de equipas programáticas (ProLegis, ProInfo, ProEco?)	Gradualment,conforme necessidade e disponibilidade financeira		Reforçado o ProLegis – integrada Assessora Técnica de Advocacia. Reforçado o UCD -integrado 1 documentalista

Pilares Estratégicos	Acção estratégica	Actividades	Período	Indicadores	Nível de Progresso
	AE 11.4. Autonomia e independência institucional	Aquisição de uma viatura 4x4 para reforço do parque automóvel	Dependente de disponibilidade financeira		Viatura 4x4 - 3.4 adquirida para sede. Fundos recebidos da SDC referentes à retenção do Plano Estratégico 2014-2017
		Adquirir instalações próprias (sede da instituição)	Dependente de disponibilidade financeira	• Identificação do espaço/imóvel, • Processo do pedido de financiamento junto ao banco para Credito de Habitação, iniciado.	Processo em curso a conhecer constrangimentos financeiros. Continuara em 2019.
		Escritório da Delegação de Palma: - Projecto de construção (desenho) - Finalizar obras - Apetrechar com equipamentos	1 trim Progressivo	•	Não realizado devido a constrangimentos financeiros também aliados ao factor da situação político-militar que se verifica em Palma. Aberto um poço de agua para abastecimento próprio
		Manutencão do fundo de reserva institucional	Permanente		Processo em curso. Actualmente com o capital de USD 33.000,00
		Fundraising / carteira de parceiros e doadores	Permanente		Processo em curso
PE 12. CAPACIDADE DE ALCANÇAR RESULTADOS	AE 12.1. Desenvolvimento pessoal e profissional dos gestores e colaboradores	Elaborar guião do sistema de avaliação de desempenho do pessoal / ficha de avaliação de desempenho	1 trim	• Definição de objectivos Semestrais/Anuais com os trabalhadores. (uso de serviços externos)	Processo iniciado, introdução feita a toda equipa no encontro anual de 10 de Dezembro de 2018. 2019 funcionamento em pleno. Fundos recebidos da SDC referentes à retenção do Plano Estrategico 2014-2017.
		Elaborar termos de referência/job descriptions para os diferentes cargos/posições	1 trim	• Descrições de tarefas revistas/actualizadas, (Coordenadores + DE + DAF)	Processo iniciado e em curso
	AE 12.2.	Adopção de manual	2 semestre		Por realizar

Pilares Estratégicos	Acção estratégica	Actividades	Período	Indicadores	Nível de Progresso
	Capacidade de formulação de propostas e de gestão de projectos	de gestão de projectos			
	AE 12.3. Mobilização de recursos	Elaborar estratégia de mobilização de recursos	1 semestre		Processo iniciado
		Acções de mobilização de recursos/*fundraising* (encontros com agências financiadoras, conferências com doadores) (Ex: apresentação do Plano Estratégico)	Permanente		Processo contínuo
		Assistência Médica - Identificar pacote/plano de saúde e instituir - Dependendo da capacidade institucional financeira	1 trim	• Definido um critério sustentavel e aceitavel para beneficiar os trabalhadores.	Método de reembolso de despesas médicas e medicamentosas em curso. Não existe capacidade financeira para aderir ao plano de saúde oficial praticado pelos provedores

ANEXO 8

Plano de Acção para a Mitigação de Riscos – Situação

PROGRAMA POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL (PROLEGIS)

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
Fraca participação das comunidades; fraca abertura das estruturas governamentais e comunitárias	Palma, Tete	Manipulação das lideranças locais para não participação nas actividades promovidas pelo CTV	Risco externo e estratégico	3	3	9	Envolver outros actores no processo de mobilização/sensibilização	Nelson Alfredo Issufo Tankar	Risco controlado CTV tem priviligiado o envolvimento de actores locais a todos os níveis
	Palma, Tete	Fraca participacao das Mulheres					Realizar encontros com grupos especificos de mulheres	Nelson Alfredo Issufo Tankar	Risco controlado
	Inhambane	Conflito de lideranças					Trabalhar com todos os líderes	Ideltrudes Namburete	Risco controlado
Casos com necessidade de apoio e assessoria sem seguimento	Palma	Incapacidade de acompanhar todos os casos com necessidade de apoio e assessoria jurídica, devido à insuficiência de meios	Risco financeiro	2	2	4	Criar condições e estrategizar acompanhamento aos casos mais graves	Nelson Alfredo Issufo tankar	Risco financeiro ultrapassado

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
		e recursos							
Fraca colaboração das empresas com projectos de desenvolvimento (em especial indústria extractiva)	Palma, Tete	Fraca participação das empresas no encontros promovidos pelo CTV; ausência de resposta e indisponibilidade para colaborar	Risco estratégico	3	2	6	Informar a realização dos encontros com antecedência Estratégia de comunicação e envolvimento permanente das empresas Estabelecimento de acordos de engajamento	Nelson Alfredo Issufo Tankar	Risco controlado Tem-se priviligiado o estabelecimento de MdE e tem-se seguido sempre uma estratégia de envolvimento das empresas em todos os passos
Assistência insuficiente	Todos os locais com intervenções	Insuficiência de fundos para acções de seguimento em processos e intervenções de longa duração.	Risco financeiro e estratégico	3	4	12	Reprogramar antecipadamente as actividaddes Envolver outros parceiros	Issufo Tankar	Risco controlado Para além do envolvimento contínuo dos mais vários actors e parceiros, o CTV tem feito uma busca activa por diversificar as fontes de financiamento
Fraca capacidade de resposta à demanda por intervenções do CTV	Palma. Nampula. Tete	Excesso de trabalho por parte dos técnicos do CTV / sobreposição de actividades e poucos recursos humanos	Riscos externo e organizacionais	3	3	9	Reprogramar antecipadamente as actividaddes Envolver outros actores e parceiros	Issufo Tankar	Risco controlado
Inacessibilidade a zonas de implementação do Projecto	Palma, Gaza, Inhambane	Vias de acesso interrompidas por calamidades naturais (ex: cheias)	Riscos externos	3	3	9	Previligiar, sempre que possível, a planificação de actividades para fora do período chuvoso Accionar plano	Issufo Tankar	---

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
							de emergência (contactos chave, evacuação, etc.) em caso de se enfrentar situação de calamidade natural		
Inacessibilidade as zonas de implementação do Projecto	Manica, Sofala, Zambézia e Nampula	Actividades enviabilizadas devido a possivel reacender do conflito politico-militar, que coloca em causa a segurança dos técnicos, impede o acesso aos locais, etc.	Riscos externos	3	3	9	Interromper a realização das actividades programadas Considerar redireccionar as actividades para outras zonas do país	Issufo Tankar Direcção Executiva	---
Inacessibilidade as zonas de implementação do Projecto	Palma	Focos de "terrorismo" e insegurança em Cabo Delgado (Mocimboa da Praia e Palma)	Riscos externos	3	4	12	Interromper a realização das actividades programadas	Nelson Alfredo Issufo Tankar Direcção Executiva	Risco continua alto mas está controlado da parte do CTV CTV aplicou as medidas de mitigação aqui propostas tendo fechado o escritório em Palma até nova avaliação da situação, estando a decorrer actividades correntes orientadas pelos técnicos nativos de Palma, sendo que os não nativos foram retirados do local não havendo também lugar a viagens de carro entre Pemba e Palma

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
Inacessibilidade a informação útil (da parte dos proponentes dos projectos, governo)	A nível nacional	Não aplicação da lei de acesso à informação; não disponibilização de dados e informação impedem intervenções seguras e informadas por parte do CTV	Riscos externos	3	3	9	Buscar fontes alternativas Manter sempre envolvimento e engajamento estratégico	Issufo Tankar	Risco controlado

PROGRAMA DE ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE (PROECO)

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
Actividades programadas comprometidas por insuficiência financeira	Sul e Norte	Risco de doadores e parceiros não garantirem o nível de financiamento exigido para execução das actividades programadas e para o suporte salarial dos recursos humanos necessários para as mesmas; inclui também a falta de capacidade interna em termos de tempo disponível para *fundraising*	Risco de Gestão e Financeiro	5	2	10	Identificação contínua de fontes alternativas de financiamento	Cristina Louro Direcção Executiva	Risco permanece. ProEco tem feito um esforço contínuo de procura de financiamento. Todavia, esta actividade tem sido difícil de implementar devido à sobreposição de agendas e da necessidade de cumprir com prazos. Importante acrescentar que muitas das propostas para aplicação de fundos, são propostas a curto prazo que requerem inúmeras horas de trabalho e, muitas vezes, não cobrem os custos de pessoal.
Comprometimento do alcance dos objectivos traçados e produção dos produtos acordados com parceiros	Sul e Norte	Incapacidade de cumprir com os objectivos traçados/produtos acordados por sobreposição de agendas; pode também comprometer a qualidade dos produtos	Risco técnico	3	3	9	Replanificar actividades de acordo com as situações e recursos humanos disponíveis Acompanhamento contínuo Responsabilização pessoal Motivação da equipa	Cristina Louro Direcção de Programas	Risco permanece. O ProEco tem feito esforços contínuos para garantir que as actividades planificadas sejam cumpridas e os produtos submetidos de acordo com os prazos estabelecidos. Todavia, alguns dos produtos estão dependentes de aprovação cuidada e por vezes, algumas actividades estão dependentes das melhores estratégias a adoptar por parte dos doadores. Outro aspecto enquadra-se na sobreposição de agendas e responsabilidades, bem como apropriamento das

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
									responsabilidades
Falta de capacidade técnica para a prossecução de determinadas actividades	Sul e Norte	Falta de recursos humanos capacitados, em técnicas de mergulho e amostragem de corais, incluindo análise de dados, uso de GIS e mapeamento pode colocar em risco a implementação das actividades	Risco técnico/estratégico	4	4	16	Promover a formação em técnicas específicas (mergulho e amostragem de corais e GIS); Identificação e contratação de potencial estagiário/assistede programa Alternativamente, considerar a integração temporária de estudantes universitários finalistas que possuam a formação requerida	Cristina Louro Direcção de Programas	Risco permanece. O ProEco tem feito esforços para garantir a integração de estagiários para reforço da implementação do MoU com as ACs, bem como assessoraria na colecta de dados no campo, compilação de dados e inserção na base dados, incluindo apoio em análises sempre que se julga necessário.
Dificuldade na compilação e análise de dados devido à fraca qualidade dos mesmos		As fragilidades de alguns sistemas de amostragem/monitoria, a decorrer nas áreas de conservação marinha que contam com o suporte técnico-científico do CTV, impõe dificuldade	Risco técnico	4	3	12	Recomendações constantes de melhorias destes sistemas de monitoria nas Acs, dentro das actividades planificadas com as ACs	Cristina Louro e técnicos envolvidos	Risco permanece. As monitorias que não são realizadas pelos técnicos do CTV (e.g. tartarugas marinhas, pesca artesanal, desportiva e recreativa) são realizadas pelos fiscais e amostradores comunitários. Embora sejam realizadas formações antes das épocas e

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
		extra na análise dos dados e na sua utilidade para recomendações de gestão efectivas							realizadas visitas de supervisão, estas actividades precisam de ser mais contínuas, dentro dos orçamentos disponíveis dos projectos. Alternativas de acompanhamento foram identificadas, destacando a comunicação via telefone, whatsapp, maior tempo de permanência no campo pelos supervisores, entre outros.
Falta de reconhecimento da relevância do ProEco para a prossecução dos objectivos estratégicos do CTV	Sul e Norte	Relevância dos objectivos e actividades definidas pelo ProEco não compreendida por parte de doadores do Fundo Comum	Estratégico	3	2	6	Garantir um enquadramento dos objectivos traçados e actividades dentro dos objectivos estratégicos do CTV; dar a conhecer / promover as actividades e impactos do ProEco em encontros com parceiros e doadores	Direcção Executiva Cristina Louro	Risco permanece. O ProEco tem envidado esforços contínuos para assessorar a equipa do ProLegis na implementação das suas actividades, principalmente nas componentes técnicas de uso de recursos e seus impactos sobre os mesmos.
Falta de condições de segurança para a realização de trabalho de campo	Norte	Devido a situação de instabilidade que se tem observado na província de Cabo-Delgado, o ProEco por	Risco de segurança	2	5	10	Comunicar ao doador e parceiros locais a decisão tomada, estudar	Direcção Executiva Cristina Louro	Risco permanece. Do momento não existem condições de segurança para deslocar os técnicos do ProEco com vista a realização das actividades de

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**I**	**P**	**A**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
		precaução suspendeu a realização dos trabalhos de campo neste ponto do país. Pois algumas das suas estações de monitoria (e.g. Quissanga e Tandanhangue) encontram-se localizadas em areas adjacentes ás zonas de conflicto.					possibilidades para realizar as actividades em período estável		campo para a província de Cabo Delgado

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO (UCD)

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**Impacto**	**Probabilidade**	**Avaliação final**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
Fraca divulgação dos produtos e actividades do CTV	A nível geral	Indisponibilidade de fundos para a impressão de novos materiai`s	Risco financeiro	4	3	12	Assegurar custos baixos para a impressão dos novos materiais	Manuela Wing Dinis Mandevane	Risco controlado Proposta de diversas formas de divulgação dos produtos do CTV (participação em programas de televisão, participação em programas de rádios); Identificação de novos fornecedores de serviços com custos baixos, mas com boa qualidade.
Vídeos das actividades com qualidade reduzida	Maputo	Os vídeos dos programas podem ter uma qualidade inferior ao solicitado; falta de equipamento /prática na recolha ou na edição	Risco Técnico e Financeiro	2	2	4	Desenho de *scripts*; Assegurar a compra do equipamento necessário; Desenho dos TORs; Contacto com agências de publicidade com experiência;	Manuela Wing e Dinis Mandevane	Risco controlado Compra de equipamento de boa qualidade; Encontro com os programas para o desenho do script dos vídeos; Contacto com agências de publicidade para desenho de modelos de um spot publicitário. Instrução aos colegas sobre o uso das máquinas adquiridas
Fraco uso do material institucional pelos funcionários	Maputo Inhambane Pemba	Falta de implementação dos novos materiais de comunicação por parte dos funcionários	Risco Interno	3	3	9	Incluir todos os funcionários no processo de criação e concepção dos novos materiais	Manuela Wing	Risco controlado Contratação de uma empresa comunicação para o desenho da marca e identidade corporativa do CTV;

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**Impacto**	**Probabilidade**	**Avaliação final**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
		Falta de entendimento do uso da marca por parte dos funcionários					Marcar encontros regulares para colher opiniões Divulgação do manual da Marca		Processo está a ser inclusivo a nível interno compartilhando-se e dando oportunidade de todos opinarem sobre os materiais (logotipo, etc.).
Falta de participação dos parceiros e convidados em Mesas Redondas e Debates	Maputo Inhambane Pemba	Falta de disponibilidade dos parceiros para participar nas actividades Falta de temas atractivos para o público-alvo	Risco Externo	4	3	12	Contactos no início do ano para estabelecer parcerias em temas relevantes para o CTV	Dinis Mandevane	Risco permanece Mas há um esforço redobrado na identificação de parcerias, na pré-planificação dos eventos a realizar tendo-se já feito um arrolamento de temas para mesas redondas e debates, tendo-se já identificado instituições chave e relevantes para integrar no programa de eventos. Há também um esforço assinalável de divulgação/publicitação dos eventos
Baixa partilha de informação dos eventos nos meios de comunicação e redes sociais	Maputo	Fraca disponibilidade dos media em apresentarem informação sobre questões ambientais Falta de disponibilidade financeira para cobertura de despesas dos media nos eventos do CTV	Risco Externo	1	2	2	Estabelecimento de MoUs com as Televisões nacionais e rádios comunitárias	Manuela Wing Dinis Mandevane	Risco permanece Prevista a realização de um encontro com os chefes de redação de diversos meios de comunicação para sensibilizar para a partilha de informação sobre questões ambientais e os trabalhos do CTV.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			MITIGAÇÃO DOS RISCOS		SITUAÇÃO DO RISCO
Risco	**Área geográfica**	**Descrição do risco**	**Categoria**	**Impacto**	**Probabilidade**	**Avaliação final**	**Acção proposta**	**Responsabilidade**	
Fraco compromisso dos professores no projecto de Educação Ambiental em Makomane	Quissico	Os professores e o Governo podem não se apropriarem do projecto dificultando a sua implementação no terreno	Risco Externo	4	3	12	Monitoria constante Partilha de informação com a Direçcão de Educação	Dinis Mandevane	Risco controlado Foram envolvidos os Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia para sensibilizar e monitorar a acividade dos professores na Educação Ambiental. Envolvimento da ADM na realização de actividades práticas na escola
** Arquivo de informação de forma desorganizada pode dificultar a implementação de um sistema de arquivo eficiente	Maputo - Sede	Com a implementação de novos sistemas de arquivo de informação, os colegas podem não perceber como o fazer devidamente ou simplesmente não terem a disponibilidade de fazer de forma correcta	Risco interno	3	4	12	Envio de informação para a UCD arquivar no servidor Explicação de como proceder ao arquivo de informação a todos Monitoria se a informação esta a ser bem arquivada	Shelio Chaia Dinis Mandevane	A avaliar após implementação do novo sistema de gestão documental e de informação

** Novo risco identificado

ANEXO 9

Matriz de monitoria - SDC: progresso relativo a 2018

RESULTADO 2: **Uso inclusivo da terra e recursos naturais:** Em zonas prioritárias, onde a concorrência por terras comunitárias e recursos naturais é forte, empresas que procuram acesso a estas terras e recursos naturais estabelecem acordos com as comunidades os quais contribuem para a equidade do género e são investimentos justos e benéficos para todos.						**2018**
Indicadores	**Hot Spots/Distritos**	**Actividades**	**Metas**	**Produto**	**Prazo**	**Progresso**
Nº de comunidades e familias que evitam ou conseguem gerir os efeitos negativos na segurança da posse da terra e recursos naturais, geralmente associados aos investimentos de grande escala.	**Palma** (25 comunidades) **Inhambane** (50 comunidades de Jangamo e Inhassorro) **Corredor de Nacala** (150 comunidades) **Gaza** (50 comunidades do PNL + Barragem de Mapai) **Niassa** (50 comunidades abrangidas por projectos agrícolas e exploração do carvão mineral) **Tete** (25 comunidades dos distritos de Moatize, Macanja e Chiute abrangida por projectos de extração de carvão, de ferro e de ouro) **Maputo** (50 comunidades da Barragem de Corrumana, Fazendas de Bravio, Pesquisa de Petróleo)	- Assistência e assessoria jurídica para mediação e resolução de conflitos; - Preparação social das comunidades - Treinamento para paralegais e líderes comunitários; - Monitoria de processos de licenciamento ambiental e de ocupação de terras; - Treinamento para membros do Governo, Deputados e do Sector Privado.	100 comunidades/ano	-Petições, cartas e exposições; -Processos em tribunal; -Paralegais/lideres comunitários envolvidos na mediação de conflitos; - Deputados e membros do governo treinados; - Relatórios de monitoria de processos de licenciamentos; - Membros das comunidades treinados em matéria de consultas comunitárias e processos de expropriação e justa indemnização.	2018	60 Comunidades localizadas em zonas com investimentos de grande escala assistidas pelo CTV, das quais 36 (08 Comunidades no PNL, 8 comunidades de Palma, 2 comunidades do corredor de Nacala, 6 Comunidades de Chibuto, 6 Comunidades de Manhiça, 4 de Montepuez e 8 de Balama), registam melhorias nos pacotes de compensação ou de salvaguarda dos seus direitos ambientais e de posse da terra.

RESULTADO 2: **Uso inclusivo da terra e recursos naturais:** Em zonas prioritárias, onde a concorrência por terras comunitárias e recursos naturais é forte, empresas que procuram acesso a estas terras e recursos naturais estabelecem acordos com as comunidades os quais contribuem para a equidade do género e são investimentos justos e benéficos para todos.						**2018**
Indicadores	**Hot Spots/Distritos**	**Actividades**	**Metas**	**Produto**	**Prazo**	**Progresso**
Nº de acordos mutuamente benéficos entre comunidades e investidores alcançados através das intervenções directas de paralegais e educadores comunitários.	Cabo Delgado (10 Palma) Gaza (10 Massingir) Zambézia e Manica (10 Portucel) Inhambane (15 Inhassorro e Jangamo) Nampula (15 Corredor de Nacala) Niassa - (50 comunidades dos distritos do Lago, Lichinga e Cimbonila, abrangidas por projectos agrícolas e exploração do carvão mineral) Tete (25 comunidades dos distritos de Moatize, Macanja e Chiute abrangidas por projectos de extração de carvão e de ouro)	- Capacitação para membros das comunidades, paralegais e mobilizadores comunitários em negociação, parcerias, reassentamentos; - Apoio à elaboração de planos e agendas de desenvolvimento comunitário.	50 acordos[1]/Ano	Comités comunitários capacitados em parcerias e técnicas de negociação. - Acordos estabelecidos; - Agendas ou planos de desenvolvimento produzidos; - Actas de consultas comunitárias.	2018	12 acordos estabelecidos sendo, 4 acordos estabelecidos entre as comunidades de Afungi e a empresa Anadarko, 4 entre as comunidades de Namanhumbir e Montepuez Rubi Mining, 4 comunidades de Chibuto com a empresa das Areias pesadas (Affec).
Nº de novos casos de investimento em larga escala, como "Cateme (Tete)" e "Kitupo/Palma (Cabo Delgado)", onde os efeitos nocivos para as comunidades foram evitados ou mitigados.	Jangamo (Areias pesadas- 15 comunidades) Inhassorro (35 comunidades) **Niassa** (50 comunidades abrangidas por projectos agrícolas e exploração do carvão mineral,) Tete (25 Comunidades dos distritos de Moatize, Macanja e Chiute abrangidas por projectos de	- Treinamento para membros do Governo, Deputados e do Sector Privado. - Visitas de monitoria com deputados/Governo - Preparação social das comunidades;	7.5 Casos Mitigados /ano	- Membros do governo e deputados treinados. - Comunidades preparadas para exigir/reclamar os seus direitos; - Organizações locais envolvidas na assessoria e	2018	4 casos integrados no processo de advocacia do CTV (Jangamo, Inhassorro, Chibuto e Marara (Projecto da Gindal).

[1] Para efeitos deste plano, consideramos acordos todos os compromissos escritos (Acordo de parceria, MoU, Actas etc) entre a comunidade e investidores.

RESULTADO 2: **Uso inclusivo da terra e recursos naturais:** Em zonas prioritárias, onde a concorrência por terras comunitárias e recursos naturais é forte, empresas que procuram acesso a estas terras e recursos naturais estabelecem acordos com as comunidades os quais contribuem para a equidade do género e são investimentos justos e benéficos para todos.						**2018**
Indicadores	**Hot Spots/Distritos**	**Actividades**	**Metas**	**Produto**	**Prazo**	**Progresso**
Preocupações de mulheres acauteladas na implementação de meprojectos.	extração de carvão, de ferro e de ouro) Zambézia (Linha férrea Moatize-Zambézia - 50 comunidades) Barragem de Mapai (21 comunidades) Parque Nacional do Limpopo (8 Comunidades).	- Monitoria aos processos de licenciamento ambiental e de ocupação de terras; - Facilitar a participação da mulher na tomada de decisões.		assistência às comunidades. - Relatórios de monitoria conjunta.		Preocupações das mulheres Inhassorro e Moatize sistematizadas pelo CTV para ser canalizada às instituições apropriadas bem como na conferência nacional sobre género.
Mudanças qualitativas na concepção e implementação de projectos de grande escala para mitigar os resultados negativos do reassentamento. Planos de reassentamento desenhados e implementados com envolvimento de homens e mulheres membros das comunidades.	Cabo Delgado (Palma) Gaza (Barragem de Mapai, PNL) Maputo (Barragem da Corrumana, e de Moamba Major) Niassa (Lago e Lichinga/Chimbonila). Nampula e Cabo Delgado (Projecto de Desenvolvimento do Vale do Lúrio)	-Treinamento para técnicos do Governo (SPGC, SDPI, Administradores etc.) e técnicos do sector privado. -Encontros com membros do Governo e da Empresa. -Participação nas sessões anuais de FCT - Preparação social das comunidades.	5 Projectos/ano	-Capacitações realizadas para membros do Governo, sector privado e deputados. - Encontros realizados com representantes das empresas. -Relatórios de monitoria de processos de reassentamento - Baseline/Endline	2018	Governo decide rever os Plano de Reassentamento (PAR) das comunidades de PNL de modo a integrar as preocupações das comunidades.
Consultas públicas e comunitárias para a atribuição de títulos de terras a investidores privados realizadas de acordo com a lei.	Cabo Delgado (Palma, Balama e Montepuez) Tete (Moatize, Macanja e Chiute) Corredor de Nacala (Nacala, Mecuburi,Monapo, Meconta, Muecate, Rapale, Ribaue, Malema, Lalaua)	-Monitoria de processos de atribuição de terras para grandes projectos; -Treinamento para técnicos do Governo (SPGC, SDPI, Administradores etc.),	50 Comunidades apoiadas/ano	-Relatório de monitoria das consultas -Capacitações realizadas para membros do Governo, sector privado. - Pareceres técnicos.	2018	10 Consultas públicas - Consultas públicas de avaliação final do PR de Balama (8 comunidades) realizado também nas comunidades e publicitado nos órgãos de comunicação com pelo menos 15 dias de antecedência, 1 Consulta pública para construção do aterro sanitário de Marracuene e 1 consulta com a sociedade civil sobre Prosavana.

RESULTADO 2: **Uso inclusivo da terra e recursos naturais:** Em zonas prioritárias, onde a concorrência por terras comunitárias e recursos naturais é forte, empresas que procuram acesso a estas terras e recursos naturais estabelecem acordos com as comunidades os quais contribuem para a equidade do género e são investimentos justos e benéficos para todos.						**2018**
Indicadores	**Hot Spots/Distritos**	**Actividades**	**Metas**	**Produto**	**Prazo**	**Progresso**
	Niassa (Lichinga, Chimbonila e Lago) Gaza (Massingir, Mabalane, Chicualacuala e Mapai) Inhambane (Zavala, Jangamo, Inhassorro)	-Apoio à participação de paralegais na monitoria de consultas comunitárias.		-Capacitações realizadas para Paralegais, lideres e mobilizadores comunitários.		